

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Roselaine de Oliveira Bisognin

**QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A “CULTURA” DO ARROZ
COMO IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO
POLÊSINE– RS**

Santa Maria, RS
2022

Roselaine de Oliveira Bisognin

**QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A “CULTURA” DO ARROZ COMO
IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE–RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

Santa Maria, RS
2022

Bisognin, Roselaine De Oliveira

Quarta Colônia: um olhar sobre a "cultura" do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polêsine
RS / Roselaine De Oliveira Bisognin.- 2022.
209 p.; 30 cm

Orientador: Maria Medianeira Padoin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2022

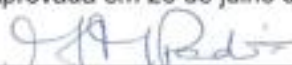
1. Educação Patrimonial 2. Cultura do Arroz 3.
Patrimônio Histórico-Cultural 4. São João do Polêsine I.
Padoin, Maria Medianeira II. Título.

Roselaine de Oliveira Bisognin

**QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A "CULTURA" DO ARROZ COMO
IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE-RS**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Patrimônio
Cultural, do Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM), como
requisito parcial para a obtenção do título
de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

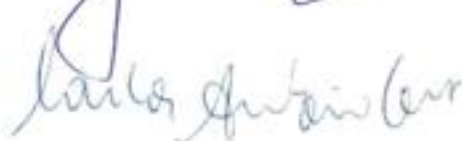
Aprovada em 26 de julho de 2022.



Maria Medianeira Padoin, Prof.ª D.ª (UFSM)



Jorge Alberto Soares Cruz, Prof. Dr. (UFSM)



Marcos Antônio Witt, Prof. Dr. (UNISINOS)
(Videoconferência)

Santa Maria, RS
2022

AGRADECIMENTOS

Para realizar esta pesquisa, devo agradecer, primeiramente, a Deus, pela presença constante em minha vida e a todos que, de alguma forma, colaboraram nesta caminhada, porque ninguém consegue nada sozinha.

Um carinho especial à Universidade Federal de Santa Maria, por me proporcionar a ampliação da minha aprendizagem com o curso de pós-graduação. A esta instituição de educação pública e de qualidade, fica a minha gratidão.

Ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, que proporcionou a realização desta pesquisa, um espaço e um tempo que me possibilitaram um processo de ensino-aprendizagem sobre a história da imigração italiana na Quarta Colônia e da cultura do arroz em São João do Polêsine–RS.

Aos meus queridos professores do curso de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural que, pela convivência — mesmo que no modelo remoto em virtude da pandemia da covid-19 —, possibilitaram tantos ensinamentos por meio das aulas digitais e nos poucos momentos presenciais. Ao longo do curso, tornaram-se mais do que professores: passaram a ser verdadeiros amigos, colaboradores e verdadeiros mestres na arte de ensinar.

À minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, pela atenção, pelo carinho, pelo comprometimento, pela disponibilidade, pela compreensão, pela orientação e pela amizade ao longo de todo o curso. Não esquecerei a sua grande contribuição para a ampliação da minha aprendizagem por meio das discussões e reflexões que propiciaram muitas descobertas históricas e culturais nesta investigação. Grata pelo apoio.

Meu agradecimento muito especial a todos os entrevistados da comunidade de São João do Polêsine, que me receberam com muito carinho nas suas residências e prontamente se dispuseram a colaborar com as entrevistas, disponibilizando fotos. Dessa forma, de modo voluntário, forneceram não somente o seu tempo, mas o compartilhamento do seu conhecimento, colaborando com informações relevantes para que esta pesquisa se concretizasse.

Aos queridos alunos das escolas EMEF La Salle e EMEF Pedro Paulo Pradella, que participaram da pesquisa ilustrando o livro, produto desta dissertação, muito obrigada.

Aos meus pais, irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas, afilhados e afilhadas, pelas palavras de apoio e incentivo nesta caminhada.

A todos os meus ex-professores da EEEB João XXIII, que sempre que foram os meus eternos incentivadores em busca do conhecimento. Vocês, na sua prática docente na nobre profissão de professor, criaram as possibilidades para a construção do meu conhecimento. Vocês são um espetáculo! Gratidão.

Nesta caminhada de aprendizagem, um agradecimento muito especial ao meu esposo, Sidnei, e ao meu filho, Diego, que são os meus alicerces e sempre tiveram muita paciência. Me incentivaram e me apoiaram para que mais esta etapa de minha formação se concretizasse. E assim, lado a lado, me conduziram a vencer mais este desafio de concluir o curso de mestrado, uma etapa de formação profissional muito almejada.

Aos meus colegas, às minhas queridas amigas, enfim: a todos que, de algum modo, contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, o meu muito obrigada!

*“É preciso ter esperança.
Mas tem de ser esperança do verbo esperar.
Por que tem gente que tem esperança do verbo esperar.
Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
'Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva'.
Já esperar é ir atrás, é se juntar, é não desistir.
É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa
capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras.
Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída.
Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperar”*

(FREIRE, 1992).

RESUMO

QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A “CULTURA” DO ARROZ COMO IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS

AUTORA: ROSELAINE DE OLIVEIRA BISOGNIN
ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Esta pesquisa sobre a cultura do arroz como identidade e patrimônio cultural do município de São João do Polêsine — localizado na Quarta Colônia, Rio Grande do Sul — traz consigo uma contextualização e uma investigação sobre a ação do homem a partir dos vestígios históricos deixados no tempo e no espaço em que se encontra. Ademais, busca recuperar o valor e a relação do trabalho dos imigrantes italianos e seus descendentes com a tradição cultural local/regional. Nesse sentido, por meio da pesquisa em diversas bibliografias, acervos de museus do município e entrevistas com pessoas da comunidade, foi realizado um levantamento de dados, tendo sido utilizada como metodologia a pesquisa explicativa, pois ela busca detalhar e explicitar os resultados por meio de uma abordagem qualitativa, dando sentido ao fato estudado. A presente pesquisa também contribui para a reinterpretação do passado e a valorização da cultura enquanto elementos que integram os conteúdos de ensino-aprendizagem, resultando na proposta e construção de um livro como produto final desta dissertação. Tal livro registra a história do cultivo do arroz e como esse cereal, além de demarcar uma identidade econômica na região, faz parte de seu patrimônio cultural. A elaboração do livro contou com a colaboração de alunos do 3º, do 4º e do 5º ano das escolas municipais de ensino fundamental La Salle e Pedro Paulo Pradella, de São João do Polêsine, para a produção das ilustrações. Desse modo, por meio de uma metodologia que trabalha com a perspectiva da educação patrimonial, foi produzido o livro em questão, que possibilitará, no ambiente educativo e no ensino-aprendizagem, contribuições para a reinterpretação e a valorização da formação histórico-cultural a partir do local em que a escola está inserida. Ou seja, possibilitará trabalhar os conteúdos por meio de um ensino-aprendizagem que fomente o reconhecimento e a valorização dos bens culturais de forma significativa, buscando reforçar o sentimento de pertença da comunidade local a partir de reflexões sobre suas tradições culturais, tornando-os protagonistas do próprio processo histórico.

Palavras chave: Cultura do Arroz. Educação Patrimonial. Patrimônio Histórico-Cultural. São João do Polêsine.

ABSTRACT

QUARTA COLÔNIA: A LOOK AT THE RICE “CULTURE” AS THE IDENTITY AND CULTURAL HERITAGE OF SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS

AUTHOR: ROSELAINÉ DE OLIVEIRA BISOGNIN

ADVISOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

This study on the rice crop as the identity and cultural heritage of the municipality of São João do Polêsine — located in Quarta Colônia, Rio Grande do Sul State — provides a contextualization and an investigation into man's action from the historical traces of time and space. Furthermore, it seeks to recover the value and relationship of the work of Italian immigrants and their descendants with the local/regional cultural tradition. In this sense, a survey was carried out by researching bibliographies and museum collections in the city and conducting interviews with people from the community. An explanatory research method was used to shed light on the theme and explain the results through a qualitative approach, providing meaning to the studied fact. This study contributes to reinterpreting the past and appreciating culture as elements that integrate the teaching-learning subjects, resulting in the proposal and construction of a book as the final product of this dissertation. This book records the history of rice cultivation and how this cereal, in addition to being an economic identity in the region, is part of its cultural heritage. The book was produced with the collaboration of third-, fourth-, and fifth-grade students of the La Salle and Pedro Paulo Pradella municipal elementary schools of São João do Polêsine to produce the illustrations. By using a method that works with the perspective of heritage education, the book in question was produced, which will enable, in the educational environment and in teaching-learning, contributions to reinterpret and appreciate the historical and cultural background of the place where the school is located. In other words, it will enable one to work on the school subjects through a teaching-learning process that fosters recognizing and appreciating cultural assets in a meaningful way in order to strengthen the local community's sense of belonging from reflections on their cultural traditions, making them protagonists of their historical process.

Keywords: Rice Culture. Heritage Education. Cultural-Historical Heritage. São João do Polêsine.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Colonização.....	55
FIGURA 2 – Localização da Quarta Colônia.....	59
FIGURA 3 – Cidades do Consórcio Quarta Colônia (CONDESUS).....	60
FIGURA 4 – Estrutura do grão de arroz.....	68
FIGURA 5 – Imagem de São João do Polêsine.....	71
FIGURA 6 – Instrumentos utilizados pelos imigrantes no trabalho.....	73
FIGURA 7 – Nivelamento e entaipamento.....	75
FIGURA 8 – Representação da capina com a enxada.....	76
FIGURA 9 – Arado.....	77
FIGURA 10 – Saraquá.....	78
FIGURA 11– Plantadeira manual ou matraca.....	79
FIGURA 12 – Plantadeira manual ou matraca.....	79
FIGURA 13 – Semeadeira manual.....	80
FIGURA 14 – Semeadeira manual.....	80
FIGURA 15 – Plantadeira carregada a cavalo ou boi.....	81
FIGURA 16 – Plantadeira carregada a cavalo ou boi.....	82
FIGURA 17– Gafanhoto.....	83
FIGURA 18 – Gafanhoto – desfile na Festa do Arroz.....	84
FIGURA 19 – Foice.....	85
FIGURA 20 – Colheita do arroz com foice.....	86
FIGURA 21 – Manguá.....	87
FIGURA 22 – Manguá.....	87
FIGURA 23 – Pilão.....	88
FIGURA 24– Pilão – representação na Festa do Arroz.....	89
FIGURA 25 – Monjolo.....	90
FIGURA 26 – Pipa.....	90
FIGURA 27 – Máquina a vapor.....	92
FIGURA 28 – Máquina a vapor.....	92
FIGURA 29 – Plantadeira a motor.....	94
FIGURA 30 – Trator com graneleiro.....	95
FIGURA 31 – Trator com reboque.....	95

FIGURA 32 – Plantação de arroz.....	96
FIGURA 33 – Trilhando arroz.....	97
FIGURA 34 – Trilhando arroz.....	98
FIGURA 35 – Colhendo arroz.....	99
FIGURA 36 – Colhendo arroz.....	100
FIGURA 37 – Colheita do arroz.....	101
FIGURA 38 – Cultura do arroz.....	103
FIGURA 39 – Desfile da 60ª Festa Regional do Arroz.....	104
FIGURA 40 – Primeira Festa do Arroz.....	106
FIGURA 41 – Festa do Arroz.....	107
FIGURA 42 – Desfile da Festa do Arroz.....	108
FIGURA 43 – Missa da Festa Arroz.....	109
FIGURA 44 – Locutor do desfile da Festa Regional do Arroz.....	111
FIGURA 45 – Risoto.....	113
FIGURA 46 – Almoço da 56ª Festa Regional do Arroz.....	113
FIGURA 47 – Painel em comemoração aos 140 anos de imigração italiana.....	114
FIGURA 48 – O artista Gian Antonio Cecchin realizando a pintura do painel.....	116
FIGURA 49 – Monumento da Máquina a Vapor.....	118
FIGURA 50 – Pórtico em Homenagem à Colheita do Arroz.....	119
FIGURA 51 – Santuário Nossa Senhora da Salete.....	121
FIGURA 52 – Missa de Benção das Sementes.....	122
FIGURA 53 – Representação no Desfile da Festa do Arroz.....	123
FIGURA 54 – Primeiros habitantes, os indígenas.....	127
FIGURA 55 – O cultivo do arroz, instrumentos de trabalho.....	128

LISTA DAS ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDESUS	Consórcio do Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
CF	Constituição Federal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MIEM	Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo
PRODESUS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia
RS	Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: SÃO JOÃO DO POLÊSINE	27
2.1	CULTURA E PATRIMÔNIO.....	29
2.2	MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	34
2.3	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM ATIVA	49
3	A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A QUARTA COLÔNIA: A CRIAÇÃO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS	53
3.1	O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS.....	60
4	O CULTIVO DO ARROZ E SÃO JOÃO DO POLÊSINE	63
4.1	O CULTIVO DO ARROZ: ORIGEM	63
4.2	O CULTIVO DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL.....	68
4.3	O CULTIVO DO ARROZ EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE	70
4.3.1	Instrumentos de trabalho	74
4.3.2	A modernização e o plantio do arroz	94
5	A CULTURA DO ARROZ: PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE	103
5.1	A FESTA DO ARROZ.....	104
5.2	O RISOTO	112
5.3	PAINEL QUE REPRESENTA A CULTURA E A IMIGRAÇÃO ITALIANA NA REGIÃO	114
5.4	MONUMENTO DA MÁQUINA A VAPOR.....	116
5.5	PÓRTICO EM HOMENAGEM À COLHEITA DO ARROZ – MONUMENTO DO GRANELEIRO	119
5.6	SANTUÁRIO DA NOSSA SENHORA DA SALETE – BENÇÃO PARA A PLANTAÇÃO E COLHEITA.....	120
6	MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO – LIVRO QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A “CULTURA” DO ARROZ COMO IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS	125
7	CONCLUSÕES	131
	REFERÊNCIAS	135

ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE PESSOAS DA COMUNIDADE	191
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES.....	193
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM	195
ANEXO D – DECLARAÇÃO DE REVISÃO TEXTUAL.	209

1 INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que o conhecimento é construído ao longo tempo, tendo como referência a realidade local, na qual há elementos históricos atrelados a um processo de aprendizagem, no qual se busca compreender as experiências e as vivências cotidianas da comunidade local. Isso exige capacidade de observarmos o mundo ao nosso redor, pois a maneira como assimilamos e codificamos os elementos do nosso meio nos traz uma representação mental. É um exercício de partilha e transformação que nos permite compreender que tudo está interligado por uma linha chamada tempo.

A presente dissertação de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, realizada na área de concentração História e Patrimônio Cultural e na Linha de Pesquisa “História e Patrimônio Cultural”, intitulada *Quarta Colônia: um olhar sobre a “cultura” do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polêsine-RS*, foi motivada pelas constantes observações no entorno do município e sua festa típica, onde a cultura do arroz está presente. Percebeu-se uma carência de registros ou estudos sobre a cultura do arroz que pudessem embasar, por exemplo, o fazer dos professores nas escolas do município e da própria comunidade regional, tendo em vista a importância do arroz no processo histórico e cotidiano, assim como na construção da identidade local. A cultura do arroz se apresenta como um elemento da paisagem e traz consigo uma influência registrada historicamente pela comunidade, cujas referências culturais são alicerçadas na imigração, na agricultura e na religiosidade.

Assim, a mestranda, inserida no curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, ao observar a valorização dessa comunidade em relação à cultura do arroz e dispor de contato com pessoas que trabalham diretamente na lavoura, começou a investigar a história dessa cultura agrícola numa perspectiva que a apresente como um patrimônio cultural local e regional, uma vez que é a principal base econômica do município de São João do Polêsine-RS. Desse modo, como professora da rede municipal, buscou compreender a importância do patrimônio cultural para essa região turística que

integra o Geoparque Quarta Colônia¹, tendo por base a educação patrimonial. É uma educação que, respaldada na memória coletiva, tem o compromisso de formar um cidadão com plena consciência do seu papel de protagonista no exercício da cidadania e desenvolvimento da sociedade, reconhecendo-se no seu contexto histórico-cultural.

Sendo assim, esta pesquisa surgiu da necessidade de explorar e observar mais atentamente o legado deixado pelos nossos antepassados. Para isso, é necessário construir um processo dialógico de ação-reflexão para que, posteriormente, sejamos capazes de ressignificar, interpretar e construir valores sobre o eu, o outro, o nós e os bens culturais da sociedade; e assim, valorizar as riquezas históricas e culturais do lugar onde se nasce ou se escolhe para viver, contribuindo para o fortalecimento de uma identidade positiva da comunidade local.

Para tanto, a pesquisa procurou valorizar a história da comunidade desde a chegada dos imigrantes até o momento atual, apresentando as suas representações culturais de forma sistematizada, tendo como base fontes orais e documentais. Nesse cenário, buscamos refletir sobre os vínculos com o passado e sobre como o patrimônio cultural se apresenta como um bem da comunidade, com valor expresso nas suas construções, nos saberes e nos fazeres culturais empregados pelos imigrantes e seus descendentes na cultura do arroz ao longo do tempo.

Em outras palavras, buscamos aprender, a partir de um olhar atento, que São João do Polêsine traz, no cultivo do arroz, a integração do seu povo. Uma comunidade com uma sólida formação histórico-cultural que traz consigo elementos do passado com relevância para o presente, elementos que representam uma riqueza cultural pelo valor que a comunidade lhe atribui.

Diante das considerações apresentadas, a fim de trabalhar a história do patrimônio local (a cultura do arroz), o que se pretendeu foi um estudo construído a

¹ O Projeto Estratégico do Geoparque Quarta Colônia é uma iniciativa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus) e Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em virtude da singularidade geológica (pré-requisito para o processo em busca do selo da UNESCO); e, principalmente o interesse da comunidade acadêmica da UFSM, que busca contribuir com a população local, para isso, tal estratégia possibilita novas alternativas de desenvolvimento local, sustentável, de forma articulada ao poder público local, entidades e sociedade civil organizada. Deste modo, a região da Quarta Colônia combina suas paisagens naturais com a raridade dos seus fósseis encontrados, que testemunham, as mudanças ambientais nos últimos 250 milhões de anos, e, a cultura preservada dos seus imigrantes deixando assim, um legado as próximas gerações (UFSM, 2022).

partir de uma proposta que alia fontes orais e documentais. Assim sendo, a partir das informações existentes, foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de bibliografias, acervos em museus e entrevistas com pessoas da comunidade diretamente ligadas às práticas agrícolas e que colaboraram para a criação e o reconhecimento da Festa do Arroz como um dos símbolos do município de São João do Polêsine.

Nesse sentido, Severino (2007, p.123) afirma que a pesquisa exploratória, “na verdade, é uma preparação para a pesquisa explicativa”. Esse tipo de estudo, portanto, vem ao encontro dos objetivos da presente pesquisa, pois ela busca interpretar os fatos narrados a partir de métodos qualitativos, destacando-se os seguintes pontos:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130).

Com isso, esta pesquisa investigou a cultura do arroz por meio de uma abordagem qualitativa. Não são apresentados dados estatísticos nem numéricos, mas uma interpretação das informações coletadas, de modo a mensurar o significado das informações levantadas. Em seguida, as informações coletadas foram analisadas e organizadas, a fim de explicar os fatos ocorridos no passado e a explicitá-los ao longo da dissertação.

Nesse sentido, o levantamento de dados qualitativos traz reflexões sobre a memória construída em relação ao passado (objeto de estudo) sob um olhar educativo, com vistas ao compartilhamento de experiências e significações apreendidas ao longo do tempo com a comunidade local. Desse modo, a abordagem qualitativa utilizada tem como base um caráter subjetivo e um contato direto do pesquisador com o ambiente investigado.

O levantamento das memórias sobre o patrimônio local como fonte de pesquisa foi realizado por meio de registros orais, utilizando-se de recursos de gravação e entrevista semiestruturada junto a pessoas da comunidade e agricultores. Também foi realizada coleta de documentos e fotografias antigas, bem como um estudo sobre o processo de formação dessa comunidade. As entrevistas

realizadas ocorreram no período de setembro de 2021 a fevereiro de 2022 no município de São João do Polêsine, junto a pessoas mais idosas, gestores públicos e agricultores que ali residem.

Quanto ao produto vinculado a esta dissertação, foi elaborado um livro que “conta a história” da cultura do arroz para ser utilizado nas escolas do município e na região. Após a produção dos textos, as ilustrações foram realizadas pelos alunos de 3º, 4º e 5º ano das escolas municipais de ensino fundamental La Salle e Pedro Paulo Pradella, de São João do Polêsine. Assim, por meio da educação patrimonial, possibilitamos, no espaço educativo, o acesso ao saber historicamente construído. Ao mesmo tempo, faz-se referência a um conhecimento relevante/significativo para a sociedade tanto no âmbito local quanto regional, ou seja, a valorização da própria cultura.

Ademais, para selecionar os desenhos que fariam parte do livro sobre a história da cultura do arroz em São João do Polêsine, utilizaram-se os seguintes critérios: criatividade, coerência com o tema e impacto visual. Estabeleceu-se ainda, a escolha de pelo menos um desenho por participante, para que houvesse a participação de todos os educandos nas ilustrações do livro.

Sendo assim, o material produzido, fruto da dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, buscou trabalhar, por meio de uma proposta educativa, o reconhecimento, a valorização e a divulgação dos saberes e dos fazeres da cultura do arroz em São João do Polêsine, levando à compreensão do fazer cotidiano. Assim, por meio de uma educação dialógica, democrática e comprometida com a preservação do patrimônio cultural, poderemos atribuir sentido ao que fazemos em cada ato cotidiano (FREIRE, 1997).

Assim sendo, os principais objetivos desta dissertação foram: I) caracterizar a cultura do arroz como parte do contexto natural, que traz consigo uma identidade histórica e cultural referente ao presente, ao passado e à nossa ação no futuro; II) compreender a importância desse patrimônio material (cultura do arroz) como um patrimônio também imaterial, pois ele detém valores culturais e históricos da comunidade local; III) proporcionar, a partir da educação patrimonial, situações de aprendizagem que contribuam para a reinterpretação do passado, com uma base

sólida de formação histórico-cultural, valorizando a nossa cultura por meio da construção de um livro, tendo os alunos como ilustradores da história dessa cultura.

Nesse sentido, após esta introdução, a estrutura da dissertação conta com o segundo capítulo, “Patrimônio cultural e Memória – São João do Polêsine”, que apresenta as definições e os conceitos importantes para a compreensão do assunto abordado. O terceiro capítulo, “A imigração italiana e a Quarta Colônia – a criação de São João do Polêsine-RS”, apresenta uma síntese histórica do processo de surgimento e consolidação da comunidade de São João do Polêsine.

O quarto capítulo, “O cultivo do arroz em São João do Polêsine”, aborda a expressão dos resultados da pesquisa em fontes documentais e orais, apresentando a história e a memória referente à cultura do arroz, assim como os saberes e fazeres cotidianos dessa cultura na comunidade local. O quinto capítulo demonstra o vínculo entre religiosidade e cultura cotidiana e a Festa do Arroz e suas tradições, demonstrando a cultura do arroz como um patrimônio cultural da região.

O sexto capítulo é dedicado à descrição do produto, ou seja, à construção de um livro que registra e ilustra a história da cultura do arroz desde a chegada dos imigrantes até a atualidade no município de São João do Polêsine. Nesse sentido, pretende-se colaborar com um material de apoio didático, na perspectiva da educação patrimonial, para o ensino nas escolas do município, especialmente do ensino fundamental. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais e, em anexo, há um protótipo do livro.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

As questões sobre a história da comunidade onde vivo sempre me instigaram. Como ouvir as histórias contadas pelas professoras sobre as mudanças ocorridas na nossa comunidade ao longo do tempo e aprender sobre a história das construções, a organização do comércio e das fábricas que aqui existiam, das igrejas, das escolas, entre outras. Dessa forma, conhecer a comunidade é compreender a sua organização coletiva e os seus valores; é compreender o que lhe é significativo e o que lhe dá identidade.

Nesse sentido, um bem não pode ser considerado somente na sua face material. Ele deve ser compreendido sob a perspectiva daquilo que tem de mais valoroso para a sua comunidade, daquilo que lhe dá sentido, significado; daquilo que lhe emprega sentimento, respostas à razão da sua existência, do seu lugar de pertencimento.

O patrimônio usa a memória como um recurso histórico, pois é a partir das memórias do passado que podemos estabelecer elementos do presente capazes de revelar uma base sólida da formação histórica e cultural de um povo e, assim, contribuir para a integração da comunidade. Nesse sentido, o processo de valorização da nossa cultura precisa passar, inicialmente, por um processo de reinterpretação do passado.

Partindo dessa perspectiva, conhecer a herança do passado nos leva a assimilar as modificações ocorridas no decurso do tempo e do espaço. Com isso, é possível entender que há diversas visões de patrimônio e compreender o importante papel dos atores sociais, pois eles são agentes de transformação.

Nesse sentido, conforme Soares e Klamt (2007, p. 8),

[...] o objetivo é a valorização da memória e da identidade regional, através de um processo de identificação, reconhecimento e valorização do patrimônio local. Ao mesmo tempo, deve-se observar que a educação para o patrimônio é um instrumento de conscientização para a preservação da História local e regional, na medida em que resgata e valoriza as ações cotidianas como portadoras de importância sócio-cultural *[sic]*. Ainda, valoriza os 'excluídos' da história por privilegiar os relatos orais, os conhecimentos tradicionais e não sistematizados.

A partir dessa concepção, no levantamento das informações em nossa pesquisa, foi utilizado o recurso de entrevistas orais. Buscamos, conforme apontam Alberti e Pereira (2008), a ampliação do conhecimento sobre o passado, o acesso às

“significações historiográficas, [pois] o estudo da história se enriquece quando conhecemos novos marcos” (p. 83, adaptado) e os significados presentes na memória. Nesse sentido,

[...] além da relação estreita da história oral com a história política, não podemos esquecer também sua relação com a história em geral, incluindo em tais relações desde a pesquisa e a análise de documentos até as possibilidades de conhecimento do passado. (ALBERTI; PEREIRA, 2008, p. 82)

Nessa lógica, Verena (1996, p. 2) traz a reflexão de que a história oral privilegia “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”. Outrossim, isso vem ao encontro da presente pesquisa, dada a pouca quantidade de fontes documentais escritas sobre os saberes e fazeres da comunidade de São João do Polêsine, especialmente em relação ao cultivo do arroz e à tradição cultural criada a partir dele.

Além disso, tanto as fontes documentais quanto as orais consistem em importantes fontes de informação para a valorização e o reconhecimento da identidade. São registros do passado, uma forma de comprovar, para a posterioridade, tanto os acontecimentos passados como o sentido e o entendimento do presente — além de proporcionar reflexões para o futuro. Nesse sentido, ressaltamos a importância da preservação da memória e dos acervos documentais, constituindo arquivos públicos e/ou privados para que uma sociedade ou município possua sua identidade e sua autonomia preservadas e valorizadas.

Indolfo (2007) contribui para nossa reflexão sobre a importância dos registros e documentos, pois eles são considerados importantes para a humanidade.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória. (INDOLFO, 2007, p. 29).

Por meio do registro documental, a história e a memória se tornam acessíveis ao interesse pessoal e coletivo. Assim, o homem guarda arquivos como uma forma de registrar o passado, pois é necessário armazenar esses arquivos para que eles não se percam, uma vez que são formas de comprovar a existência das pessoas, sendo um registro das suas atividades.

Assim sendo, nossa preocupação em realizar esta dissertação também foi colaborar e incentivar a preservação da memória e da história local/regional. A educação tem um papel primordial na descoberta da importância do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade para seu presente e futuro.

O patrimônio histórico e cultural de um povo corresponde a tudo aquilo que é produzido, quer seja material ou imaterial. Do mesmo modo, o levantamento dos dados históricos aponta a formação cultural desse povo. Nesse sentido, é possível afirmar que a cultura e o patrimônio trazem consigo o designio de contribuir para a reinterpretção do passado.

2.1 CULTURA E PATRIMÔNIO

A memória seleciona apenas aquilo que, em algum momento, consideramos importante. Ou seja, a nossa memória “é seletiva, mas podemos reunir fragmentos e interpretá-los na busca da construção de uma identidade que permite ser quem somos” (FAGAN; PADOIN, 2014, p. 4).

Percebe-se uma carência de registro e, conseqüentemente, de preservação da memória do patrimônio histórico e cultural em alguns grupos sociais do município de São João do Polêsine. Muitas vezes, isso faz com que a comunidade não perceba o patrimônio que se encontra perante os seus olhos. Desse modo, por vezes, o que está diante dos olhos não traz consciência sobre o presente, nem cogita uma ressignificação do passado, uma vez que é preciso conhecer o passado para torná-lo significativo e reconhecê-lo como um patrimônio coletivo.

A Constituição Federal de 1988 conceitua o patrimônio cultural brasileiro no artigo 216 da seguinte forma:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem; § 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais; § 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei; § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos; § 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 1988, p.124-125).

Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vai destacar a Educação Patrimonial nesse processo de valorização e preservação do patrimônio, dizendo que

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2021, p. 1).

Nesse contexto, o conhecimento produzido sobre o nosso passado é história. De acordo com a BNCC, nessa inter-relação entre presente e passado é necessário considerar “a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram” (BNCC, 2017, p. 398). Logo, “a história não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados” (BNCC, 2017, p. 397).

Sendo assim, o “fazer história” deve ser marcado pelo processo de se fazer como sujeito sempre em movimento e em transformação constante, necessitando ser reinterpretado por diversos grupos sociais de acordo com as suas demandas. A BNCC reflete ainda, que

[...] as questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica

do ensino aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BNCC, 2017, p.397-398).

Ao refletir sobre conhecimento e patrimônio histórico, também é importante destacar que a BNCC traz como uma das habilidades a capacidade de “inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo” (BNCC, 2017, p.417).

Nesse sentido, é necessário conhecer o seu patrimônio de forma efetiva e ter uma compreensão histórica e cultural, visto que a produção histórica de um determinado território é polissêmica e abrange modos de vida comuns de uma comunidade. Assim, garantir parte da sua própria identidade por meio da investigação do relacionamento com o meio reforça a importância de esclarecer, à comunidade local, a dimensão simbólica dos aspectos locais, os quais denotam não somente o senso comum, mas também o senso coletivo.

O conceito de cultura, em sua matriz etimológica, enfatiza a adoração à terra. Ao mesmo tempo, é necessário compreender que,

[...] quando o homem aprendeu a semear, a cultivar o solo e a domesticar os animais, o termo evoluiu para cultivo com a acepção do ato, efeito ou modo de cultivar, cuidar do solo, tendo o conceito assumido posteriormente a forma atual de cultura, referindo-se a crenças, valores, instituições e tudo o mais que identifica uma sociedade. Tudo o que é produzido pela cultura tem por matéria-prima a terra ou algo direta ou indiretamente produzido pela terra. Lavouras, cidades, edificações, artefatos, monumentos, obras de arte, tesouros. (DELPHIN, 2009, p. 78 *apud* CECCHIN, 2019, p. 46).

A cultura como um conhecimento humano — assim como todo o bem que possuímos — é algo peculiar, capaz de produzir, na e para a sociedade, artefatos por meio do conhecimento, do saber fazer, dos costumes, das crenças e dos saberes. Esses são aspectos capazes de viabilizar a sobrevivência dos seres humanos, motivando-os à reflexão e à participação consciente na sociedade, a qual é detentora daquele conhecimento específico, que é um produto da interação social.

Já Figueiredo (2014) nos apresenta a cultura como

[...] o conjunto de atividades, modo de agir e sentir de um povo. É um processo em constante evolução, desenvolvido por um grupo social, uma nação, uma comunidade e é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais (p. 152).

Nessa perspectiva, Funari e Pelegrini (2006, p. 10) destacam que “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimoniun*, que se referia entre os antigos romanos a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família”. Os autores ainda reforçam que, no passado, o “patrimônio era algo, patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (idem).

Atualmente, o patrimônio ganhou outro sentido, apresentando-se como algo que agrega valor. Assim, ganhou um novo significado, que vai além do individual: é algo que reflete o pertencimento do seu povo, de um território; algo que reproduz a própria cultura na sociedade.

Assim, mediante os conceitos apresentados, considera-se que, em São João do Polêsine, o aprendizado da prática do cultivo do arroz ao longo do tempo gera uma cultura própria, que vai além do cultivo. Isso porque passa a fazer parte da vida da comunidade, manifestada na criação da Festa do Arroz. Ou seja, a cultura do arroz é considerada um patrimônio cultural que marca a identidade desse território.

O patrimônio cultural deve ser uma referência importante em seu contexto cultural, pois envolve visibilidade. Nessa acepção, em seu artigo primeiro, a convenção da UNESCO de 1972 menciona a conceituação de Patrimônio Cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas [*sic*], de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura [*sic*], unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

Essa convenção menciona, ainda, o desaparecimento de pequenas comunidades, principalmente nas zonas rurais devido ao êxodo, o que é uma realidade de nível global. Isso revela, cada vez mais, a necessidade de criarmos meios para proteger o patrimônio. Ademais, “a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efectivo [*sic*] do patrimônio de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972, p. 1).

Nesse contexto, podemos afirmar que uma aproximação entre as particularidades culturais e aquilo que — na relação social e cultural, quando aliada

ao desenvolvimento de um território — forma relações multidimensionais fazendo os atores locais serem capazes de preservar os saberes locais é de suma importância para o fortalecimento da identidade de um povo. De acordo com a UNESCO (1972, p. 1), isso significa que a criação de “um sistema eficaz de proteção colectiva [*sic*] do património cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos”, é indispensável para salvaguardar o bem.

Assim, pode-se afirmar que a cultura de um povo, construída ao longo do tempo por meio de um processo identitário, reitera, na atualidade, a necessidade de se consolidar um olhar mais atento ao hoje, pois é ele que recria o passado e, ao mesmo tempo, mostra a necessidade de conhecer a nossa história e a nossa cultura. Ou seja, é o hoje que evidencia a necessidade de conhecer para valorizar, de ressignificar para pertencer.

Conforme apontado pela UNESCO (1972, p. 1), essa importância se apresenta quando “determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo”. Nesse sentido, esses bens, de alguma forma, mantêm vivo, nas lembranças do seu povo, o testemunho das práticas sociais e culturais e, de forma significativa, os ensinamentos e as lições de vida.

O nosso país é pluricultural, e a nossa cultura é imensamente rica. Assim, a educação patrimonial vem como um meio para que, a partir da educação, seja possível estabelecer um vínculo mais significativo entre Patrimônio, História e Cultura (e o ambiente). Isso ocorre a partir de um referencial histórico que dá sentido ao comportamento e às atitudes dos indivíduos, por meio de um aprendizado contextualizado que permite o reconhecimento de si próprio como um ser produtor de cultura.

Nesse sentido, a educação patrimonial proporciona, aos sujeitos envolvidos, uma prática significativa. Ela é fundamentada na interação e no diálogo com os sujeitos envolvidos, oportunizando um espaço de vivência no qual a intervenção do homem no solo, a consciência da realidade e o sentimento de pertencimento ocorram de forma contínua e ativa, a fim de tornar o espaço de convivência em um espaço de cumplicidade.

2.2 MEMÓRIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

É impossível pensar em bens culturais sem pensar numa prática social que contribua para difundir o patrimônio no sentido de valorizá-lo e preservá-lo no espaço da vida das pessoas. Entretanto, uma prática educacional significativa compreende a memória na dimensão individual e coletiva, pois a memória é produzida na prática social. Ao ser apropriada pelo grupo social, a memória se constitui como um patrimônio que traz consigo “a interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p. 8).

Com isso, ao refletirmos sobre a memória local a partir de uma proposta de educação patrimonial, dialogamos com a memória dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que ela abarca o contexto histórico-cultural daquele grupo social. Assim, a memória traz consigo a experiência do vivido junto com a prática do cotidiano, por um processo de mediação com o meio.

A memória carrega conhecimentos múltiplos. Chamamos de memória a capacidade que os seres vivos têm de processar e armazenar informações, e esse processo faz com que seja possível o desenvolvimento da aprendizagem e das funções executivas. Nesse sentido, a memória traz na sua gênese uma referência e, como tal, reflete a construção de diferentes épocas, demonstrando que os significados se modificam de tempos em tempos de acordo com o sentido que as pessoas lhes dão.

Com vistas à compreensão da memória, é importante refletir sobre a história e, assim, compreender que história e memória estão longe de serem sinônimos, embora se complementem e interajam entre si de modo correlacionado. Pierre Nora (1993) nos auxilia nessa compreensão ao pontuar que a memória é a vida carregada pelos vivos, estando aberta ao esquecimento e muito vulnerável aos usos e manipulações. O autor defende a ideia de que “tudo aquilo que chamamos hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história” (NORA, 1993, p. 14). Todavia, como é que aquilo que hoje chamamos de memória já é história? Nesse caso, é necessário refletir, pois a memória dita e a história escreve. Assim, a história projeta o homem do presente ao passado, evidenciando a necessidade de compreender a realidade histórica.

Partindo desse pressuposto, surgem novos questionamentos sobre a manifestação do sentimento de pertença, uma vez que ele reforça a identidade de uma comunidade. Se a memória se torna história e existe, no sujeito, a compreensão do seu papel na sociedade enquanto construtor da própria história, ele passa para o campo das interações, da consciência humana, e se torna parte integrante de algo muito maior.

Com base no exposto, podemos afirmar que, ao longo do tempo, nos transformamos em fios de uma trama de experiências que são vivenciadas em um contexto macro. No entanto, ao mesmo tempo, essas experiências abarcam o eu, o outro e o nós em um processo contínuo de modificações interligado pelo tempo em um espaço histórico e cultural.

Portanto, a memória é um elemento fundamental para a construção do passado, pois o tempo presente está interligado pelas experiências. Pollak (1989) afirma que as identidades são construídas no presente a partir de visões do passado. Assim, a memória está em constante interação com o transmitido e o apreendido ao longo das gerações. Sendo assim, o aprendizado do presente é colocado em prática no futuro pelas gerações que se sucederem.

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível afirmar que, no presente, são construídas as nossas significações, aquilo que nos caracteriza, nos identifica e se apresenta pelas referências culturais como um legado da comunidade. Assim, são estabelecidos para o/no futuro os bens culturais de valor inestimável que apontam a identidade, o patrimônio de um povo.

Enzo Travesso (2005, p. 9) aponta que a memória ingressou tardiamente “no domínio das ciências sociais”. Ela não é fruto de qualquer resultado de vivências, mas parte de um processo atual de grande importância e que é essencial para entender as necessidades do presente. Nora (1993) afirma que a memória revela um processo de lembrança e esquecimento que não se acomoda em detalhes. Assim, as memórias trazem consigo marcas — às vezes positivas, às vezes negativas —, e não existe uma medida, um ajuste, uma organização preestabelecida. Elas carregam um sentimento, uma lembrança de interação com o vivido, interligado por um tempo histórico que deixou marcas singulares cheias de significado para aquele sujeito que a nomeia.

O sentimento de pertencimento de uma sociedade é construído a partir de um interesse comum, de uma semelhança, do fazer parte, do participar, do integrar. Assim, surge um ambiente familiarizado, com referências culturais que atribuem sentido para os sujeitos, pois esses trazem no seu escopo uma conexão emocional, que compõe contextos e circunstâncias específicas.

Nesse sentido, ao refletir sobre a cultura do arroz como um patrimônio imaterial e material da comunidade de São João do Polêsine, é necessário investigar as memórias que essa comunidade traz consigo, buscando compreender a intencionalidade da criação dos locais de memória (Monumento da Máquina a Vapor, Pórtico em Homenagem a Colheita do Arroz e o Santuário da Nossa Senhora da Salete). Ou seja, é preciso buscar compreender por que essa comunidade solidificou esses locais para rememorá-los e recuperar o que há de mais significativo, pois constituem como bens patrimoniais, quer sejam de origem material ou imaterial.

Enzo Traverso (2005) afirma que, ao falar sobre o passado que se transforma em memória coletiva após ser selecionado e interpretado e ao “explorar as relações entre história e memória, se deve analisar os aspectos do uso público do passado” (p. 17). O autor ainda considera que a memória não se reduz ao que é declarado oficial como um patrimônio, mas também diz respeito ao uso intenso de cada região, que fica marcada pelos aspectos culturais construídos pelo compartilhamento de saberes, a exemplo do uso de técnicas específicas no seu trabalho, o saber fazer.

Por outro lado, é importante dialogar com os agentes sociais a fim de compreender os aspectos de uso público do passado, gerando reflexões e problematizando se aquele patrimônio ajuíza a identidade dos sujeitos que estão inseridos naquela comunidade. Nesse contexto, entramos no campo das discussões, das disputas de memórias referentes à patrimonialização dos bens culturais como um espaço fora dos muros, como uma instância pública.

Para Michel Pollak (1989), existem pontos de referência que estruturam as nossas memórias, a partir dos quais podemos utilizar indicadores empíricos de memória coletiva. Ou seja, podemos definir os pontos de referência e, assim, estruturar a memória por classificações e hierarquias. Isso se mostra interessante, pois viabiliza levantar o que é comum entre os pares, o que os diferencia, o que os fundamenta e, até mesmo, o que reforça o sentimento de pertencimento.

Tendo isso em mente, este estudo busca refletir sobre a importância de pesquisar as memórias de São João do Polêsine. Por meio das indagações levantadas, é possível tomar os estudos da cultura do arroz como tema de pesquisa, bem como a importância desse conhecimento de forma mais vasta, não somente no campo da educação. É possível construir caminhos a passos largos por meio de registros sobre o passado da comunidade local, pois há carência de documentos que apresentem reflexões sobre o passado.

Para conhecer um patrimônio, é necessário não apenas explorar o espaço físico, mas compreender que a memória se refere a todas as formas de presença do passado (LAVRADE, 1998). Partindo dessa ideia, para trabalhar a dimensão individual, é imperioso compreender a dimensão coletiva, já que ambas pertencem a um grupo maior: o grupo da nação.

Nesse cenário, ao refletir sobre os vínculos existentes nas vivências, nas experiências e no espaço físico, trazemos à tona uma reflexão histórica sobre a identidade de um grupo. Essa atividade remonta à memória e à história uma referência em que os espaços do patrimônio se interligam, uma manifestação do presente e do passado com a consciência de tempo.

Pierre Nora (1993, p. 9) reflete que “a história é a deslegitimação do passado vivido”; ou seja, a memória pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém. Na concepção do autor, a história se apoia na memória, no que ela tem de mais significativo e absoluto, pois a história passa pelas evoluções, pelas relações das coisas e nos liga às continuidades temporais.

Na maioria das vezes que se trabalha a história em uma sala de aula, pergunta-se aos alunos: O que é história? Por vezes, eles respondem que é o estudo do passado. Nora (1993) nos diz que a história é a representação do passado, uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico.

Pode parecer que a reflexão de Nora (1993) é muito complexa; no entanto, convém lembrar que, quando vemos nossos avós dizerem “ah, no meu tempo!”, “na minha época não era assim”, pensamos em uma memória que reflete um passado temporal. Para nós, esse passado pode ser identificado como memória, a qual também já é história. Porém, quando ponderamos o que é história, é difícil pensar que aquilo que estamos fazendo hoje também é fazer história.

Por outro lado, de certa forma, estamos acostumados a pensar em história no sentido do tempo passado. Pensar em história no tempo presente, passado e futuro está constantemente relacionado com história e memória, ao mesmo tempo em que se trabalha em um diálogo constante. Assim, vislumbramos a ideia de um futuro em que o compartilhamento de informações seja um produto de ação criativa e consciente (NORA, 1993).

Como resultado das discussões mencionadas, compreender que as nossas histórias de hoje farão parte das nossas memórias futuras vem ao encontro do que Pierre Nora (1993) afirma ao ajuizar que a nossa percepção do passado faz com que nos apropriemos daquilo que não nos pertence mais. Nessa perspectiva, a memória se apresenta como uma memória espelho, uma memória que reflete a própria imagem. O que nos leva novamente a Pierre Nora (1993), pois ele considera a memória como um deciframento do que é a luz do que não somos mais. Ou seja, a passagem da memória fez com que a identidade da própria história se redefinisse, revelando, assim, a necessidade de compreendermos que a memória é seletiva e, como tal, lembramos apenas aquilo que queremos recordar.

Partindo dessa constatação, na presente pesquisa, a memória e a história trazem reflexões imprescindíveis para o reconhecimento dos saberes e dos fazeres dessa comunidade. Por meio desta pesquisa, ambas ajudam a promover ações que buscam não somente identificar o patrimônio do município que está relacionado à “cultura do arroz”, mas compreender como essas referências culturais da comunidade contribuem para a valorização da cultura local em diferentes espaços de aprendizagem.

Contudo, buscamos investigar dados documentais e orais que testemunhem memórias da comunidade local, de modo a aproximar, a partir da realidade local, as alterações em um mundo contemporâneo. Também almejamos perceber, nas práticas do dia a dia, o espaço para o discurso reflexivo sobre as aprendizagens que podem ser consideradas patrimônio cultural do município.

Por outro lado, é importante destacar a função social da memória, pois ela se reforça na dimensão coletiva em virtude dos fatos sociais. Isso ocorre por meio de um processo que se dá de acordo com cada realidade e com diferentes objetivos, problematizando dimensões e contextos específicos, estabelecendo vínculos entre as gerações.

Em outras palavras, há um processo global em diferentes contextos que trazem, para as discussões atuais, a importância de valorizar os saberes e os fazeres de um povo, integrando a cultura ao ambiente e salientando a importância do envolvimento comunitário como instrumento dialógico que potencializa as especificidades locais. Logo, conhecer as construções históricas que estão conectadas ao objeto de pesquisa e compreender por que aquele patrimônio tem valor histórico e cultural aponta para “a intersecção da investigação histórica com os percursos da memória colectiva [sic]” (TRAVERSO, 2012, p. 57).

Em suma, a memória traz consigo um campo de lutas e referências socioculturais que, ao mesmo tempo, originam indagações sobre o porquê existe, ajuizando as suas significações construídas em uma inter-relação com a comunidade local. Com isso, por meio de seus agentes culturais e sociais, o território incorpora um intercâmbio de conhecimentos, no qual há um universo de práticas que reiteram os bens culturais. Sobre isso, Michel Pollak (1992, p. 209) afirma que a memória “é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”.

Nesse contexto, é importante reconhecer o patrimônio local como um bem cultural que está inserido no espaço de vida das pessoas e vai muito além da relação entre o objeto, o conhecimento e o seu contexto. No plano coletivo, o patrimônio cultural é algo que transcende o campo da unidade, pois se ressignifica no campo da multiplicidade (MORIN, 2000).

De forma simplificada, a busca pelas memórias antigas — assimiladas como bem cultural, um conhecimento disponibilizado de modo acessível para a comunidade, um conhecimento construído de forma coletiva — traz para o seio de uma sociedade o compartilhamento de experiências do vivido, do transmitido ao longo do tempo (mas em uma dimensão atualizada). Isso vem ao encontro de uma práxis transformadora defendida por Paulo Freire, pautada nas vivências e nas experiências, pois é por meio do significado construído no coletivo que o homem toma consciência de suas ações e suas relações com o mundo (FREIRE, 2013).

Há lugares de memória que, ao mesmo tempo, fazem parte da história local, pois somos sujeitos históricos carregados de memórias. Dito assim, somos dotados de uma identidade única, que é construída na constante interação com o coletivo por meio de uma visão contextualizada entre o social e o cultural a partir do

compartilhamento constante com a realidade e a herança de forma consciente (POLLAK, 1992).

Sendo assim, Pollak (1992) reflete que a memória é fruto do entrelaçamento de vivências individuais e coletivas com experiências do vivido e do transmitido ao longo do tempo, caracterizando-se pela trajetória de vida, a qual é construída pelas interações entre os indivíduos, com interferência do meio no qual o sujeito está inserido. Pollak (1992) também ressalta que a memória é um fenômeno construído, mas essa construção pode ser feita de forma consciente ou inconsciente. O autor ainda adverte que há “memórias subterrâneas”, as quais podem ser estendidas a um jogo de disputa pela construção de identidades, reforçando, assim, que a memória cria a identidade para o grupo com aquilo que lhe é comum.

Para Lavrade (1998, p. 9), “a memória coletiva é uma reconstrução do passado governado pelos imperativos do presente”. Assim, quando um patrimônio não traz consigo a consciência numa perspectiva coletiva e a sociedade em que está inserido o desconhece, esse bem não é significativo; portanto, não apresenta um interesse coletivo.

Ainda em relação a esse processo identitário, Pollak (1989) afirma que, no indivíduo, o trabalho com memória tende a controlar feridas e tensões, ao mesmo tempo que tem contradições. Assim, objetos materiais como monumentos e museus trazem a memória “guardada e solidificada na pedra” (POLLAK, 1989, p. 9).

Os lugares de memórias são espaços impregnados de referências culturais e conteúdos simbólicos. Tais espaços são resultado de práticas sociais, uma vez que reforçam a identidade do homem de forma material, como algo que se quer deixar materializado no tempo e no espaço para as futuras gerações. Já os estudos de memória buscam abarcar processos educativos que investigam o conhecer, o compreender e, conseqüentemente, a difusão da herança cultural por meio de uma construção dialógica da memória coletiva. Isso ocorre por intermédio de uma práxis/ação educativa que reconstrói o presente em conexão com a cultura por meio de um processo ativo, dinâmico e reflexivo (FREIRE, 2011).

Para tanto, explorar os papéis da memória e da história é travar um debate extenso, pois a história tem o papel de tornar o debate possível, a fim de refletir sobre processos históricos, culturais e os conflitos sociais que a experiência humana possui. Assim, a memória tem, nos referenciais do passado e do presente, a base

de ação dos sujeitos; ademais, há desdobramentos por meio de um movimento contínuo do tempo (LE GOFF, 1990).

Essas construções históricas se apresentam como lugares de memórias da comunidade. Por vezes, esses lugares também se apresentam no sentido político, pois fazem parte de um campo de disputas, representações, ideias e grupos sociais locais. Assim, surgem as discussões referentes ao fato de que há referências culturais predominantes nos patrimônios das comunidades; ao passo que, muitas vezes, outras referências ficam no esquecimento (POLLAK, 1989).

Nesse enquadramento, o conjunto de bens que assinalam o legado cultural deixado pelos antepassados pode ser considerado como patrimônio cultural da humanidade, desde que traga consigo elementos de relevante interesse. Esse é um modo de garantir as vivências e as experiências dos sujeitos por meio das suas memórias.

A partir do exposto, acreditamos que é a educação patrimonial que permite a construção de uma educação como um processo realizado de modo permanente e sistemático, possibilitando novos conhecimentos e confirmando o conhecimento preexistente. Ou seja, trata-se de um processo de ensino/aprendizagem em que o indivíduo constrói novos caminhos de modo dinâmico e interativo e realiza o fortalecimento da sua identidade na sociedade por meio de um processo inacabado e permanente de apropriação cultural.

Ao refletir sobre a educação patrimonial, o IPHAN, por meio da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 menciona que,

[...] entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (IPHAN, 2016, p. 1).

Nesse sentido, é por meio do patrimônio cultural como fonte primária do saber, a partir do contato direto com os múltiplos aspectos da cultura, que o sujeito expressa, segundo a sua natureza, uma história compartilhada por meio de um processo ativo de troca de conhecimentos entre os indivíduos. Assim, ele se identifica com o seu grupo a partir de um conjunto de bens — que podem ser de natureza material e imaterial — agregados ao longo das gerações por um processo

de significação. Ao serem conhecidos e preservados, esses bens poderão ser perpetuados para as gerações futuras.

A Portaria nº 137 do IPHAN estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. No artigo 3º, menciona essas diretrizes:

I-Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais; II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas; III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais; IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural; V- Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI- Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas; VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.

Assim, a política de educação patrimonial mencionada nessa portaria traz a instrumentalização da educação patrimonial como uma política educacional em que as ações educativas favorecem “a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural brasileiro” (IPHAN, 2016, p. 1). Na atualidade, observa-se o crescimento da divulgação pública do patrimônio cultural, com grande destaque para os registros documentais, pois são eles que legitimam a história, contribuindo para uma mudança de paradigma fundamentada em reflexões e suscitando o interesse da comunidade. Esse entendimento tem como consequência a sensibilização da comunidade local, influenciando, sobretudo para o aumento do empenho da comunidade na compreensão do real valor da própria história.

Por outro lado, o que se busca como produto para esta dissertação é a compreensão de uma educação patrimonial que traga, para o campo educativo, a reflexão sobre o passado e, a partir disso, propicie uma aprendizagem significativa no presente, em um contexto social e cultural. De acordo com Lavrade (1998), quando a memória deixa de ser uma abstração sociológica, ela cumpre a sua função

social ao socializar o saber, pois assim ela valoriza as manifestações culturais ao seu redor.

Se desconheço as minhas origens, possivelmente não saberei quem sou, pois perdi a minha essência; ou seja, não reconheço a minha identidade cultural. Quando isso ocorre, não há transmissão nem reconstrução dos saberes socialmente produzidos. Com isso, observa-se que a memória se ancora no que há de mais essencial: as nossas lembranças do vivido e do experienciado. Assim, o sentimento de pertencimento regional e local reflete o reconhecimento da própria herança cultural.

Um patrimônio reflete a herança familiar, a origem ancestral, o conjunto de bens familiares e comunitários. Ou seja, o passado refletido como um “espelho” no presente que se quer salvaguardar; a categoria de lugar de memória do grupo. Partindo desse pressuposto, é imperioso que o processo educativo aconteça em um contexto histórico-cultural, e essa união entre educação e cultura visa um processo de valorização que dê conta de ressignificar a memória coletiva para, assim, reforçar a afirmação da identidade social da comunidade local. Isso porque esse processo passa por uma construção histórica e social que abrange tradições e expressões culturais.

Pensar em preservação no sentido do uso social dos bens culturais e observar os valores culturais e históricos é o alicerce da preservação do patrimônio cultural. A exploração dos sentidos e das vivências que o patrimônio estabelece por meio de uma relação de proximidade entre os bens culturais e a comunidade — em um contexto significativo e próprio, que conecta a memória local aos significados construídos e apropriados — se faz presente em uma política de educação patrimonial.

Assim, é de suma importância mencionar que o nosso eterno educador Paulo Freire nos diz que

[...] o homem está no mundo e com o mundo...Isto o torna um ser capaz de relacionar-se.... estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo...
O homem tende a captar a realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos...Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções...Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1997, p. 30).

Nesse sentido, a educação patrimonial é transformadora, tanto por partir da realidade do sujeito histórico (indivíduo/comunidade) como por trabalhar com essa realidade, pois ela também é o seu fim. Assim, esta dissertação visa construir uma proposta para pensar o cultivo do arroz e a sua tradição no município de São João do Polêsine como um elemento do patrimônio cultural e da identidade município, razão pela qual trabalhamos com a “cultura do arroz” nesta pesquisa.

Trabalhar sobre a cultura do cotidiano e entender a cultura do arroz como um patrimônio significa refletir não somente sobre o produto agrícola — no caso, o arroz —, mas sobre um saber fazer que foi se construindo ao longo do tempo e que foi se consolidando através das gerações. É um saber fazer que está além de uma técnica habitual. Ele faz parte da realidade social e emocional de uma comunidade, a qual se faz necessária para a construção do sentido de cidadania; o próprio lugar do indivíduo na descoberta do seu contexto cultural.

Por outro lado, essa cultura agrícola ocupa um lugar central nas representações sociais e é um instrumento de conhecimento no terreno sociocultural, dando sentido e significado à comunidade local, tendo em vista a sua contribuição para o desenvolvimento humano, social e econômico de São João do Polêsine. É a manifestação da coletividade no reconhecimento das suas raízes em um território geograficamente pequeno, porém rico em diversidades culturais.

Assim, é necessário compreender que a cultura do arroz promove a integração dessa comunidade por meio de uma base sólida de formação histórico-cultural. É uma cultura que traz elementos do passado para o tempo presente; que, ao mesmo tempo, promove a reinterpretação do passado sem cessar os frutos do presente, dando objetividade aos fatos históricos na trama social do presente.

O espaço e o tempo se articulam enquanto constroem a história e a memória de uma comunidade, e a inter-relação entre história e memória dialogam a partir do presente. Com isso, as vivências do grupo ao qual pertencemos e os valores construídos nesse contexto sociocultural emanam reivindicações que são conduzidas por exigências e existências distintas, aproximando, assim, história e memória por meio das relações que eu construo com a minha comunidade.

No entanto, há pontos a serem esclarecidos sobre o tempo vivido, pois a memória é composta por um processo de lembrança e esquecimento, no qual a coletividade busca reconhecimento por meio das representações sociais. Sendo

assim, é necessário compreender que a memória "obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade" (LE GOFF, 1990, p. 25).

A ideia de tempo e espaço é inerente aos seres humanos, estando conosco lado a lado. Ao observarmos objetos, fotografias e a mídia impressa colocada aqui — como os livros de registros —, temos a perspectiva de rememorar o passado condicionado a algo verídico e palpável, que nos dá subsídio documental ou oral sobre um passado de gerações registrado simbolicamente para aferir, às representações coletivas, uma espécie de fragmento do tempo.

O diálogo com a história traz valores na medida em que buscamos a objetividade sobre o passado, pois "história é também uma prática social" (CERTEAU, 1977, p. 11 *apud* LE GOFF 1990, p. 7). Le Goff nos diz que, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer as realidades que foram historicamente negligenciadas pelos historiadores, ou seja, é necessário reconhecer as diversas sociedades. Isso vem ao encontro do que o autor fala ao mencionar que "é legítimo observar que a leitura da história do mundo se articula sobre uma vontade de transformá-lo" (CERTEAU, 1977, p.11 *apud* LE GOFF 1990, p. 7).

Ao nos apoiarmos no que existe nos textos oficiais sobre o passado, conseguimos compreender que as "memórias escritas pelos contemporâneos" (HALBWACHS, 1968, p. 108-109) atribui, ao papel do historiador, um sentido sobre aquilo que já não existe mais. Ou seja, coloca-se, para os vivos, as lembranças dos acontecimentos passados, pondo partes de um conjunto de consciências que distingue tempos coletivos e valores sentimentais.

O espaço por onde passamos deixa resquícios. Assim, os lugares pelos quais os nossos antepassados passaram não possibilita a recuperação do passado, mas sua compreensão. Sendo assim,

[...] o passado é um aspecto ou uma função do presente; é sempre assim que ele deve aparecer ao historiador que reflete inteligentemente sobre o seu próprio trabalho ou, dito de outro modo, visa uma filosofia da história (DEBBINS, 1965, p. 1390 *apud* LE GOFF, 1990, p. 22).

A história descreve o que é específico, como se fosse um conto, uma narração. De forma particular, estabelece uma noção lógica que preserva a figura do

historiador, à medida que preserva a singularidade em um contexto de reconstrução imaginativa que conta as ações do homem (LE GOFF, 1990).

É por intermédio do meio material que o pensamento e a imaginação se tornam capazes de reconstruir a categoria da lembrança que nos faz repensar a imagem do lugar a ela associada. Assim sendo, a história nos rodeia e nos permite interpretá-la por meio de registros escritos, mas a sua evolução é considerada uma “prática social” (LE GOFF, 1990).

A marca da passagem oral para a escrita é de suma importância, pois a escrita traria mais liberdade, enquanto o oral é um saber mecânico; portanto, intangível. Assim, o uso do recurso escrito em massa foi um fenômeno que se generalizou nas sociedades, mas o que se percebe é que havia uma grande preocupação com fatos datados ligados a estruturas políticas (LE GOFF, 1990).

Halbwachs (1990, p. 145) diz que “a sociedade não estabelece somente a relação da imagem de um lugar e um escrito”, mas reflete que o lugar e o escrito se relacionam com o lugar que elas demarcam. Isso pode ser chamado de “espaço jurídico”, ou seja, um espaço que remete a lembranças de direitos e à relação do ser humano com as coisas, refletindo os direitos do homem sobre as coisas. Sendo assim, o que é aprendido de novo sobre determinada comunidade traz novos julgamentos e novas reflexões sobre determinada época. Com isso, somos capazes de pensar sobre, de refletir, de fazer um juízo sobre o grupo no qual estamos inseridos.

Logo, há diversos pontos de vista sobre um mesmo tempo ou fato passado, o que possibilita novos julgamentos e argumentos sobre um período por vezes semelhante, mas também diverso. Assim, é essencial assegurar as fontes documentais como uma maneira de sobrevivência histórica. Por outro lado, atualmente, o materialismo histórico das sociedades humanas se apresenta como um elemento fundamental, que abarca as leituras de um passado compreensível e verificável, fundamentadas na “cientificidade” histórica (LE GOFF, 1990, p. 24).

Em suma, ao refletir sobre a nossa memória, Halbwachs (1990, p. 73) a define como

[...] uma imagem flutuante, incompleta, sem dúvida e, sobretudo, imagem reconstruída: mas quantas lembranças que acreditamos ter fielmente conservado e cuja identidade não nos parece duvidosa, são elas forjadas também quase que inteiramente sobre falsos reconhecimentos, de acordo com relatos e depoimentos!

Conforme o exposto, ao refletir sobre a memória, é preciso levar em consideração que as lembranças são carregadas de reflexões pessoais e familiares. Essas ponderações trazem consigo uma imagem recriada que reporta ao pretérito, cuja identidade é repleta de características que dão, ao passado, a capacidade de voltarmos no tempo por meio de lembranças, o que nos possibilita a ilusão de uma retrospectiva do que vivemos no passado. Halbwachs (1990) salienta que, à medida que o passado muda, são trazidos novos julgamentos sobre um tempo longínquo que acendeu algumas ideias mas que, ao mesmo tempo, apagou algumas impressões, pois “os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são mais os mesmos” (HALBWACKS, 1990, p. 74).

A (re)construção das memórias dos polesinenses sobre a cultura do arroz traz lembranças de um período histórico anterior à constituição do município. Nesse período, a história oral e a memória estavam interligadas por um passado vivido, que traz consigo não somente bens materiais, mas também imateriais. Desse modo, reforça-se a (re)construção da história local na busca constante de passagens que remontem lembranças da comunidade local, sobretudo “como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 1).

Logo, é necessário compreender a característica tanto individual quanto coletiva da memória, uma vez que existem marcos, pontos flutuantes e variantes na memória. Com isso, a memória é passível de constante mudança e transformação, o que remete a uma percepção da realidade baseada em acontecimentos subjacentes aos conceitos de identidade. Para isso, busca-se construir uma identidade local carregada de significados atribuídos ao espaço-tempo como um condutor de histórias e memórias apreendidas no processo social com interação entre o homem e o espaço.

Sabe-se que os acontecimentos políticos e históricos podem projetar lugares, objetos e pessoas por meio de uma reconstrução política e social, representados pela memória de uma comunidade, dando vida, sentido e identidade a ela. Assim, como um resultado coletivo apresenta e representa um passado histórico fundamentado no pertencimento de um grupo, “o trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte” (POLLAK, 1992, p. 8).

A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. A história é a ciência do homem no tempo. Ela está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade, as quais são elementos essenciais da aparelhagem mental dos seus historiadores (LE GOFF, 1990). Ao mencionar sobre passado e presente, Le Goff (1990) reflete que há

[...] oposição entre passado e presente, mas uma construção de uma visão de um passado a partir do presente e que esta visão de um mesmo passado muda de acordo com o tempo se inserindo em um tempo cíclico do decurso da história. E assim, “os historiadores modernos observam que a história é a ciência da evolução das sociedades Humanas (LE GOFF, 1990, p.11).

Portanto, observa-se a importância dos documentos oficiais e privados na organização da nossa sociedade, na qual, inicialmente, a maioria dos registros eram conduzidos pelas igrejas, desde registros de terras até registros de nascimento. Ou seja: o material representa balizas no espaço, e não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (HALBWARCHS, 1990).

O homem cria arquivos como uma forma registrar passado, pois é necessário armazená-los para que não se percam, já que são formas de comprovar a existência de pessoas e grupos, assim como, suas atividades. Esses documentos são resultado de acontecimentos passados e compõem um arquivo que registra a história e assume a responsabilidade de possibilitar o acesso aos documentos públicos. A história nos rodeia e nos permite interpretá-la a partir de registros escritos, mas sua evolução é considerada uma “prática social” (LE GOFF, 2012, p.17).

Por fim, Pollak (1990, p. 2) nos diz que “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”. Vale lembrar, no entanto, que as memórias — tanto individuais quanto coletivas — têm como elementos constitutivos os acontecimentos. E são justamente os acontecimentos que juntam, num tempo e espaço, as pessoas num grupo por meio de uma socialização política ou histórica, de uma projeção/uma identificação de um passado que dá a possibilidade de falar em memória herdada como algo que pode ser transmitido e se tornar relevante no imaginário.

2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E APRENDIZAGEM ATIVA

Ao refletir sobre educação patrimonial e aprendizagem ativa, é possível afirmar que a educação patrimonial vai ao encontro da perspectiva de construção ativa do conhecimento. Isso porque, como uma metodologia de ensino, traz para dentro da sala de aula a necessidade de pensarmos de forma crítica e interrelacionada com o mundo que nos rodeia.

Um processo ativo de aquisição e construção do conhecimento parte de uma prática pedagógica articulada à preservação e à valorização do patrimônio local, tendo como finalidade formar o indivíduo para pensar de forma crítica, mudando a sua maneira de ver o mundo e se tornando um cidadão atuante na transformação da realidade. Quanto a isso, Cunha (2005, p. 33) aponta a inovação “como elemento fundamental que pode favorecer a mudança, pela sua condição de dar direção à prática pedagógica que desenvolve, mesmo reconhecendo nesta os condicionantes históricos, sociais e culturais”. Oliveira (2009, p. 1) afirma que “ensinar e aprender estão sendo desafiados como nunca antes”; com isso, uma educação ativa torna o processo de ensinar e aprender mais significativo.

A aprendizagem ativa traz para o ambiente educacional e social o foco do ensino voltado ao aluno, trazendo a necessidade de refletir sobre como os sujeitos aprendem. Assim, o desenvolvimento de ideias e informações tem modificado a relação entre ensino e aprendizagem, levando ao envolvimento ativo dos sujeitos a partir de processos pedagógicos criativos que elevam o papel do educando num processo de exploração da sua cultura, tornando-o protagonista.

Nesse cenário, os estudos da Teoria da Aprendizagem Significativa (AUSUBEL, 1968) reforçam que, em uma aprendizagem ativa e significativa, o mais importante é a estrutura cognitiva de quem aprende. Essa estrutura é organizada de forma hierárquica, facilitando não somente a aprendizagem, como também a retenção de conhecimentos. Já Santos (2009, p. 68) postula que

[...] a aprendizagem profunda ocorre quando a intenção dos alunos é entender o significado do que estudam, o que os leva a relacionar o conteúdo com aprendizagens anteriores, com suas experiências pessoais, o que, por sua vez, os leva a avaliar o que vai sendo realizado e a perseverarem até conseguirem um grau aceitável de compreensão sobre o assunto. A aprendizagem profunda se torna real, então, quando há a intenção de compreender o conteúdo e, por isso, há forte interação com o

mesmo, através do constante exame da lógica dos argumentos apresentados.

Em relação ao tema, é evidente que os processos de ensino-aprendizagem são influenciados de forma positiva quando o que os educandos aprendem se mostra relevante e significativo. Assim, propostas curriculares e metodológicas que possibilitem a educação patrimonial prestam grande contribuição para a transformação da realidade do educando por meio de um ensino exploratório, investigativo e instigante, permeado de significado. Roger (2001, p. 1) diz que a aprendizagem significativa acontece da seguinte forma:

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência.

Assim, aprendizagem ativa e educação patrimonial se complementam, uma vez que o envolvimento reflexivo e participativo desperta o interesse dos educandos. Conforme Moran (2018) afirma, "a ênfase na palavra ativa precisa sempre estar associada à aprendizagem reflexiva, para tornar visíveis os processos, os conhecimentos e as competências do que estamos aprendendo com cada atividade" (p. 39).

Nesse cenário, a educação patrimonial propõe ações educativas para que os educandos se tornem os protagonistas a partir de ações mediadoras. Segundo Florêncio (2012), as mediações culturais

[...] pode[m] ser entendida[s] como um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, pensar e de relacionar com outros e consigo mesmo [...] As ações educativas para a valorização do patrimônio cultural, nesse sentido, são ações mediadoras, no sentido pensado por Vygotsky, que contribuem para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas e em seus patrimônios culturais (FLORÊNCIO, 2012 p. 29, adaptado).

Nesse sentido, ao refletirem sobre a educação inovadora e significativa, Moran e Bacich (2018, p. 38) afirmam que "a aprendizagem mais profunda requer espaços de prática frequentes (aprender fazendo) e de ambientes ricos em oportunidades". Sendo assim, podemos afirmar que a educação patrimonial presta

uma valiosa contribuição ao ensino, oportunizando uma aprendizagem ativa e preparando os indivíduos para atuarem no mundo.

Ademais, é com a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes (para que, a partir disso, eles sejam capazes de ancorar novos conhecimentos) que a educação patrimonial entra na aprendizagem ativa como uma forma de possibilitar processos de aprendizagem que associem “uma leitura de mundo” midiático pela cultura, um ensino contextualizado, cuja intencionalidade é executar algo com um propósito, com vivência na prática.

A aprendizagem é ativa e significativa quando avançamos em espiral, de níveis mais simples para mais complexos de conhecimento e competência em todas as dimensões da vida. Esses avanços realizam-se por diversas trilhas com movimentos, tempos e desenhos diferentes, que se integram como mosaicos dinâmicos, com diversas ênfases, cores e sínteses, frutos das interações pessoais, sociais e culturais em que estamos inseridos. (MORAN; BACICH, 2018, p. 2)

A aprendizagem requer ambientes ricos que abram caminhos para novas possibilidades; “não apenas para nos adaptarmos à realidade, mas, sobretudo, para transformar, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 76). Ou seja, é instigando a curiosidade que a aprendizagem se torna ativa.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. (FREIRE, 1996, p. 13).

Nesse sentido, o trabalho docente exige práticas pedagógicas articuladas às transformações, sociais, políticas, culturais e econômicas. Horta (1999, p. 4) afirma que a educação patrimonial “é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, que leva o indivíduo à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.

Como um processo permanente e sistemático, a educação patrimonial estabelece estratégias essenciais que se caracterizam pela identificação e caracterização do patrimônio. Seu objetivo é refletir sobre as problemáticas sociais baseadas na vivência social, reconhecendo a importância de preservar o patrimônio

aliado ao exercício de cidadania, ou seja, reconhecer o patrimônio e como resultado, a sua proteção.

A educação é o portal de entrada para preservar o que existe de valor para um grupo ou sociedade. A educação patrimonial, por sua vez, constitui-se em ferramenta estratégica para estimular o cidadão a usar sua autonomia no sentido de valorizar e conservar seu ambiente e o patrimônio cultural que o integra. (PAIVA, 2000, p. 4).

As práticas educativas em educação patrimonial dão sentido e significado aos indivíduos por meio de “um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos”, com um processo contínuo e significativo de criação cultural (IPHAN, 1999, p. 5).

Assim, a educação patrimonial por meio de uma aprendizagem ativa, é um processo indispensável para o desenvolvimento do ser humano na sua integralidade, uma vez que favorece a preservação do patrimônio por meio de um processo de apropriação de habilidades e competências sobre o espaço sociocultural e histórico que se vive. Logo, ela é uma ferramenta estratégica que sensibiliza a comunidade para reconhecer e compreender os sentidos e os valores que elegem os bens culturais de um povo como um patrimônio; algo que vá além, pois, de acordo com Fonseca (2005, p. 223),

[...] é evidente que essa ação fará tanto mais sentido quanto mais amplamente esses bens possam ser lidos e apreciados, numa apropriação ativa, que contribua para o enriquecimento de cada cidadão e da coletividade com um todo”.

Diante disso, cabe acrescentar que os bens culturais relacionam a consciência individual e coletiva, contribuindo para que a sociedade se reconheça como participante da sua cultura nos modos de viver e fazer. Essa são bens imprescindíveis que transcendem o indivíduo e a sociedade e aproximam tradição e cultura. Nesse sentido, é necessário tratarmos do contexto histórico em que a comunidade de São João do Polêsine se formou para partirmos para as especificidades desta dissertação, que visa criar instrumento de apoio didático a partir da educação patrimonial, contribuindo para o fortalecimento da apropriação da história e da cultura como bens patrimoniais da comunidade.

3 A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A QUARTA COLÔNIA: A CRIAÇÃO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS

Segundo alguns historiadores, na segunda metade do século XIX, o Brasil estava em um processo de mudança. Sendo assim, precisava substituir a mão de obra escrava e povoar as regiões até então consideradas improdutivas ou com menor ocupação humana. Com isso, o governo brasileiro, comandado pelo imperador Dom Pedro II, “resolveu povoá-las com imigrantes, capazes, em primeiro lugar, de desenvolver uma cultura familiar e, posteriormente, construir uma resistência civil em caso de possíveis invasões estrangeiras” (GIRON, 2007, p. 57).

Então, a partir do século XIX, houve uma crescente imigração europeia para o Brasil, pois ele era visto como um país de oportunidades, já que, na Itália, havia muita pobreza e sofrimento. Os italianos passavam por muitas dificuldades e viam no Brasil uma chance de melhorar de vida (VIZZOTTO, 2014); a essas dificuldades pelas quais os italianos estavam passando na sua terra natal, somou-se como motivo para a imigração a propaganda das nações americanas (como os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil), que buscavam trabalhadores e faziam promessa de riqueza imediata.

O abandono da terra natal consistiu na saída para a crise vivida por multidões de camponeses. Partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto aluguel da terra, do serviço militar. A imigração era a forma de revolta surda e silenciosa contra os grandes proprietários de terras. Ele prometia um futuro risonho, no qual todos seriam *Signori*. (MAESTRI, 2005, p. 103).

A história da colônia de Silveira Martins mostra as relações da Quarta Colônia com o processo migratório. Ainda é importante assinalar que a chegada dos imigrantes ocorreu diante do debate da abolição política da escravatura no Brasil. Com isso, buscava-se substituir a mão de obra escrava das grandes propriedades na região Sudeste e ocupar núcleos de pequenas propriedades (CRUZ, 2020, p. 34), mais ao Sul do Brasil. Cruz (2020) menciona que, a partir da promulgação da Lei de Terras, nº 601, de 19 de setembro de 1850, o Império criou quatro colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, com a motivação na criação de colônias para atrair um número expressivo de imigrantes, o governo da Província passou a preparar a estrutura mínima necessária para o acolhimento dos primeiros imigrantes

que, em 1875, iniciaram o povoamento dos núcleos de Dona Isabel, Conde d'Eu e Fundos de Nova Palmira. E em 1877, expande a área a ser ocupada com o surgimento do quarto núcleo de Santa Maria da Boca do Monte, logo depois denominado de Silveira Martins (BACCA, 2019, p.16).

Os imigrantes italianos que chegaram à região central do Rio Grande do Sul tinham como origem principal a região de Vêneto, na Itália — mais precisamente as províncias de Veneza, Verona, Pádua, Vicenza e Treviso. Outros partiram das províncias de Belluno, Trento e Udine (VIZZOTTO, 2014, p. 50). Nesse sentido, é importante mencionar que, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, foram criados dois tipos de colônias oficiais: as imperiais e as provinciais. Ambas tinham como objetivo “importar mão de obra” europeia e comercializar as terras devolutas do Império a fim de aumentar a produção agrícola (GIRON; BERGAMASCHI, 1996, p. 39 *apud* BOLZAN, 2015, p. 41).

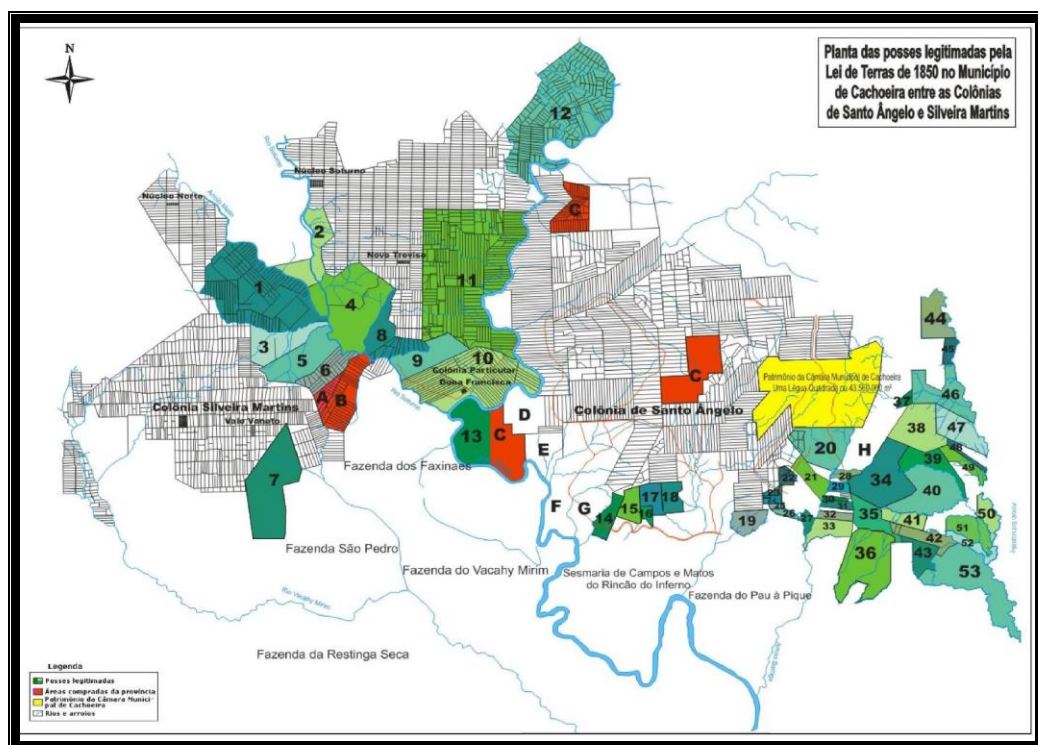
Richer (1990) refere que os imigrantes partiam do porto de Gênova, na Itália, e iam até o Rio de Janeiro, de onde seguiam até Porto Alegre. Em seguida, eram acolhidos na praça da harmonia em galpões cobertos por zinco. Posteriormente, seguiam em pequenas embarcações pelo do Rio Jacuí e aportavam em Rio Pardo pela via fluvial. Em seguida, “de Rio Pardo, os imigrantes eram direcionados à Colônia de Silveira Martins, vinham através do Rio Jacuí e, posteriormente, eram conduzidos por carretas puxadas por quatro ou cinco juntas de bois e guiados por um cavaleiro” até o seu destino final, a Colônia de Silveira Martins (TORRI, 2001, p. 57-58 *apud* VIZZOTTO, 2014, p. 50).

De acordo com Fagan (2014), as primeiras 70 famílias que chegaram precisaram que lidar com enormes dificuldades, sendo necessário traçar os caminhos e derrubar o mato para tornar habitável um espaço praticamente despovoado. O primeiro abrigo do relento dos imigrantes foi o Barracão, na região da atual Val de Buia/Silveira Martins. Não havia higiene nem mesmo o mínimo de conforto nesse local, o que gerou muitas doenças e mortes. No entanto, o imigrante italiano tinha uma fé inata e almejava construir um futuro melhor para seus descendentes (FAGAN, 2014).

No Barracão de Val de Buia, foram enfrentadas muitas dificuldades. Por essa razão, o governo brasileiro agilizou a demarcação dos lotes e entregou, a cada família, um machado, uma enxada, uma foice, um facão, sementes de feijão, de milho, de batatas e a quantia de 80 mil réis para iniciarem a construção de uma casa

de madeira (TORRI; RIGHI; BISOGNIN, 2001). Após a entrega dos pequenos lotes, as famílias de imigrantes foram descendo a serra aos poucos e formando as localidades de Vale Vêneto e Val Veronês. Ao chegar à terra prometida, as primeiras atividades dos colonos não era somente o plantio, mas a limpeza do mato, a abertura de caminhos e a construção das suas próprias casas. Isso foi dando origem aos primeiros povoados da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul (VIZZOTTO, 2014).

Figura 1 – Mapa da Colonização.



Fonte: (GIMENO 2014, p. 68).

É importante mencionar que as transformações ocorridas na colônia foram efetivadas por um conjunto de políticas imigratórias que estimulavam a colonização com a Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850, a qual proibia o tráfico e a entrada de escravos no país. Com a implementação da Lei de Terras, a competição pela cresceu, pois ela passou a ser uma mercadoria disponibilizada à iniciativa do progresso e da prosperidade, o que dependia dos braços, ou seja, do trabalho dos colonos para a ampliação da propriedade (BOLZAN, 2015).

Ao longo do tempo, com o Decreto Imperial 1570, de 21 de abril de 1886, o território da Quarta Colônia se fragmentou, levando a um processo de fracionamento

desse território da ex-colônia de Silveira Martins, em que ela foi subdividida entre três municípios: Cachoeira do Sul, Santa Maria e Júlio de Castilhos (na época Vila Rica). A colônia ainda passou por várias tentativas de reunificação, mas sem êxito (CRUZ, 2020). Assim, o crescimento das famílias e a busca por novas terras para a agricultura deram origem ao processo de enxameamento à migração da colônia. Essa mobilidade (que ocorreu de forma muito acentuada) fez com que ocorresse a pulverização das atividades econômicas, causando o prevaecimento das atividades econômicas de subsistência (BOLZAN, 2015).

Segundo Bolzan (2015), a fragmentação da colônia acabou retardando os processos de emancipacionistas da Quarta Colônia, o que fez com que as emancipações das cidades da Quarta Colônia iniciassem somente no final da década de 1950, tendo sido complementada na década de 1990. O decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938, promulgado por Getúlio Vargas, ampliou a possibilidade da criação de novos municípios no Brasil: “para reivindicar sua transformação em município, era necessário que uma localidade tivesse, no mínimo, duzentas moradias na sede urbana da futura cidade” (CRUZ, 2019, p. 41).

Com essa fragmentação, as terras que correspondiam às regiões de Faxinal do Soturno, Novo Treviso, São João do Polêsine, Ribeirão e Vale Vêneto passam a ter como sede Dona Francisca, tornando-se o quinto distrito do município de Cachoeira do Sul. Assim, “em 1959 os núcleos de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine se emancipam de Cachoeira do Sul, tendo como sede Faxinal do Soturno” (PADOIN; BOLZAN; CRUZ, 2019, p. 109). E, em 1960, foi criado o município de Faxinal do Soturno, do qual São João do Polêsine e Dona Francisca se tornaram distritos.

Em 1960, Nova Palma se tornou município, emancipando-se de Júlio de Castilhos e tendo levado consigo o território de Ivorá e parte de Pinhal Grande, pois eles foram desmembrados de Júlio de Castilhos. Com isso, “o primeiro núcleo da ex-colônia continua a denominar-se Silveira Martins e tornou-se o 4º distrito de Santa Maria, juntamente com Arroio Grande” (PADOIN; BOLZAN; CRUZ. In: BACCA 2019, p. 109).

Também é importante registrar que, no ano de 1857, a Vila de Cachoeira recebeu os primeiros colonos alemães que vieram povoar a Colônia de Santo

Ângelo², “empreendimento feito pela Província do Rio Grande do Sul com o intuito de desenvolver a economia agrícola com pequenas propriedades rurais” (GIMENO, 2014, p. 30). Com isso, na Vila de Cachoeira, localizada na região conhecida como Costa da Serra Geral, predominavam as florestas que, aos poucos, eram derrubadas, oferecendo lugar às lavouras, sendo uma área propícia para a agricultura (GIMENO, 2014).

A história da colonização e da imigração europeia na Vila de São João da Cachoeira teve início com a instalação da Colônia de Santo Ângelo, em 1857, e prosseguiu com a instalação da colônia de Silveira Martins no município vizinho de Santa Maria da Boca do Monte (GIMENO, 2014, p. 47).

De acordo com Friedrich (2015) e Pegoraro (2013), em 1857, com a chegada de imigrantes alemães provenientes da região Pomerânia e, em 1876, com novos imigrantes da região da Boêmia, todos se instalaram no território que pertencia ao município de São João da Cachoeira (atual Cachoeira do Sul). Sendo assim, os germânicos chegaram à localidade de Cerro Chato (onde hoje é o município de Agudo) à margem esquerda do Rio Jacuí e, com o passar do tempo, também ocuparam parte do território da direita da margem do Jacuí.

Conforme Pegoraro (2013), a Colônia de Santo Ângelo, criada pelo Governo Provincial em 1857, tornou-se, em 1865, o 1º distrito de Cachoeira, cuja sede se concentrava onde hoje fica a cidade de Agudo. Assim, o território dessa colônia deu origem a outros municípios, como Candelária, Ibarama, Paraíso do Sul, Dona Francisca e Nova Palma (comunidade de Caemborá), tendo presença nos municípios de Restinga Seca, Novo Cabrais e Cerro Branco.

De acordo com Padoin, Bolzan, Cruz In Bacca (2019), na segunda metade do século XX, novos municípios surgem devido às emancipações:

Em 1959, Faxinal do Soturno; em 1960, Nova Palma; em 1965, Dona Francisca; em 1988, Ivorá e Silveira Martins; em 1992, Pinhal Grande e São João do Polêsine. Além destes, as emancipações de Agudo e de Restinga Seca ocorreram em 1959. (PADOIN; BOLZAN; CRUZ In: BACCA, 2019, p.109).

Cruz (2020) aponta que, na sua forma original, a Colônia era formada pelos territórios que hoje compõem os municípios de

² O território da Colônia de Santo Ângelo, de imigração alemã, deu origem a outros municípios, como Candelária, Ibarama, Paraíso do Sul, Dona Francisca, Nova Palma (comunidade de Caemborá), com presença ainda, nos municípios de Restinga Seca, Novo Cabrais e Cerro Branco.

[...] São João do Polêsine, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Silveira Martins, Ivorá, Pinhal Grande, e partes dos territórios de Santa Maria, Agudo, Restinga Seca, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. (CRUZ, 2020, p. 19).

De acordo com Sponchiado (1996), o processo de enxameamento na Quarta Colônia ocorreu em várias etapas. Desde a acomodação inicial, houve dificuldades sociais e geográficas, como a ocupação dos vazios intermediários em virtude da necessidade de ocupar as áreas de planície irrigadas pelo Rio Soturno. Com a penetração nos campos limítrofes, os colonos acabaram adquirindo terras nas proximidades da colônia, incluindo terras da Colônia de Santo Ângelo (CRUZ, 2020), conforme já mencionamos.

Sponchiado (1996) também aponta que, nesse processo de ampliação dos núcleos, as áreas que eram tidas como “vazios demográficos³” foram ocupadas por particulares. Dentre eles, estava Miguel Martins, cuja parte das terras foi vendida para Manuel PY que, motivado pela Lei de Terras de 1850, loteou e vendeu essas terras para os imigrantes, dando origem a São João do Polêsine (CRUZ, 2020).

Esse processo migratório trouxe consigo construções identitárias relacionadas às condições sociais e econômicas determinadas pelo movimento histórico do ponto de vista político, social, religioso, moral e econômico. Isso possibilitou que o imigrante italiano não apenas cultivasse o solo por meio do seu trabalho, mas construísse uma cultura que deu origem à nova realidade. Para isso, a prática religiosa foi vital, contribuindo para o enraizamento daqueles imigrantes que chegaram em solo brasileiro e desempenhando um papel fundamental para a própria italianidade e o progresso na nova pátria.

Nesse sentido, o trabalho constante e a sistematização do solo contribuíram para a melhoria das condições de vida do imigrante e seus descendentes, fazendo com que, por meio do seu trabalho, conquistasse a sua propriedade, tornando-se protagonista da sua história. O imigrante trouxe consigo as tradições religiosas, de modo que a religiosidade e a fé sempre se apresentaram de forma visível, havendo forte influência do catolicismo nos núcleos coloniais. As estruturas familiares de descendentes italianos aprendem, desde pequenos, a identificação com a religiosidade.

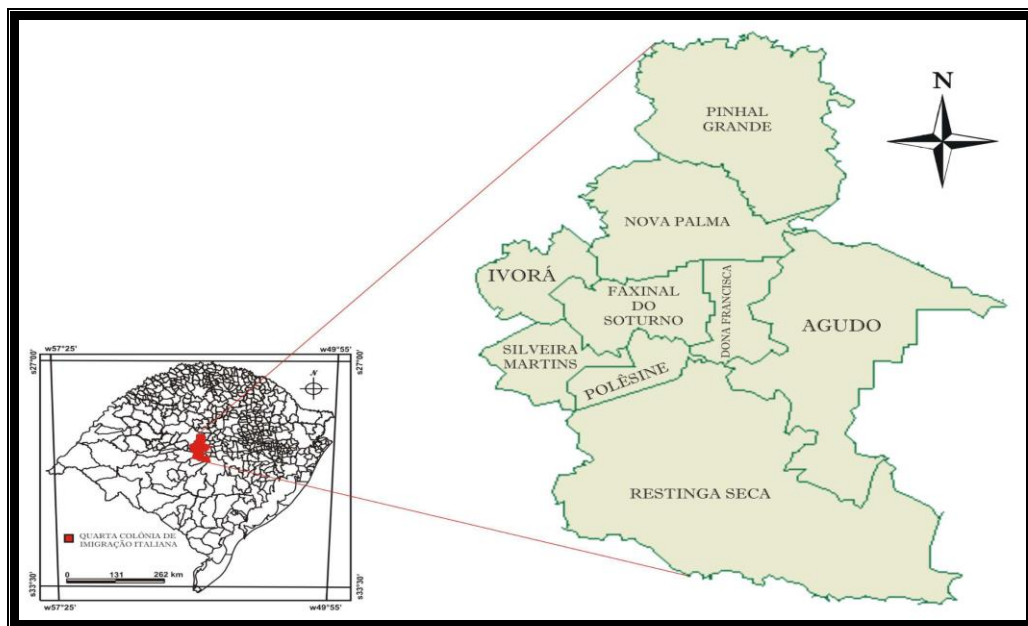
³ Vazios demográficos, eram consideradas as regiões com terras devolutas, locais não habitados pelo homem, terra julgada como improdutiva. Assim, o governo imperial brasileiro queria ocupar estes territórios com imigrantes que trabalhavam na agricultura, uma economia baseada no setor primário.

Nesse sentido, o incansável trabalho do imigrante na nova terra acrescenta à simplicidade dos seus costumes uma representação de trabalhador. Sobre esse espaço, o colono e os seus descendentes trazem, em suas memórias e genealogias, uma forma de ser, uma natureza que, aos poucos, foi sendo interpretada e apropriada por um processo coletivo e individual de construção.

De acordo com Cruz (2020) e Bolzan (2015), em 2016, a Quarta Colônia foi reconfigurada com o estabelecimento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS) e a criação do Consórcio do Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS). Esse consórcio tem a dinâmica de executar projetos e integrar os municípios da Quarta Colônia, sendo que foi criada uma sede para o CONDESUS Quarta Colônia, que fica em São João do Polêsine.

A reinvenção da Quarta Colônia, com o PRODESUS e o CONDESUS, tenta recuperar o atraso econômico que havia iniciado ainda durante o governo imperial, quando o território da ex-colônia de Silveira Martins foi fragmentado (CRUZ, 2020, p. 20).

Figura 2 – Localização da Quarta Colônia.



Fonte: (STEFANELLO, 2010, p. 68 apud DESCONVI FILHO, 2007).

Figura 3 – Cidades do Consórcio Quarta Colônia (CONDESUS).



Fonte: (<https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/historia>, Acesso em 03/09/2020).

De acordo com estimativas do IBGE (2021), o município de São João do Polêsine tem uma população estimada em 2.535 pessoas, território de 78.320 km² e faz parte do bioma Mata Atlântica.

3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS

De acordo com Fagan (2015), os primeiros habitantes do território que hoje constitui o município de São João do Polêsine foram os indígenas, mais precisamente os Tapes. Eles viviam às margens dos rios Jacuí e Soturno, tendo desaparecido em virtude do processo de conquista e colonização europeia.

São João do Polêsine é uma área típica de baixa altitude, cercada por montanhas e colinas, localizada na região central do Rio Grande do Sul. O início de seu povoamento por imigrantes italianos é registrado no século XIX, mais precisamente em 1883. Os primeiros lotes de terra foram adquiridos de Manuel PY pelos imigrantes italianos e “se estendiam as terras de Manuel PY e os confins da fazenda de Miguel Martins na moldura da Serra de São Martinho, entre as Pedras Brancas e as barrancas do Rio Soturno” (DALMOLIM, 2006, p. 7).

Dalmolim (2006, p. 7) aponta que “a beleza, a fertilidade e a semelhança da terra distante chamaram a atenção dos primeiros moradores que chegavam e todos diziam que a nova terra ‘SE SOMEIA A EL POLÊSINE’”, dada a semelhança com uma região da Itália que tinha belos vales, localizada às margens do Rio Pó. Essa região era um lugar conhecido como Polêsine, nome que a comunidade de imigrantes acabou adotando devido à lembrança da velha terra.

Bolzan (2015) conta que o núcleo havia construído a sua primeira capela, a qual foi inaugurada em 20 de dezembro de 1899. Como não havia padroeiro, “um morador (João Dalmolin) se dispôs a pagar a estátua do padroeiro, desde que o mesmo fosse São João” (BOLZAN, 2015, p. 255). A comunidade aceitou e, ao nome do padroeiro, foi acrescentado o nome “Polêsine”, dando origem ao nome São João do Polêsine (BOLZAN, 2015).

Os imigrantes que aqui chegaram se tornaram proprietários de um lote de terra, no qual praticavam a agricultura familiar. Inicialmente, começaram com a roçada e derrubada da mata, realizando o preparo do solo, o plantio e a colheita. Absolutamente tudo era realizado de forma manual, como a criação de pequenos animais para consumo próprio e agricultura familiar de subsistência (PAZUCH, 2019).

A religião católica e as práticas de trabalho trazidas da Itália para o Brasil foram os principais valores que formaram a identidade e a cultura dos imigrantes italianos na Colônia de Silveira Martins, contudo, essas práticas não foram simples transposições de costumes da Itália para o Brasil, mas o surgimento de uma nova identidade local, influenciada pelo novo espaço geográfico e pelo decorrer do tempo. (PAZUCH, 2019, p. 10).

O município de Faxinal do Soturno se formou próximo à margem esquerda do Rio Soturno, com imigrantes italianos provenientes de Silveira Martins. Ao longo do tempo, o nome dessa comunidade se modificou: inicialmente, chamavam o município de Campo do Meio; em seguida, de Campo dos Bugres; por fim, de Faxinal do Soturno. Segundo alguns arqueólogos, após a enchente de 1941, foram identificados vestígios da tribo Tapes nessa região. Desse modo, tornou-se município a partir da Lei Estadual nº 3.711 em 12 de fevereiro de 1959, “quando constituía o 5º Distrito de Cachoeira do Sul” (PEGORARO, 2013, p. 52).

Houve quatro tentativas de emancipação desse território (1958, 1964, 1986 e 1988), e todas foram frustradas. A última comissão foi organizada em 16 de agosto de 1990. A Comissão de São João do Polêsine teve como presidente a professora

Valserina Maria Bulegon Gassen, e a Comissão de Vale Vêneto teve como presidente Alberi Jovino Foletto, resultando na emancipação de São João do Polêsine, que foi celebrada em fevereiro de 1991. Em sua 1ª cláusula, havia sido acertada a futura liberação de Vale Vêneto, com um Termo de Acordo. Conseqüentemente, por meio da Lei Estadual de nº 9.621 de 20 de março de 1992, foi criado o município de São João do Polêsine (BOLZAN, 2011).

São João do Polêsine foi emancipada do município-mãe Faxinal do Soturno em 1992, com muito empenho do seu povo, que acreditou no seu potencial para o desenvolvimento. Ademais, sua primeira administração foi em 1993, tendo como primeira prefeita a professora Valserina Maria Bulegon Gassen. Com a emancipação do município, é oficializada em 1993, com a Lei Municipal nº 18, a Festa do Arroz, valorizando a festa popular que acontecia no 3º domingo do mês de maio, tornando-a Festa Regional do Arroz, em comemoração à cultura do arroz.

Assim, a Festa do Arroz conta com um desfile temático, feiras de artesanato e produtos locais, missa comemorativa e almoço e jantar típicos italianos, atraindo visitantes das cidades próximas. Tal festa reúne os elementos histórico-culturais que definem a identidade de São João do Polêsine e que nos levaram a realizar este estudo.

4. O CULTIVO DO ARROZ E SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Este capítulo tem como objetivo apresentar a origem da cultura do arroz, desde os registros históricos dos povos antigos, na sua forma mais primitiva. Versa também sobre a sua chegada ao Brasil, perpassando estudos de sequenciamento genético e culminando na apresentação da cultura do arroz como um saber e um fazer que revela a identidade dos polesinenses, uma herança cultural que aproxima gerações. O objeto de estudo desta dissertação tem como produto final um livro sobre a cultura do arroz.

4.1 O CULTIVO DO ARROZ: ORIGEM

O arroz está na mesa de milhões de brasileiros. Ao lado do feijão, é um dos alimentos mais consumidos pela população brasileira, além de ser um dos cereais mais produzidos no mundo. Nesse sentido, “o desenvolvimento genético permitiu o aprimoramento do cultivo, do plantio à colheita, e o aumento da qualidade do produto” (LIESENFELD; HOLANDA, 2021, p. 1). Assim, vamos conhecer um pouco a história do surgimento das primeiras plantações de arroz, da evolução das técnicas de cultivo e das tecnologias avançadas que são capazes de prever a produtividade da safra

Segundo historiadores, não há exatidão sobre o início do cultivo do arroz (*Oriza Sativa L*). O que se sabe até o momento é que, desde a pré-história, em lugares úmidos, o arroz era colhido pelos povos pré-históricos, pois eles tinham uma alimentação que se baseava em peixe e em animais menores. Com o surgimento do fogo, passaram a cozinhar alguns tipos de sementes e “procurar plantas que tivessem grãos maiores e mais pesados e, foi assim, que começaram a desenvolver um gosto para o arroz” (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010 *apud* MARTINS, 2015, p. 14).

De acordo com Magalhães Junior (2007), há uma hipótese de que o surgimento da cultura do arroz tenha se dado porque, lá no período da pré-história, as mulheres deixavam cair as sementes em partes mais baixas do terreno. Assim, nas áreas mais alagadas, onde eram cultivadas as plantas aquáticas, iniciou-se o cultivo do arroz em razão da lâmina de água que se encontrava naqueles locais.

Nesse sentido, apesar de não haver uma precisão sobre a origem do cultivo de arroz, Lisenfeld e Holanda (2021, p. 2), mencionam que

[...] o seu cultivo na sua forma primitiva exigia do ser humano um grande esforço. Estima-se também que, devido às condições do terreno extremamente irregular, foi tornando-se comum a técnica de terraceamento – plantação em linhas, que seguem as diferenças de altitude do solo.

De acordo com a EMBRAPA (2000), o gênero *Oriza* é o mais rico e importante para a tribo *Oryzae*. Ele conta com 23 espécies que foram dispersas de forma espontânea pelas regiões da Ásia, da África e das Américas. Desse modo, a *Oriza* é resultante do cruzamento espontâneo de formas variadas e, “bem antes de qualquer evidência histórica, o arroz foi, provavelmente, o principal alimento e a primeira planta cultivada na Ásia” (EMBRAPA, 2000, p. 2).

Nesse sentido, a referência mais antiga tem 5.000 anos e é encontrada na literatura chinesa. Já na Índia o uso do arroz é muito antigo, com o grão sendo utilizado com referências religiosas em oferendas. Nas escrituras hindu, há menções datadas de 1.000 a.C e, na Indonésia, de 1500 a. C. (EMBRAPA, 2000, p. 2).

Alguns autores citam o Brasil como pioneiro no cultivo do arroz, uma espécie selvagem conhecida inicialmente como milho d'água. Os tupis o conheciam antes dos portugueses e o colhiam nos alagados próximos do litoral brasileiro, havendo registros de Américo Vespúcio sobre sua existência em áreas alagadas do Amazonas. Esses registros ainda contam que integrantes das caravelas de Pedro Álvares Cabral traziam consigo amostras de arroz (EMBRAPA, 2000).

Em solo brasileiro, há registro de lavouras de arroz na Bahia em 1587. A partir daí, a prática da cultura orizícola foi racionalizada e organizada e, do século XVIII até metade do século XIX, o Brasil se tornou um grande exportador de arroz (EMBRAPA, 2000).

O que sabemos até o momento é que, na China, há documentos que mencionam que a produção do arroz vem aumentando nos últimos 2.000 anos. A isso, soma-se o fato de que existiam cultivares em 1.700 que rendiam cerca de 10.000kg/ha, o que tem contribuído para o aumento da produtividade das cultivares cada vez mais modernas (VIEIRA; OLIVEIRA, 2010 *apud* MARTINS, 2015, p.14).

No século XV, o cultivo do arroz se expandiu através dos povos asiáticos para a Europa e a África do Sul. Na Espanha, o arroz foi batizado de “arus”. Segundo registros históricos, o arroz foi trazido pelos mouros no século XVIII, tendo chegado,

inicialmente, pela península, sendo o cultivo agrícola mais difundido na Itália (VIERA; OLIVEIRA, 2010). Em um livro publicado em 2001, intitulado *Black Rice*, Carney afirma que

[...] foram os cultivadores de arroz oriundos da África ocidental que iniciaram a cultura do arroz nas Américas, onde aplicaram a sua experiência com a espécie africana de arroz na produção de um de seus alimentos básicos preferidos. (CARNEY; WATKINS, 2021, p. 1).

De acordo com a obra de Carney (2001), os africanos cultivavam uma espécie de arroz há pelo menos um milênio antes do início do comércio de escravos pelo Oceano Atlântico. Essa espécie de arroz era cultivada de modo autônomo e, por causa das suas competências e seus conhecimentos, os africanos foram os pioneiros na introdução dessa cultura no Novo Mundo.

Fields-Black realizou, na costa da África Ocidental, estudos sobre o cultivo do arroz na época pré-colonial e a sua influência nos sistemas orrozículas. Os estudos mostraram aspectos etnográficos e linguísticos com descobertas arqueológicas, com o intuito de superar a falta de registros escritos (FIELDS-BLACK, 2008 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p.6-7).

Nesse sentido, ao refletir sobre a cultura do arroz em solo brasileiro nas sociedades coloniais,

[...] o historiador Hawthorne (2003, 2010a), cruza histórias orais e fontes arquivísticas para demonstrar como alguns grupos étnicos da região da Costa da Alta Guiné responderam ao comércio transatlântico de escravos, transferindo a produção de alimentos para zonas inacessíveis de mangal e porque é que proprietários de fazendas na Amazônia, Brasil, procuravam escravos de arroz desta região (HAWTHORNE, 2003 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p. 7).

Judith Carney afirma que, ao realizar entrevistas nos quilombos dos estados brasileiros — mais precisamente no Amapá, no Pará e no Maranhão — enquanto coletava arroz na comunidade ao longo da fronteira do Suriname e da Guiana Francesa, “foi lhe informado que mulheres escravizadas tinham trazido arroz da África escondido no cabelo” (CARNEY, 2004 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p.9).

Sendo assim, na versão quilombola do Brasil,

[...] “quando uma mulher escravizada desembarca do navio negreiro, ela apanha grãos de arroz e esconde-os nos cabelos”. As sementes preciosas

escaparam à detecção e, por meio dessa ação furtiva e deliberada, os quilombos começaram a cultivar arroz. É significativo o fato de histórias de quilombolas situarem os primórdios do arroz em torno dos navios escravos, excesso de provisões e ação da mulher africana (CARNEY, 2004 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p. 9).

Ao refletir sobre a cultura africana, Carney e Watkins argumentam que o escritor Galeano (1987), ao pesquisar a sobre a sociedade escrava no Suriname, faz uma significativa menção à história oral — “elas trazem vida nos seus cabelos” —, refletindo sobre a importância das mulheres quilombolas para a subsistência (GALEANO, 1987, p. 8 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p. 9). Assim, as trajetórias das culturas africanas ligadas ao comércio de africanos nos navios negreiros, onde eles tinham acesso à semente devido ao seu trabalho, fez com que a migração humana dessa continuidade às preferências alimentares “através dos pratos que as cozinheiras escravizadas preparavam para seus mestres” (WILSON, 1964; CASCUDO, 2011 *apud* CARNEY; WATKINS, 2021, p. 10).

Nesse sentido, a tese sobre a origem do arroz no Novo Mundo avança. De acordo com Tinde Van Andel, uma etnobotânica holandesa, quando ela comprou uma sacola de arroz no Suriname em um mercado de Paramaribo, uma “mulher quilombola que lhe vendeu o arroz é uma das 200 mil pessoas descendentes de escravos fugitivos”. Com isso, essa amostra foi testada e, posteriormente, provou ser uma espécie de arroz africano, a *Oriza glaberima*. A pesquisa desta etnobotânica foi publicada em 2010 na revista científica *Economic Botany* (CARNEY; WATKINS, 2021, p.10).

A pesquisa de Van Andel investigou a origem do arroz nas zonas africanas, e uma pesquisa internacional liderada pelo geneticista Rod Wing versou sobre a genética do arroz a partir do sequenciamento do genoma do arroz *Oriza glaberima* no ano de 2014, a qual foi utilizada pela pesquisadora Van Andel na sua nova iniciativa. Ademais, em outubro de 2016, foi publicado um artigo cujos resultados da pesquisa “sugeriram que a variedade do arroz africano do Suriname provavelmente teve origem nos países do Planalto da Guiné” (CARNEY; WATKINS, 2021, p.10).

Os arquivos holandeses das viagens negreiras à região mencionaram o arroz entre as provisões de alimentos que os navios negreiros costumavam comprar para o cruzamento do Atlântico. (CARNEY; WATKINS, 2021, p.11).

Há menções do cultivo do arroz em solo brasileiro no início da colonização, mais precisamente na capitania de São Vicente, por volta de 1530. Após a chegada do arroz a essa capitania, ele se espalhou para outras regiões do litoral, principalmente na região do Nordeste brasileiro, onde havia pequenas lavouras de arroz cultivadas para o sustento e agricultura de subsistência (ALONÇO; SANTOS, 2004 *apud* MARTINS, 2015, p. 14).

O arroz é um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo, caracterizando-se como o principal alimento de mais da metade da população mundial. Somente na Ásia, de 60 a 70 % do consumo calórico de mais de 2 bilhões de pessoas é proveniente do arroz e seus subprodutos. (FAO, 2004 *apud* CONAB, 2015, p.14).

Nesse sentido, Alonço e Santos (2004) afirmam que, “com a abertura dos portos por D. João VI, em 1808, o cereal começou a entrar em grandes números no país”. Os autores mencionam a região do Rio Grande do Sul: “Auguste de Saint Hilaire, em uma viagem ao estado, feita em 1820, citou a ocorrência de lavouras desse cereal” (ALONÇO; SANTOS, 2004 *apud* MARTINS, 2015, p.14-15). No Rio Grande do Sul, inicialmente, foram implantados cultivos de arroz dedicado à subsistência em regiões de sequeiros, ou seja, regiões que eram naturalmente alagadas pelas chuvas, pois seus solos conservam a umidade.

Outros autores citam a colonização alemã de Santa Cruz do Sul e Taquara como os introdutores da cultura no estado, ainda em pequenas lavouras, no estilo colonial (ALONÇO; SANTOS, 2004 *apud* MARTINS, 2015, p.14).

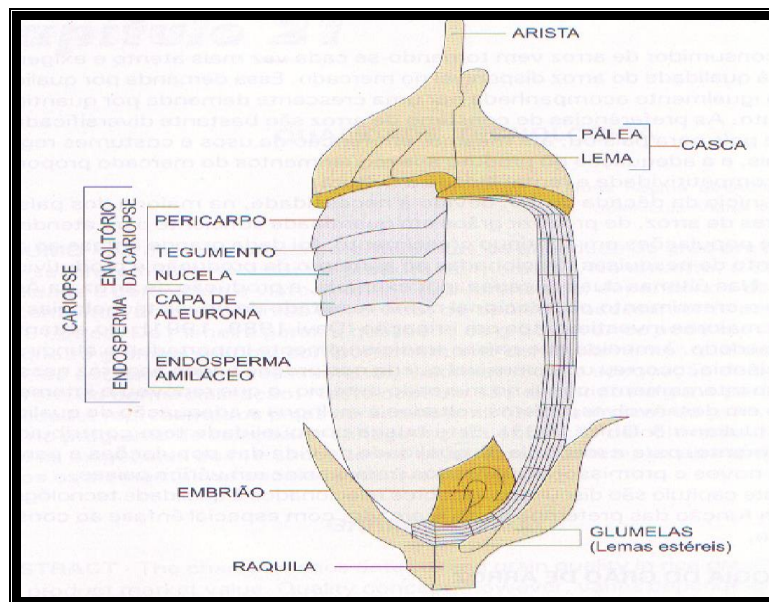
O processo de domesticação do arroz e a reconstrução do trabalho africano (com um papel muito importante para a economia e a alimentação local) por meio da coleta de registros dos transatlânticos mostram as relações do Ocidente e os conhecimentos agrícolas das viagens (CARNEY, 2001). Assim, a história da agricultura no Novo Mundo, segundo Carney (2001, p. 277), traz “a interpretação das técnicas de plantio e processamento de arroz, tanto em áreas úmidas quanto em terras secas, em locais ligados pela diáspora transatlântica”. Essa autora ainda menciona que, na América, a difusão da cultura do arroz ocorreu com o mesmo padrão de difusão da escravidão: primeiramente na América do Sul, e depois na América do Norte.

4.2 O CULTIVO DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com Pereira (2002), no estado do Rio Grande do Sul, foi no município de Pelotas, em 1904, que surgiu a primeira lavoura empresarial irrigada de arroz. Depois, essa prática chegou à Cachoeira do Sul a partir de 1912 e teve um grande impulso por causa dos veículos movidos a vapor, que acionam suas bombas de irrigação e facilitam a inundação das lavouras.

Segundo a CONAB, “o arroz é uma planta da família das gramíneas, do gênero *Oryza*, que possui em torno de vinte espécies, sendo a mais cultivada a *Oryza sativa*” (JULIANO, 1993 *apud* CONAB 2015, p. 14). Conforme a estrutura apresentada na Figura 4, “o grão é formado pelo tegumento, que envolve a semente e se encontra diretamente ligado ao pericarpo, membrana que envolve o fruto”. Com isso, “o pericarpo é envolvido pelas glumelas, pelo lema e pela pálea, que constituem a casca e são removidas durante o beneficiamento” (CONAB, 2015, p. 14 *apud* VIEIRA; CARVALHO, 1999).

Figura 4 – Estrutura do grão de arroz.



Fonte: (VIEIRA E RABELO, 2006 *apud* CONAB, 2015, p. 14).

A Instrução Normativa nº 6 de 2009, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirma, em seu artigo primeiro, “aprovar o regulamento técnico do arroz, definindo o seu padrão oficial de classificação, os requisitos de identidade e

qualidade, a amostragem, o modo de apresentação, a marcação ou rotulagem” (BRASIL, 2009, p. 1).

Para efeitos desse regulamento técnico, conceitua arroz como grãos provenientes da espécie *Oryza Sativa L*, sendo apresentado como arroz natural aquele que não passou por nenhum processo de beneficiamento tecnológico ou industrial. Já o arroz beneficiado consiste num produto maduro que passou por algum processo de beneficiamento, tendo, no mínimo, sua casca retirada (BRASIL, 2009, p. 2).

O produto do qual apenas a casca foi retirada é considerado arroz descascado ou integral (esbromado). Já o arroz parboilizado é um produto que foi submetido ao processo de parboilização, um processo hidrotérmico em que o arroz é imerso na água a uma temperatura de 58 °C para a posterior gelatinização parcial ou total do amido e secagem. Por meio desse processo, algumas das substâncias hidrossolúveis, “como vitaminas e minerais, são transportadas para o centro do grão, aumentando o valor nutritivo deste arroz em relação ao polido” (FERREIRA; YOKOYAMA, 1999 *apud* BRASIL, 2009, p. 15).

Nesse sentido, o arroz parboilizado pode ser disponibilizado de duas formas: como parboilizado polido ou parboilizado integral. O polido é tradicionalmente o mais consumido pela população, o arroz branco. Consiste em um produto que, no seu beneficiamento, são retirados o germe, o pericarpo e a maior parte da camada interna(aleurona) (BRASIL, 2009).

O estado do Rio Grande do Sul conta com o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), criado em 20 de junho de 1940 pelo Decreto-Lei nº 20 e institucionalizado pela Lei nº 533, de 31 de dezembro de 1948. O IRGA tem como objetivo incentivar, coordenar e supervisionar a produção, a industrialização e o comércio do arroz produzido no estado. A lei que institui o estatuto do IRGA, atualizada pela Lei nº 13.930, de 23 de janeiro de 2012, apresenta o IRGA como “uma entidade pública, como autarquia administrativa, com independência administrativa, financeira e orçamentária, subordinada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul” (IRGA, 2012, p. 12), com a intercessão da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio e foro em Porto Alegre.

De acordo com o IBGE (2010), no Rio Grande do Sul, “os níveis crescentes de produtividade da cultura do arroz têm origem no uso de melhores cultivares e

técnicas agronômicas”. Do mesmo modo, “os produtores de arroz do Rio Grande do Sul adotam com facilidade as novas cultivares de arroz liberadas pela pesquisa” (p.55-56). Porém, isso não acontece quando se trata das práticas para o manejo, corroborando uma variação da produtividade por hectare em torno de 5 a 9 toneladas em áreas plantadas com as mesmas cultivares.

Devido à variedade climática do estado do Rio Grande do Sul, os agricultores observam a época da semeadura de forma criteriosa, pois a variação da temperatura do ar e a variação da radiação solar podem gerar prejuízos à produtividade. Com isso, busca-se evitar condições climáticas adversas. A região da fronteira Oeste apresenta um bom potencial para o manejo da cultura do arroz, pois os solos têm média fertilidade natural, uma ótima resposta ao uso dos fertilizantes químicos, “baixa capacidade de infiltração, disponibilidade de recursos hídricos e a topografia plana a levemente ondulada, favorável ao desenvolvimento da orizicultura” (IBGE, 2010, p.56).

Na sua maioria, os produtores de arroz adotam tecnologias evoluídas de produção como práticas mais eficientes para sistematização do terreno, preparação do solo, manejo da água, semeadura, adubação, controle de doenças e pragas e colheita, além da utilização de cultivares mais produtivas, mais resistentes e de maior rendimento de beneficiamento. (IBGE, 2010, p. 57).

A orizicultura, como uma atividade econômica que depende do meio ambiente e faz parte de um conjunto de atividades que movem a economia, precisa de procedimentos tecnológicos e econômicos para melhorar a sua eficiência e produtividade, o que otimiza o trabalho do agricultor. É importante mencionar que, “atualmente, o Rio Grande do Sul ocupa a posição de maior produtor de arroz no Brasil, e a tecnologia está cada vez mais presente nesse processo” (LIESENFELD; HOLANDA, 2021, p. 3).

4.3 O CULTIVO DO ARROZ EM SÃO JOÃO DO POLÊSINE

A principal cultura agrícola do município de São João do Polêsine é a cultura do arroz, que é a base da economia do município. A cultura do arroz iniciou em São João do Polêsine em pequenos lotes de terra; o trabalho era manual, como uma forma primitiva de agricultura, e as famílias eram numerosas.

A vocação do seu povo para o trabalho com a terra fica visível, pois as plantações de arroz indicam que a cidade se aproxima, suas terras são férteis e o seu povo é trabalhador. E foi assim, por meio do trabalho e da religiosidade, que os colonos buscaram transmitir, ao longo de gerações, os saberes e fazeres que representam a herança cultural do seu território.

Figura 5 – Imagem de São João do Polêsine.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 2021).

Inicialmente, não existia defensivo agrícola nem adubo químico. As famílias eram numerosas e o trabalho visava suprir, primeiramente, a necessidade alimentar da família. O excedente era trocado por outros produtos ou comercializado, conforme relatos de agricultores e filhos de agricultores.

Na época a gente tinha mais que aprender a trabalhar do que estudar, nós éramos de família grande, meu pai teve 14 filhos, mais um criado, somos quinze. E como eu era o mais velho, tinha que ajudar a família trabalhar, então não tive tempo de ir na escola, mas eu me criei trabalhando, gosto muito e trabalho, por que eu digo que eu falo do meu jeito, como eu aprendi, como eu sei, porque a minha escola não foi uma a faculdade, a minha faculdade... eu posso dizer que a minha faculdade foi a enxada, a foice e o cabo do arado, mas tudo o que eu aprendi eu posso repassar aos outros, eu tenho uma grata satisfação em contar isso e mostrar o que eu passei (depoimento de Alessio Agostinho Borin)⁴.

⁴ Entrevista concedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine Bisognin em 05/09/2021.

Aos poucos, as matas foram sendo cortadas e os vales foram sendo ocupados, dando origem a novas plantações. No entanto, como havia áreas de terra muito alagadas (e nesse tipo de território era impossível o plantio de milho e feijão), os imigrantes precisaram encontrar novas formas de cultivo para aproveitar o solo disponível.

Foram indo, foram indo, foram roçando o mato, plantando o milho, até que, eu acho que uns 50 anos depois, mais ou menos, eles começaram a plantar arroz, aqui em Polêsine já tinha arroz, porque o Rio Soturno, era novo, não era assoriado, mas tinha muita sujeira do mato que caía, e essa região aqui baixa dava, enchentes muitas vezes né (depoimento de Suelly Dotto Missio)⁵.

Desse modo, os agricultores, de posse da informação de que na região onde hoje fica a cidade de Agudo havia alguns agricultores que cultivavam arroz em áreas alagadas, resolveram aprender uma nova cultura agrícola. Aos poucos, os imigrantes começaram a plantar arroz; inicialmente, em pequenos pedaços de terras, apenas para o consumo das suas famílias, uma agricultura de subsistência.

No início da cultura do arroz, as famílias eram numerosas, a prática da agricultura era basicamente familiar, o trabalho era braçal, o solo era capinado com enxada ou lavrado com arado puxado a boi ou cavalo, a semeadura era realizada com as mãos de forma manual e as sementes eram carregadas em pequenos recipientes e lançadas ao solo.

Era tudo feito a boi, você tinha que lavar o solo, discar, gradiar, preparar tudo a boi, para depois plantar, lançar a semente na terra, isso era um ritual que tinha que fazer passo a passo, depois o arroz nascia, aí tu tinha com toda a família cada um com uma enxada capinando a carreirinha, e aí a gente ia capinando. Eu lembro que eu tinha sete, oito anos, e já ia capinar arroz com o pai e a mãe (depoimento de Assis Cadore)⁶.

Logo, o patrimônio cultural é um agregador eloquente dos saberes e fazeres empreendidos da cultura local, dando sentido memorável aos seus formadores. São essas ações que transmitem e refletem o contexto histórico e cultural de um povo ao trazerem consigo, nas suas singularidades, sentidos valorativos demonstrados nas representações no/do espaço e tempo em que vivemos.

⁵ Entrevista concedida por Suelly Dotto Missio a Roselaine Bisognin em 06/09/2021.

⁶ Entrevista concedida por Assis Cadore a Roselaine Bisognin em 24/09/2021.

Nesse sentido, o patrimônio histórico e cultural representa, na sua gênese, a representação dos bens culturais de um povo, as suas riquezas, a sua identidade, o porquê de existir. Assim, os monumentos, os museus e as festas tradicionais nos trazem uma leitura compreensiva das práticas sociais. São essas memórias que resistem em universos culturais variados, permitindo assim, frente a frente com artefatos históricos, o sentimento de valorização, uma forma de manter a identidade do seu povo viva.

A vida dos imigrantes na nova terra fugiu às suas expectativas. A realidade era muito diferente da esperada, o que exigiu muito trabalho; eles sonhavam com um “pedaço do chão” de onde poderiam retirar o próprio sustento.

Figura 6 – Instrumentos utilizados pelos imigrantes no trabalho.



Fonte: (Acervo do Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo; Fotografia digital: Roselaine de Oliveira Bisognin, 14/03/2022).

Diante dessa realidade, os imigrantes tiveram que arregaçar as mangas, e o início foi marcado pela abertura da mata e, posteriormente, pelo surgimento das primeiras lavouras com pequenas plantações. Essa aberturas na mata, conforme Vizzotto (2014), ocorreu antes mesmo de os imigrantes construírem as suas casas; em seguida, construíram, no seu respectivo lote na nova colônia, abrigo para se protegerem do frio e de animais selvagens.

4.3.1 Instrumentos de trabalho

Para o levantamento de informações, foram entrevistadas 10 pessoas da comunidade, sendo que todas, em algum momento da sua vida, trabalharam com a cultura do arroz. Sendo assim, a seguir, serão apresentados alguns registros históricos de ferramentas inicialmente utilizadas pelos imigrantes para a abertura da mata e preparo do solo. Em seguida, é apresentada a história da cultura do arroz em São João do Polêsine, fazendo um contraponto entre presente e passado, rememorando, assim, os esforços dessa comunidade na atividade agrícola.

Nesse contexto, as imagens e os registros a seguir apresentam vestígios de um passado e trazem consigo um testemunho histórico dos esforços herdados dos antepassados no trabalho com a terra, produzindo o alimento que é servido à mesa das famílias, concretizando o sonho dos imigrantes na nova pátria. Um dos entrevistados conta:

Naquela época a gente se plantava o arroz, não produzia muito, a gente não tinha muita despesa, os meios de combater a erva daninha era a enxada, não existia pesticida, então no arroz tinha muito isso, vinha com muita praga junto. A gente colhia 100, 120 sacas de arroz em um hectare, era uma grande produção e hoje colhem em média 180, 200 tudo no limpinho, tudo com máquina, hoje, vejo um produto bem mais bonito e resistente (depoimento de Alessio Agostinho Borin)⁷.

É importante mencionar que, inicialmente, o homem utilizava a tração animal no trabalho com a terra. Para isso, algumas famílias utilizavam animais para revolver a terra com o arado; com o surgimento da grade, conseguem homogeneizar o solo para, posteriormente, realizar o plantio. Na sequência, serão apresentadas as primeiras formas de trabalho com o solo. Iniciou-se com a capina de forma manual e, ao longo do tempo, essa atividade foi evoluindo com o surgimento de novas ferramentas e instrumentos de trabalho.

a) Nivelamento e entaipamento

No início da cultura do arroz, antes do preparo do solo para o plantio, era realizado o nivelamento e o entaipamento do solo. Era um trabalho geralmente

⁷ Entrevista cedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine Bisognin em 05/09/2021.

realizado no inverno, devido à demora na realização do serviço; ademais, os equipamentos utilizados na época eram simples: nível de bolha, manga d'água, pá e corda.

As taipas, por vezes, eram construídas utilizando-se o nível da água acumulada da seguinte forma: inicialmente, construía-se a primeira taipa; após, esperava-se encher de água. Para isso, os trabalhadores acompanhavam o nível da água para, posteriormente, a taipa seguinte ser construída. Isso se dava sucessivamente, em toda a lavoura (representação na Figura 7, na Festa do Arroz).

Figura 7 – Nivelamento e entaipamento.



Fonte: (Acervo Municipal da Prefeitura de São João do Polêsine. Desfile da Festa do Regional do Arroz, 2010).

De acordo com os registros e nossas entrevistas, na maioria das propriedades, depois que as taipas eram construídas, eram mantidas de um ano para outro. Com o passar dos anos, novos equipamentos foram surgindo, de modo a otimizar o trabalho na cultura do arroz.

Atualmente, o nivelamento das lavouras de arroz é realizado de forma mecanizada, utilizando-se de dispositivos eletrônicos que identificam o nível necessário para a área indicada, possibilitando assim, acesso a informações precisas e em tempo real. Desse modo, a tecnologia de alta precisão, empregada nas lavouras, auxilia no nivelamento do solo, tornando a irrigação das lavouras mais

homogênea, otimizando o uso da água na irrigação do arroz.

b) Enxada

Por muito tempo, os plantadores de arroz utilizaram o método manual de plantio. Sendo assim, a enxada era muito utilizada pelos agricultores para revolver, capinar ou cavar o solo.

Figura 8 – Representação da capina com a enxada.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine; Desfile da Festa do Regional do Arroz, 2018).

A enxada é um instrumento com uma parte larga e achatada com uma lâmina afiada, tendo um orifício na parte contrária ao gume afiado. Nesse orifício, é encaixado um cabo comprido em madeira, em sentido perpendicular. Com essa ferramenta, é realizada a capina, facilitando o trabalho na agricultura.

c) Arado

O arado era um dos instrumentos utilizados pelos agricultores para revolver e arar o solo, de modo a descompactá-lo. Era um preparativo para o plantio posterior. Isso era feito para que as sementes pudessem ter um melhor desenvolvimento das suas raízes, permitindo o arejamento do solo.

Essa técnica é utilizada na atualidade por pequenos agricultores que plantam em propriedades rurais — geralmente para o consumo próprio, na agricultura de subsistência.

Figura 9 – Arado.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

O arado é um artefato antigo, ainda utilizado nos dias de hoje por pequenos agricultores com tração animal. Assim sendo, o trabalhador vai afirmando o arado com o intuito de direcionar o trabalho de arar o solo para, em seguida, realizar o plantio.

d) Saraquá

O saraquá é uma ferramenta antiga, de nome indígena. Inicialmente, era uma haste em madeira; com o passar do tempo, evoluiu e passou a ser uma ferramenta que tem um cabo de madeira arredondado de mais ou menos 1,5 m de comprimento. De acordo com Edison Pozzebon (2021),

[...] primeiramente eles plantavam arroz com uma ferramenta que eles chamavam de saraquá, abriam uma covinha, largavam os grãos dentro e tapavam com o pé; e, quando a terra era muito socada, a minha dizia que pegavam as crianças com uma latinha de areia, terra mais arenosa, daí colocavam em cima da cova para tapar⁸.

⁸ Entrevista concedida por Edson Pozzebon a Roselaine Bisognin em 26/09/2021.

Figura 10 – Saraquá.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

Na Figura 10, há dois modelos de saraquá: um com bico arredondado e outro que é uma espécie de lâmina semelhante à parte inicial de uma faca, cujas pontas são de ferro, pois tem maior durabilidade. Desse modo, o agricultor utiliza o saraquá para abrir pequenos buracos no solo e colocar as sementes. Posteriormente, cobre esses buracos com uma pequena camada de terra. É uma técnica manual de plantio.

e) Plantadeira manual ou matraca

Figura 11– Plantadeira manual ou matraca.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

Figura 12 – Plantadeira manual ou matraca.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal, Desfile da Festa Regional do Arroz, 2010).

Com a utilização da plantadeira manual ou matraca para o plantio de sementes, o agricultor cava no solo, bate ligeiramente a matraca e, ao fechá-la, a semente cai no solo. Assim, as sementes seguem caindo sobre a terra em um movimento semelhante ao de uma tesoura, permitindo uma espécie de dosagem das sementes no solo. Dito isso, essa plantadeira foi (e continua sendo) utilizada em pequenas propriedades, principalmente no plantio de milho e feijão.

Assim, para realizar a semeadura, foi desenvolvida uma espécie de semeadeira manual, um modelo de equipamento adaptado ao corpo humano.

f) Semeadeira manual

Figura 13 – Semeadeira manual.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin; Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

Figura 14 – Semeadeira manual.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

As Figuras 13 e 14 retratam uma pequena semeadeira manual adaptada com uma alça, pendurada no pescoço humano e carregada como uma espécie de sacola que vai à frente do corpo do agricultor. À sua direita, tem uma espécie de manivela que, ao ser girada, movimentava uma hélice que está na parte frontal do equipamento; com essa ação, acontece a semeadura do arroz no solo. Conforme entrevista realizada com Edson Pozzebon(2021),

[...] na década de 1960, eu lembro que tinha uma semeadeira, seria uma mochila invertida, a gente coloca as tiras nas costas e a semeadeira que ia jogar a lanço ficava na frente da pessoa, do trabalhador e ele girava a manivelinha que distribuía a semente. Depois a semente era coberta com uma tal de gradia de dente puxada a boi ou com pequenos discos tracionados a boi⁹.

g) Plantadeira carregada a cavalo ou boi

Figura 15 – Plantadeira carregada a cavalo ou boi



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin; Fotografia digital: Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/ 2021).

⁹ Entrevista cedida por Edison Pozzebon a Roselaine Bisognin em 26/09/2021.

Figura 16 – Plantadeira carregada a cavalo ou boi.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin; Fotografia digital: Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/ 2021).

As plantadeiras carregadas a cavalo ou boi foram utilizadas na plantação do arroz. Na Figura 15, há um modelo de plantadeira com uma espécie de compartimento com tampa, onde eram colocadas as sementes. Já a Figura 16 apresenta uma plantadeira com dois compartimentos: em um compartimento, colocavam-se as sementes e, no outro, o fertilizante. Isso demonstra uma evolução na cultura do arroz: o surgimento do fertilizante.

Em pequenas propriedades familiares, essas plantadeiras eram utilizadas da seguinte forma: puxada a cavalo ou boi, o cultivador ia atrás da plantadeira, guiando-a com suas mãos no cabo lateral. Assim, seguia sucessivamente, cuidando as carreiras para que o plantio acontecesse de forma ordenada. Ademais, o abastecimento das sementes e do adubo era realizado de forma manual, o que tornava o trabalho muito delongado e exigia o envolvimento de mais trabalhadores no plantio.

O trabalho iniciava com a capina do solo, e alguns agricultores realizavam a semeadura do arroz ou plantavam com plantadeira manual movida a cavalo ou boi.

h) Gafanhoto (capinadeira manual)

Figura 17– Gafanhoto.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital: Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/ 2021).

Ainda, era necessário realizar, após o nascimento do arroz, a capina das ervas daninhas. Para isso, era utilizada uma capinadeira manual de metal, conhecida como gafanhoto. O equipamento da Figura 17 era puxado a boi ou cavalo, de modo que o trabalhador seguia guiando o gafanhoto nas carreiras de arroz, retirando as pequenas ervas daninhas da lavoura. Isso colaborava para que o arroz se desenvolvesse melhor, aumentando a possibilidade de produção.

Figura 18 – Gafanhoto – desfile na Festa do Arroz.



Fonte:(Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine; Desfile da Festa Regional do Arroz, 2017).

Atualmente, o gafanhoto é utilizado por alguns agricultores que plantam em pequenas propriedades; outras famílias faziam a capina de forma manual, com enxadas de pequeno porte. A Figura 18 apresenta o gafanhoto, ferramenta utilizada na capina manual do arroz com o objetivo de retirar ervas daninhas de menor porte, entre linhas. Nas ervas daninhas maiores era usada a enxada.

Inicialmente, a colheita do arroz era realizada de forma manual, com o uso da foice. Após cortado, o arroz ficava secando ao sol juntamente com a palha por volta de três dias. Em seguida, era carregado para a casa do agricultor em cima de um arrastão, puxado a boi.

i) Foice

Figura 19 – Foice.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin; Fotografia digital: Roselaine O. Bisognin; 11/10/ 2021).

A Figura 19 traz a foice, uma ferramenta com uma lâmina encurvada e longa presa em um cabo de madeira, sendo utilizada na colheita do arroz, na altura dos braços. Sendo assim, a foice continua sendo utilizada, mas com fins diferentes. Em pequenas propriedades, ela é usada para a retirada do arroz vermelho, uma espécie arroz que prejudica a produtividade da lavoura.

Figura 20 – Colheita do arroz com foice.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine; Desfile da Festa Regional do Arroz, 2010).

Nesse cenário, quando o arroz está maduro, é realizada a colheita. Sobre essa atividade, é mencionado que “o arroz era todo cortado manual com a foicinha, assim, tinha aquele monte de gente que ia para cortar o arroz”¹⁰. Ao refletir sobre as lembranças do trabalho da colheita do arroz, Borin (2021) menciona que:

[...] na época, o arroz era colhido a mão, eu quando plantei arroz, eu cheguei a reunir mais de 25 a 30 pessoas, homens, mulheres e empregados na colheita do arroz. E, quando o arroz estava maduro, estava bom de colher, era cortado a foicinha, e era largado tudo em camadinha, depois deixava um dia, dois no sol para secar, após era recolhido com a carreta ou arrastão¹¹.

E assim, depois que o arroz era colhido, organizavam-se pequenas pilhas de arroz cortado, colocadas em camadas chamadas “palvas”. Essas pilhas de arroz eram colocadas ao sol e depois eram revolvidas para que o arroz secasse de forma homogênea, ficando assim por cerca de três dias.

¹⁰ Entrevista cedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine de Oliveira Bisognin em 28/08/2021.

¹¹ Entrevista cedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine de Oliveira Bisognin em 05/09/2021.

j) Manguá

Figura 21 – Manguá.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin; Fotografia digital: Roselaine O. Bisognin; 11/10/ 2021).

Figura 22 – Manguá.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, Desfile da Festa Regional do Arroz, 2018 ¹²)

¹² No carro o agricultor Edson Pozzebon demonstrando o trabalho com o manguá em 2018 no Desfile da Festa Regional do Arroz.

O manguá, apresentado nas Figuras 21 e 22, trata-se de uma ferramenta composta por duas varas (uma mais comprida e outra mais curta), com um furo na extremidade. Nesses furos, geralmente era passada uma tira de couro para fazer uma amarração. Posteriormente, a ferramenta era utilizada para bater sobre a palha do arroz, o qual estava sobre uma lona ou um tecido no chão. Sua parte mais curta era projetada sobre a palha com o objetivo de debulhar o arroz da palha e, assim, retirar a semente, fazendo a debulha.

Dessa forma, o arroz era batido com o manguá até que a semente se soltasse da palha. Após a secagem do arroz, ele era carregado em carroças ou arrastões e levado para perto das residências das famílias. Em seguida, pequenos feixes de arroz eram distribuídos em cima de um tecido ou uma lona, onde o arroz era batido com o manguá para soltar as sementes da palha.

Muita gente usava o manguá para bater feijão outras coisas, mas o arroz também, a gente que batia o arroz a manguá em duas pessoas, eu batia quando eu recolhia, o outro batia para não se baterem os paus né, como se diz, as varas, isso também era uma coisa muito usada na época (Assis Cadore)¹³.

I) Pilão

Figura 23 – Pilão.



Fonte: (Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo; Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 14/03/2022).

¹³ Entrevista concedida por Assis Cadore a Roselaine Bisognin em 24/09/2021.

Figura 24– Pilão – Representação na Festa do Arroz



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine; Desfile da Festa Regional do Arroz de 2010).

As Figuras 23 e 24 trazem o pilão, um utensílio feito em madeira com uma cavidade no centro, onde se coloca o cereal. Assim, o arroz é batido com um bastão com movimentos repetitivos para descascar o arroz. É um espécie de descascador manual de arroz.

m) Monjolo

O monjolo, apresentado na Figura 25, é uma espécie de descascador de arroz que era utilizado pelos primeiros descascadores de arroz de São João do Polêsine. Esse instrumento era construído em madeira com dois troncos deitados um sobre o outro, com ranhuras internas. Ele era tocado por uma alavanca instalada no centro, que tinha um orifício, no qual eram colocadas as sementes para serem descascadas ou trituradas. Assim, o monjolo era muito utilizado pelos imigrantes para descascar arroz e transformar sementes em farinha (VIZZOTTO, 2014).

Figura 25 – Monjolo.



Fonte: (Acervo do Museu do Imigrante Eduardo Marcuzzo. Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 30/10/ 2021).

n) Pipa em madeira (armazenagem dos grãos)

Figura 26 – Pipa.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/ 2021).

Os agricultores utilizavam um sistema convencional de armazenamento para proteger o alimento das intempéries do tempo. Eles colocavam os seus produtos em locais ventilados — geralmente paióis de madeira com ventilação —, onde as pequenas quantidades a serem consumidas eram colocadas em pipas de madeira. O restante da produção era armazenado em sacos de estopa, cuja ventilação contribuía para sua maior durabilidade.

Antigamente a gente tinha o arroz e guardava uma parte em casa, uma parte do arroz geralmente a gente fazia as compras que se pagava, depois da safra em troca de arroz, e a gente segurava uma quantia de arroz em casa no galpão. Quando terminava o arroz que a gente comia, a gente ia no descascador para descascar o arroz, então você ia com uma saca de arroz, descascava e trazia para casa para comer aquele arroz, não existia esse tal de mercado de hoje que a gente vai lá e adquirir o produto que quer, como quer. Era o próprio produto que a gente colhia na lavoura, na terra que era armazenado em casa para depois usar na alimentação, não só o arroz, como o feijão, o trigo e as outras coisa, mas o arroz era assim, era guardado em casa e depois na época que se ocupava se descascava (depoimento de Alessio Agostinho Borin)¹⁴.

Com o surgimento da máquina a vapor, o processo de irrigação evoluiu. Inicialmente, a irrigação era realizada por canais feitos no solo, sendo feitos ataques de sangas e córregos. Na linguagem popular, esses são pequenos desvios feitos pelos agricultores no curso da água por meio de taipas feitas com a pá, a fim de inundar a lavoura de arroz. Algumas famílias montavam sistemas para retirar a água do Soturno com pequenos tonéis que eram jogados no rio; depois de cheios, esses tonéis eram puxados pelos bois. Nesse sentido, para melhor inundar o solo, era realizado o nivelamento do solo, sendo que as taipas eram construídas a pá pelos agricultores para nivelar a irrigação, de modo que a água se espalhasse de forma homogênea na lavoura.

o) Máquina a vapor

A máquina a vapor era utilizada pelos agricultores quando começaram a surgir os primeiros maquinários para a atividade orizícola. Essas máquinas eram adquiridas de forma coletiva entre as famílias que produziam o arroz. Seu

¹⁴ Entrevista concedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine Bisognin em 05/09/2021.

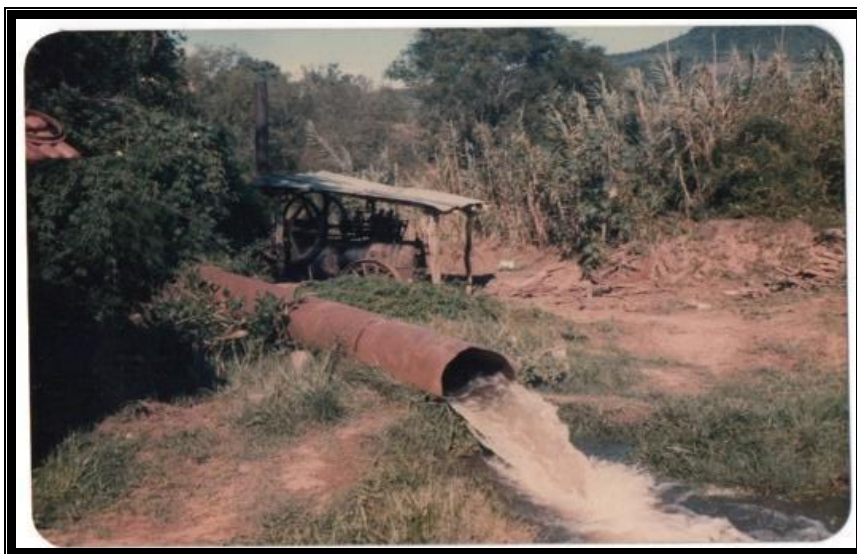
funcionamento se dava por abastecimento com lenha. As famílias faziam um sistema de trocas para manter a máquina em pleno funcionamento dia e noite, para não interromper a irrigação das lavouras de arroz.

Figura 27 – Máquina a vapor.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, Década de 1980).

Figura 28 – Máquina a vapor.



Fonte: (Acervo privado de Mário J. Cadore, Década de 1980).

A máquina a vapor era utilizada para irrigar as lavouras, o que demonstra a imponência dos velhos tempos e nos ajuda a contar parte da história da nossa

comunidade. Com o surgimento dos primeiros tratores movidos a óleo diesel, também surgiram as bombas de irrigação movidas a motor.

Com a máquina a vapor se puxava água do rio, com esta máquina que está aqui na praça, nós usávamos que tinha estas máquinas, os Cera, os Pilecco, os Cadore, e ai tu ia descendo Bisognin, Milanesi, todo mundo tinha máquina na beira do rio, Missio E nesta época, quando tinha que botar água no arroz, aí tinha a pessoas que tinha que fazer fogo né, e aí tocava dia e noite né, não é que ele puxava água só para mim, como é hoje tem várias bombas, mas elas distribuem para várias famílias, e a máquina a vapor tinha que ter uma pessoa lá sempre colocando lenha dia e noite, não era fácil. E, eu sei que nós ia lá, e o bonito era que tinha várias máquinas, umas perto das outras, e quando chegava perto do meio dia, todo mundo buzina, apitava elas, era muito bonito, aquilo era legal, a mesma coisa tocava o sino aqui na igreja, o tempo que nós achava tudo isso bonito né, hoje tudo mudou, também são coisas acontecimentos que ficou gravado na nossa memória e a gente vai levar sempre (depoimento de Assis Cadore)¹⁵.

Gassen conta que “para aguar, molhar o arroz a água vinha em canais do rio Soturno por motor ou por máquina, nós tínhamos uma máquina a vapor tocada a lenha de uma família da Lagoa”¹⁶. E entrevistada também afirma que “quem tinha este tipo de máquina, fornecia água para as lavouras que não tinham como puxar a água do rio, e assim, a água chegava nas lavouras por canais”.

Depois da máquina a vapor, surgiu a plantadeira movida a motor, que era guiada pelo homem. Também surgiram os primeiros tratores e, com eles, as trilhadeiras de arroz.

¹⁵ Entrevista concedida por Assis Cadore a Roselaine Bisognin em 24/09/2021.

¹⁶ Entrevista concedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine Bisognin em 28/09/2021.

p) Plantadeira movida a motor

Figura 29 – Plantadeira a motor.



Fonte: (Museu particular Virgílio Burin, Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

A plantadeira da Figura 29 é uma das primeiras movidas a motor. Ela tem duas carreiras e dois suportes de armazenamento de grãos; atrás, há um pegador para o agricultor ir acompanhando. Com o surgimento dos primeiros tratores, esse trabalho foi, aos poucos, sendo otimizado e melhorando a vida dos agricultores dessa cultura.

4.3.2 A modernização e o plantio do arroz

O avanço tecnológico cooperou para o aumento da produtividade e a otimização da mão de obra, reorientando o aproveitamento do tempo do plantio à colheita. Com o surgimento das máquinas agrícolas movidas a óleo diesel, a cultura do arroz deu um salto qualitativo. Essa ferramenta é uma criação do engenheiro alemão Rudolf Diesel, que recebeu a patente para o seu motor de autoignição em fevereiro de 1893. Com isso, houve um grande impulso das máquinas dos mais diversos tipos no século XIX (WIKIPÉDIA, 2022).

Ao longo do tempo, foram surgindo os primeiros tratores e, de acordo com alguns relatos de pessoas da comunidade, as rodas eram de metal. Desse modo, quando um trator chegava, era um barulho enorme — sem contar que, como as

rodas eram de ferro, as estradas por onde o trator passava ficavam cheias de buracos.

Os quatro primeiros tratores de São João do Polêsine foram adquiridos pelas famílias de José Alberti, Luiz Cadore, Ricardo Pilecco e João Antônio Cera, e sua chegada foi considerada uma grande evolução para a época (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, Desfile da Festa Regional do Arroz, 2018).

Figura 30 – Trator com graneleiro.



Fonte:(Acervo privado de Mario José Cadore, Década de 1980).

Figura 31 – Trator com reboque.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, Década de 1980).

As Figuras 30 e 31 apresentam os equipamentos agrícolas utilizados pela família Cadore na década de 1980 no trabalho diário da cultura do arroz irrigado. Assim, a Figura 30 apresenta um trator com graneleiro utilizado no transporte do arroz após colhido; já a Figura 31 mostra o arroz sendo puxado por um trator em um reboque até a propriedade. Essa atividade é realizada atualmente para o escoamento da produção até o local de armazenagem e secagem, no silo¹⁷.

Figura 32 – Plantação de arroz.



Fonte:(Fotografia digital de Sidnei André da Silva Bisognin, 24/10 2021).

A Figura 32 apresenta um equipamento moderno de plantio de arroz. Trata-se de uma plantadeira 20 linhas, de plantio direto, acoplada a um trator moderno, demonstrando a alta tecnologia que é utilizada para cultivar o arroz na região nos dias de hoje.

No que tange à colheita, antes de existirem as colheitadeiras, os produtores de arroz, juntamente com as suas famílias, colhiam toda a lavoura de arroz a foicinha, deixando a colheita secar por cerca de três dias no sol. Após juntarem

¹⁷ O silo é um reservatório cilíndrico em metal utilizado para armazenar e conservar grãos após a colheita. Proporciona a manutenção da qualidade do produto por um maior período de tempo até a sua comercialização.

grandes pilhas de arroz colhido com a palha, utilizavam a trilhadeira para fazer um processo de debulha do arroz da palha, o que geralmente era feito por famílias que plantavam áreas maiores de arroz.

A trilhadeira é uma ferramenta tocada a motor. O arroz com palha é colocado na parte posterior e, na lateral, sai somente o grão do cereal. Além disso, a trilhadeira é adaptada por correias conectadas às polias de um motor individual ou motor do trator. Assim, o equipamento é tocado e, ao movimentar suas engrenagens, realiza a separação do cereal da palha.

A gente colhia com foicinha, se fazia medas, chamavam de medas, você recolhia o arroz em um quadro grande, e fazia uma coisa alta, aí vinham os caras que trilhavam, vinha os Marchesan da Linha da Lagoa, eles vinham com a trilhadeira para trilhar. E a gente ia pegando fechinho por fechinho da meda e ia jogando, aí vinha os arrastões, arrastão é aquele puxado a boi que tu ia no meio, tu ia andando e fazendo a palva no meio do arrastão, isso também eu fiz muito, que daí era mais prático. Aí parou de fazer medas, aquelas medas grandes que se depositava ali, e depois se trilhava, rendia muito mais (Assis Cadore)¹⁸.

Figura 33 – Trilhando arroz.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, década de 1980).

¹⁸ Entrevista concedida por Assis Cadore a Roselaine de Oliveira Bisognin em 24/09/2021.

Além disso, a trilhadeira era muito utilizada após a colheita do arroz para separar a palha do grão. Para isso, era transportada por tração animal ou por trator. Esse é um instrumento de trabalho ainda hoje muito comum em pequenas propriedades e em locais íngremes, onde não é possível colocar uma colheitadeira.

Figura 34 – Trilhando arroz.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, década de 1980).

As Figuras 33 e 34 mostram a família Cadore na década de 1980 juntamente com os seus colaboradores, trilhando o arroz que foi colhido na sua propriedade.

De acordo com registros do acervo municipal, a primeira trilhadeira de São João do Polêsine era puxada a boi. Na época, havia duas juntas de bois, uma se chamava “Marmelo” e “Brasino”, a outra “Amigo” e “Garantido”. Esses documentos mencionam que, posteriormente, foi adquirido um trator de marca Hannomag para puxar a trilhadeira. Na época não se trilhava somente o arroz, mas também aveia, trigo e outros cereais em toda a região de Vale Vêneto, Ribeirão, Santuário, São Sebastião, Restinga Seca, Arroio do Só, Vista Alegre, Santa Maria, por vezes, em Formigueiro e São Sepé. Os documentos também apontam que os pioneiros das

trilhadeiras, ou seja, os que adquiriram as primeiras trilhadeiras de São João do Polêsine foram: Adão Pozzebon, de Vale Vêneto; e Ernesto Marchesan e Anselmo Zuliani, da Linha da Lagoa.

Com o passar do tempo, surgiram as colheitadeiras, que substituí, ao mesmo tempo, a colheita manual e a atividade da trilha ou debulha do arroz da palha. Desse modo, colheitadeiras agrícolas modernas propiciaram uma grande otimização ao trabalho com a cultura do arroz.

Figuras 35 – Colhendo arroz.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, década de 1980).

Figuras 36 – Colhendo arroz.



Fonte: (Acervo privado de Mario J. Cadore, década de 1980).

As Figuras 35 e 36 mostram a colheitadeira e, conforme depoimento de Bisognin, trata-se de uma das primeiras colheitadeiras que chegaram a este território. É uma colheitadeira SLC 1000, com uma plataforma com cerca de 3 metros de largura, movida a diesel, adquirida e utilizada pela família Cadore até 2014; posteriormente, foi vendida, tendo sido adquirida uma colheitadeira mais moderna. Assim, a colheitadeira das imagens ainda continua em pleno funcionamento com seu novo proprietário¹⁹.

Faz-se necessário mencionar que o grande avanço da tecnologia tem trazido mudanças muito significativas para a sociedade ao longo do tempo, principalmente nas últimas décadas. Em relação à agricultura, podemos salientar o surgimento dos primeiros tratores e, com eles, as primeiras plantadeiras carregadas a trator, colheitadeiras, bombas de irrigação, equipamentos diversos. Com o avanço nas pesquisas sobre sementes, foram sendo adotados adubos, defensivos e ferramentas eficazes para o trabalho no campo.

Com isso, na atualidade os tratores agrícolas são modernos, mais potentes e têm maior capacidade de tração para as atividades agrícolas. Unem, assim, alto desempenho, qualidade e capacidade de operar longas jornadas de trabalho,

¹⁹ Depoimento concedido por Sidnei André da Silva Bisognin a Roselaine Bisognin em 10/12/2021.

otimizando o trabalho dos agricultores. Desse modo, estes equipamentos tecnológicos de precisão são utilizados na cultura do arroz, desde o preparo do solo até o armazenamento, melhorando a produtividade e a qualidade do arroz cultivado.

Assim sendo, com o aumento anual da produção de arroz, tornou-se necessária a instalação de engenhos de arroz para secagem, beneficiamento e armazenamento do arroz. Isso favorece a comercialização do produto e proporciona maior tranquilidade e renda aos produtores. Nesse sentido, quatro empresas foram estabelecidas em São João do Polêsine: os primeiros engenhos de arroz.

O primeiro engenho de beneficiamento de arroz começou a funcionar em 1930, em que o senhor Alfredo Bortolotto se tornou sócio da firma de José Alberti. É importante mencionar que, até pouco tempo, esse engenho estava funcionando no mesmo local, na Avenida São João, próximo à praça central. Assim, os primeiros engenhos de arroz de São João do Polêsine, foram: Alberti & Cia.; Irmãos Ceolin; Fausto Dotto; e José Arnuti.

Figuras 37 – Colheita do arroz.



Fonte: (Fotografia digital de Mário José Cadore, 23/03/2022).

A Figura 37 ilustra a evolução tecnológica da cultura do arroz: ao fundo, está a cidade conexas, à paisagem dos arrozais. Em outras palavras, a cultura do arroz está associada à origem da comunidade em questão e se apresenta, sobremaneira, nos discursos produzidos no cultivo do arroz desse território, centrado na imigração italiana no final do século XIX.

A recuperação dessa história — demonstrando, inclusive, de forma sintética, a própria evolução dos equipamentos utilizados — vem mostrar que, para preservar e entender a história do trabalho e da economia de uma região, é necessário preservar a memória e os registros. No caso desta pesquisa, a maioria dos registros se encontra no acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, assim como nos acervos privados e na memória de nossos entrevistados.

O ouro dos arrozais como uma cultura que comunica, aos seus visitantes e à sua comunidade, os saberes, os fazeres no cultivo do arroz, as práticas utilizadas no cotidiano das pessoas e dos sujeitos, impregnadas de sentido, reforçam a tradição das festas, da gastronomia e da religiosidade, as quais compõem a identidade deste território. Para isso, as fontes documentais, apoiadas nos testemunhos orais, evidenciam o pioneirismo no cultivo do arroz. Faz-se, inclusive, um contraponto com registros históricos, pois os descendentes criaram uma festividade, dado o tanto que essa cultura está presente no seu povo. Assim, o cultivo deste alimento atravessa as gerações e, nos dias de hoje, continua com grande representatividade.

5. A CULTURA DO ARROZ: PATRIMÔNIO DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

O cultivo do arroz ao longo dos anos fez com que as lavouras se tornassem um dos elementos da paisagem natural da região, ou seja, desde que os imigrantes se instalaram no território da hoje conhecida Quarta Colônia, em especial o município de São João do Polêsine.

Com o cultivo do arroz, veio todo um saber e fazer das práticas do trabalho, impulsionando um conjunto de elementos que registram a história e a cultura formadas a partir dessa vivência cotidiana do sustento das famílias e de uma economia que prosperou na região, fazendo com que ela fizesse parte da identidade local/regional. Nesse sentido, temos monumentos, festas e gastronomia que registram e preservam a memória. Assim, temos uma cultura que se constituiu como patrimônio histórico-cultural de São João do Polêsine, município que integra o CONDESUS e o território do Geoparque Quarta Colônia.

Figura 38 – Cultura do arroz.



(Fotografia Digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 15/12/2021).

Figura 39 – Desfile da 60ª Festa Regional do Arroz.



(Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 2015).

A Figura 38 mostra a cultura do arroz em seu estágio inicial de desenvolvimento; ao fundo, no lado esquerdo, há alguns resquícios da sede da cidade de São João do Polêsine. A Figura 39, por sua vez, traz um registro comemorativo dos 60 anos da Festa Regional do Arroz, momento em que a comunidade busca apresentar, aos seus visitantes, com muito orgulho, as raízes da imigração italiana, a religiosidade e o seu trabalho na cultura do arroz, rememorando o legado dos seus antepassados, como uma forma de manter viva a sua tradição.

Assim, a cultura do arroz é um definidor de pertencimento desse povo. São compartilhados saberes e fazeres peculiares que consolidam uma referência cultural construída nas relações sociais e amparada em bens simbólicos que caracterizam o patrimônio cultural a partir de um espaço que estabelece diálogo entre a cultura do povo e a sua realização no trabalho; a expressão cultural dessa comunidade.

5.1 A FESTA DO ARROZ

A Festa do Arroz, atualmente intitulada como Festa Regional do Arroz, é um evento oficial do município de São João do Polêsine, emancipado em 1992, tendo a primeira administração político-administrativa em 1993. A Festa do Arroz é uma festividade criada pela comunidade em 1955 e segue sendo realizada nos dias

atuais como uma forma de prestigiar a principal cultura agrícola do município: são celebradas a cultura do arroz e a imigração italiana.

Essa festividade surgiu com um risoto organizado por pais e alunos do Externato de *Schoenstatt Mater Ter Admirabilis* — escola particular de ensino primário mantida pelas irmãs palotinas — com o intuito de adquirir mapas geográficos para a referida escola. Após o almoço, aconteceu um desfile de tratores de todas marcas na rua central, em frente à paróquia. O desfile foi organizado por um grupo de jovens e pelos agricultores, gerando admiração e alegria no povo local (Registro da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, Desfile da Festa Regional do Arroz, 2018).

De acordo com registros encontrados nos arquivos da prefeitura municipal, na semana seguinte, o Pe. Roberto Nascimento e os fabriqueiros Benjamim Bisognin (presidente), João Antonio Rosso, Alfredo Roberto Bortolotto, Leão Alexandre Felice, Guilherme Vitorio Alberti, Agostinho Borin e José Milanesi criaram a Festa do Arroz em Ação de Graças pela colheita.

Na verdade, quem idealizou praticamente a festa do Arroz foram os pais dos alunos que fizeram o risoto, a juventude que se aliou a eles organizando o desfile, e o padre Roberto Nascimento que coordenou todo este trabalho da juventude, então com o resultado desse evento, ficou entendido que poderíamos fazer uma Festa do Arroz (depoimento de Valserina Bulegon Gassen)²⁰.

A tradição de fazer a Festa e a benção da colheita fez com que as novas gerações se sentissem orgulhosas do legado da fé e do trabalho dos antepassados, conforme nos explica em depoimento Valserina Bulegon Gassen:

A juventude ficou envolvida com esse trabalho, mas da parte cultural eu diria, os padres e a comissão paroquial mais da parte religiosa, e o grupo que se chamavam Fabriqueiros que era associação da igreja se organizaram para se fazer o almoço, e com isso a festa foi se tomando tamanho eu diria, depois as fábricas de equipamentos agrícolas começaram a participar e dar apoio. A festa foi crescendo, no primeiro momento quando pertencíamos ainda a Faxinal do Soturno foi criado uma Associação Regional dos Arrozeiros que com a emancipação esta associação ficou só de São João do Polêsine. É a associação que temos hoje que colabora junto com a Acisa para a organização da parte Festiva da Festa do Arroz, e em 1993 quando assumimos a 1^o administração nós transformamos esta festa em evento oficial do município, no 3^o domingo de maio. Esta festa se ampliou, e se tornou um evento de três dia onde temos a abertura sempre

²⁰ Entrevista concedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine Bisognin em 28/08/2021.

com um seminário do arroz, com uma parte técnica para os arroteiros, e os eventos festivos, culturais, gastronômicos e se reúne sempre o que tem de melhor aqui. E para Polêsine foi um avanço, isso empoderou os arroteiros, isso motivou as pessoas que saíram daqui para outras cidades, porque São João do Polêsine permanece com evento a quase 70 anos (depoimento de Valserina Bulegon Gassen)²¹.

Nesse cenário, a festa foi criada e organizada pelos agricultores e pela comunidade, sendo uma das maiores festas do município; um modo de manter viva a tradição desse povo na cultura orizícola. Assim, as imagens trazidas nas Figuras 40, 41 e 42 são fotos antigas da Festa do Arroz da década de 50, quando os agricultores já desfilavam com os seus tratores e implementos agrícolas utilizados na cultura do arroz.

Figura 40 – Primeira Festa do Arroz.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 1955).

Em 1955, na primeira Festa do Arroz, a comunidade trabalhou para colaborar com a igreja e a escola das irmãs. Na organização da festa, também havia celebrações religiosas, que, naquela época, eram ministradas em latim: “e foi que quando programaram esta Festa do Arroz. Era um acontecimento. Era em um gramado e já tinha diversos tratores, naquela época era grandes tratores, caminhões, tudo preparado, eram um parque de máquinas da época, e o povo todo

²¹ Entrevista concedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine Bisognin em 28/08/2021.

reunido, para esta festa”²². O entrevistado Alessio Agostinho Borin ainda menciona que

[...] a primeira festa do arroz foi o Padre Roberto Nascimento que criou como Festa do Arroz porque havia uma escola ao lado da igreja, que era mantida pelas irmãs Sagrado Coração de Maria, e essa escola, tinha uma precariedade de material, faltavam mapas para dar aula. Então a diretora programou uma festa, um risoto para arrear fundos, ela reuniu os pais para esta festa, este risoto e encarregou as crianças para que fossem fazer uma coleta, arrecadar alimentos para fazer este risoto, o padre Roberto Nascimento era o pároco de Polêsine, naquela época tinha o Seminário: Faculdade de Filosofia e Teologia em Polêsine, tinha diversos padres, mas ele era o vigário, e ele vendo aquelas crianças caminhando na rua de casa em casa perguntando o que eles queriam, as crianças disseram que estavam visitando as casas e pegando arroz, ele disse: mas então é para uma festa, um risoto, e começou a dizer: Então é a Festa do Arroz, vocês querem arroz, é para a Festa do Arroz, daí foi marcado o dia, fizeram o risoto, reuniu um bom público e depois do almoço, do risoto, o pessoal se empolgou de ver aquela reunião, a festividade daquela escola. E o que tinha de carros, tratores, cavalos, o que tinha por tinha ali, fizeram uma espécie de desfile na rua, e o padre vendo aquela empolgação por causa daquela festa²³.

Figura 41 – Festa do Arroz.



Fonte: (Fonte: Arquivo Municipal de São João do Polêsine, 45º Festa Regional do Arroz, 2000).

²² Entrevista concedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine Bisognin em 05/09/2021.

²³ Entrevista concedida por Alessio Agostinho Borin a Roselaine Bisognin em 05/09/2021.

Na Figura 41, Gilmar A. Rosso, locutor, está em pé ao lado do prefeito municipal Sidnei Luiz Rosso (*in memoriam*). Sentados, recebendo o troféu, estão o Pe. Roberto Nascimento, idealizador da Festa do Arroz, e o Pe. Dorvalino Rubim, pároco da Paróquia São João Batista no ano de 2000. Na época, foi prestada uma homenagem na 45^o edição da Festa Regional do Arroz.

Assim, uma homenagem a quem contribuiu para que este belo e essencial legado, construído a muitas mãos se tornasse um evento cultural que celebra a tradição, uma genuína identidade social e cultural, que explora a história das famílias na cultura do arroz, uma expressão da própria cultura pelo seu povo.

Figura 42 – Desfile da Festa do Arroz.



Fonte: (Arquivo pessoal de Gilmar Antonio Rosso, 10^o Festa do Arroz, 1965).

Na Figura 42, há um registro do Desfile da Festa do Arroz. No trator, como motorista, está o Sr. Adroaldo Nicolau Rosso, pai de Gilmar A. Rosso, que está atrás, de chapéu, aos 5 anos de idade. É um registro pessoal que rememora a vivência na história da festa desde a infância. Evoca a memória familiar; um legado construído através das gerações.

A Festa do Arroz, segundo Dalmolin (2021), começou pequena. Ele menciona que “botaram os tratores para desfilarem, e mais alguns caminhões que tinham na

época, e foi crescendo. Nós fomos na grande festa do arroz em Cachoeira do Sul, fomos lá, e assistimos, trazemos muitas ideias de lá”²⁴.

Também registramos, que na Festa do Arroz se mantém a tradição da celebração da missa em sua Igreja matriz, onde a Igreja é decorada com motivos que rememoram o cultivo do arroz.

Figura 43 – Missa da Festa Arroz.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 2017).

Ao longo do tempo, essa festividade foi crescendo. Em depoimento, Cadore menciona que “tinha uma comissão para elaborar todos os carros alegóricos, tinha que achar as pessoas, as famílias”. Essa comissão existe ainda nos dias de hoje, sendo responsável pela organização do desfile e da Festa do Arroz. Cadore ainda lembra que “a história do plantio do arroz começou com o desmatamento, no qual derrubaram algumas áreas para poder plantar, e foi evoluindo, o preparo do solo com boi, com enxada, e tudo isso veio daquela época”²⁵.

A cultura do arroz mexeu com a forma de trabalho dos nossos imigrantes, mas o arroz como produto depois de colhido, como um produto para utilizar nas nossas mesas; hoje nós temos uma cultura, culturalmente, o nosso primeiro prato é o arroz. Hoje nós aqui da região da Quarta Colônia, nós italianos, não sabemos preparar um almoço, a não ser que tenha ou um

²⁴ Entrevista concedida por Romoaldo Dalmolin a Roselaine Bisognin em 06/09/2021.

²⁵ Entrevista concedida por Assis Cadore a Roselaine Bisognin em 24/09/2021.

arroz branco, ou um arroz de forma, ou um risoto, de qualquer forma ou até o arroz doce para sobremesa (depoimento de Valserina Bulegon Gassen, 2021)²⁶.

Assim, a cultura do arroz é tão importante para essa comunidade que foi criada uma festividade para comemorá-la. Por meio da Lei Municipal nº 018, de 7 de abril de 1993, a Festa do Arroz se tornou uma festividade oficial do recém criado município. Hoje, a Festa Regional do Arroz, é uma comemoração à cultura do arroz, que conta com desfile temático, feiras de artesanatos e produtos locais, venda de máquinas e shows. Isso atrai visitantes de cidades próximas, que vêm para degustar uma variada gastronomia italiana nos jantares e almoços.

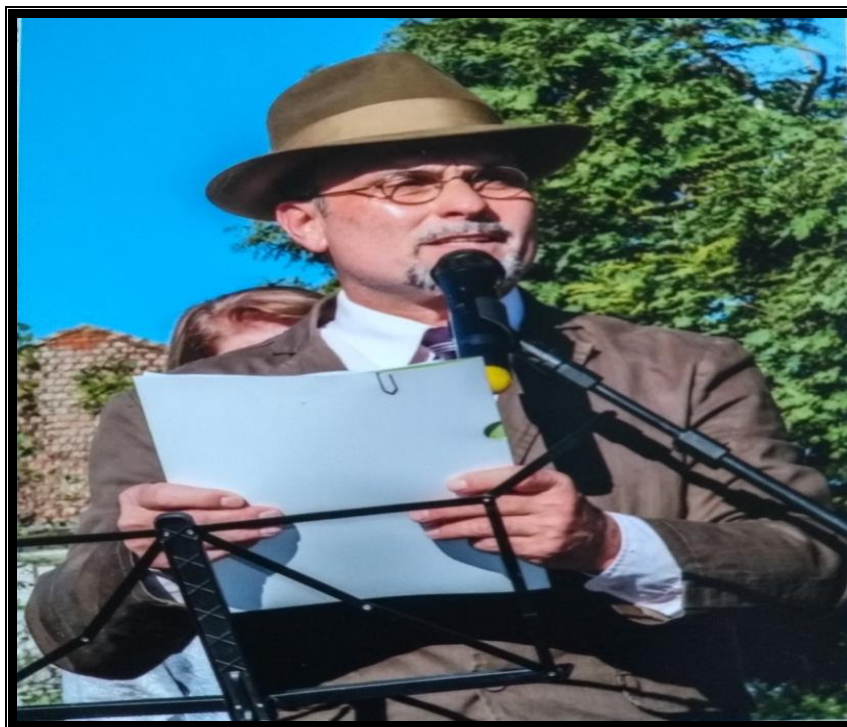
Trata-se de uma festa de valor histórico e cultural com duração de três dias, iniciando na sexta-feira; no sábado, há seminários sobre a cultura do arroz; no domingo, ocorre a tradicional celebração, com almoço e um belo desfile temático. O Desfile Comemorativo da Festa do Arroz destaca a cultura italiana e a história da cultura do arroz, homenageando os pioneiros no cultivo do arroz.

Essa festa, que completa 65 edições em 2022, carrega em seu bojo a tradição de um povo que busca manter a sua história viva na memória. Ao longo dos anos, essa festividade vem agregando, à sua programação, novos atrativos para continuar festejando e rememorando a cultura local como um dos seus principais patrimônios histórico-culturais.

Nesse sentido, a Festa Regional do Arroz expressa um movimento social no qual a comunidade reafirma os seus laços afetivos, construindo a sua identidade por meio de valores e significados que são rememorados. Assim, mesmo em tempos modernos, a comunidade não abre mão de proporcionar o tradicional Desfile da Festa do Arroz. Destaca-se, assim, a articulação da sociedade por meio de um movimento dinâmico que representa o trabalho, a vida cotidiana e os elementos culturais manifestados como um conjunto cultural que sobrevive na memória coletiva do seu povo.

²⁶ Entrevista cedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine de Oliveira Bisognin em 28/08/2021.

Figura 44 – Locutor do desfile da Festa Regional do Arroz.



Fonte:(Acervo pessoal de Gilmar Antonio Rosso, 2018).

Descendente de italianos, Gilmar Antônio Rosso participou de duas comissões da Festa Regional do Arroz, tendo sido orador oficial em mais de 30 edições. Desde muito cedo ele se envolveu com a criação dos carros temáticos que apresentam os saberes e fazeres dessa comunidade, buscando representar o cotidiano da cultura do arroz. Nesse sentido, conforme depoimento de Gilmar, a ligação entre

[...] a religiosidade e a relação com a Festa do Arroz, é conhecida já nas manifestações da Festa do Arroz, os fundamentos da Festa do Arroz, em 1955, e a relação sempre foi direta entre religião e festa, o que foi tornando mais evidente com o passar do tempo, a comunidade foi crescendo, a festa começou a ser um pouco mais regionalizada, tendo mais representação. Eu tenho uma experiência com a Festa do Arroz e depois Festa Regional do Arroz, eu tenho mais de 35 anos de locução do desfile, o preparo, o crescimento desta festa, a gente começou a vislumbrar novos horizontes (depoimento Gilmar Antonio Rosso)²⁷.

Conforme depoimento Gilmar A. Rosso, de um ano para o outro, sempre se pensava em melhorar, receber mais pessoas, assim,

²⁷ Entrevista concedida por Gilmar Antonio Rosso a Roselaine de Oliveira Bisognin em 13/11/2021.

[...] a festa estava se tornando famosa, então eu propus para o grupo de denominarmos de Festa Regional do Arroz, pois temos a festa nacional em Cachoeira do Sul, para nós se apropriar deste nome, antes que alguém tomasse este nome, para nós se tornar o polo do arroz em São João do Polêsine, então foi denominada Festa Regional do Arroz (depoimento de Gilmar A. Rosso)²⁸.

Nesse sentido, essa festividade tem, nas suas raízes, a fé do seu povo, que busca na religiosidade a proteção para o trabalho, desde o começo da festividade até o agradecimento pela colheita do arroz. Suas origens, portanto, remontam uma identidade cultural com uma rica e saborosa gastronomia, desde a preparação dos alimentos até o atendimento dos visitantes. Tudo é feito de forma voluntária pela comunidade local, que proporciona deliciosas refeições servidas na mesa para os seus visitantes. Um reflexo da cultura preservada ao longo do tempo.

5.2 O RISOTO

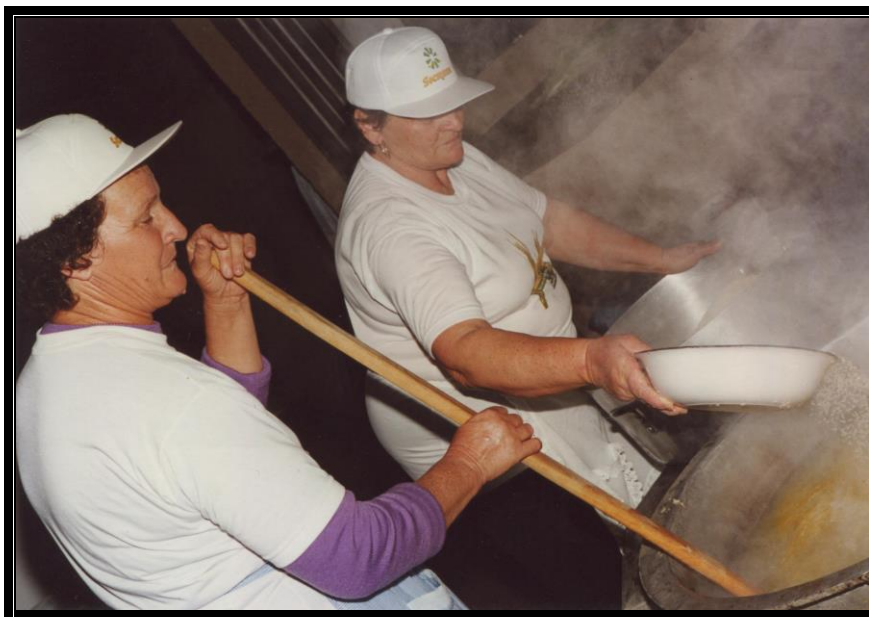
Ao refletir sobre a gastronomia desta festa, Romoaldo Dalmolim conta que “quando foi feita a Festa do Arroz o risoto já era conhecido”. Ao rememorar a história do risoto, conta que

[...] o risoto é de Polêsine, o risoto foi criado, foi ensinado aqui em Polêsine, quem era o sabedor de fazer este arroz era um senhor italiano, que casou com uma tia minha, se chamava Alberto Ghesti, ele era marinheiro da esquadra italiana, ficou seis anos marinheiro na Itália, era de lá e cozinheiro, seis anos nos navios fazendo esse tipo de coisa, ele sabia fazer muita coisa, todo tipo de comida, e fazia o risoto. E ninguém conhecia aqui na Quarta Colônia, e nas primeiras festas que o Alberto Ghesti estava aí, ele fez o tal risoto na festa e foi um sucesso, tudo mundo gostou, e essa história se espalhou. Então todo mundo começou a copiar, inclusive quando fizeram em Santa Maria a Casa de Retiros, uma casa que existe até hoje, uma casa grande, naquele tempo, e na inauguração vieram buscar o seu Alberto Ghesti para fazer o risoto para fazer uma comida moderna, oriunda daqui de São João do Polêsine e levou junto o Ítalo Rosso para ajudar, fizeram foi um sucesso, todo mundo gostou, e isso se espalhou que hoje, o risoto é em primeiro lugar em tudo quanto é festa, em qualquer reunião de comes e bebes (depoimento de Romoaldo Dalmolim)²⁹.

²⁸ Entrevista concedida por Gilmar Antonio Rosso a Roselaine Bisognin em 13/11/2021.

²⁹ Depoimento concedido por Romoaldo Dalmolim a Roselaine Bisognin em 08/09/2021.

Figura 45 – Risoto.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, Festa Regional do Arroz). 2001).

Figura 46 – Almoço da 56ª Festa Regional do Arroz.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 2011).

A Figura 46 apresenta o registro do almoço servido na Festa Regional do Arroz, que tem como prato principal o risoto, que significa “pequeno arroz”³⁰. O risoto é prato típico e muito saboroso que se destaca na gastronomia italiana, presente nos almoços e jantares nas festas tradicionais; Para fazê-lo, é necessário muito empenho e dedicação da comunidade.

A Festa Regional do Arroz une o presente e o passado, e os seus desfiles trazem, na criação de carros temáticos, a originalidade do cotidiano da comunidade; uma cultura do arroz que está enraizada nos saberes e nos fazeres da comunidade. Essa festa traz consigo uma história que, com o passar dos anos foi mudando, mas a comunidade permanece unida e se esforça para fazer a festa.

5.3 PAINEL QUE REPRESENTA A CULTURA E A IMIGRAÇÃO ITALIANA NA REGIÃO

Figura 47 – Painel em comemoração aos 140 anos de imigração italiana.



Fonte: (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 13/08/2015).

³⁰ Segundo historiadores, o risoto é um prato de origem italiana, mais precisamente na região da Lombardia, Itália, no século XI; já no Brasil tem origem na imigração italiana por volta do século XIX. Acesso em junho de 2022. Disponível em: <https://www.hotelflorenca.com.br/origem-do-risoto>.

Esse painel se encontra na sede da Câmara Municipal de São João do Polêsine. É da autoria do pintor italiano Gian Antônio Cecchin, inaugurado em 09 de agosto de 2015. O painel fez parte das comemorações aos 140 anos da imigração italiana no Brasil – RS, vinculado ao Projeto Mérica, Mérica.

Essa obra foi produzida a partir de um levantamento feito junto à comunidade de São João do Polêsine, buscando ver por quais elementos culturais e históricos a sociedade se sentia representada no que se refere à imigração italiana.

O Projeto Mérica, Mérica foi executado em vários outros municípios da Quarta Colônia e em outras regiões do Rio Grande do Sul. Nessa região, ele teve a coordenação da Agência Consular de Santa Maria, com Oscar José Carlesso, e contou com a participação ativa das sociedades e/ou círculos italianos e apoio das prefeituras. No caso de São João do Polêsine, a obra foi custeada pela sua *Società Amici D'italia Polesani Nel Mondo*, e contou com o apoio da Prefeitura Municipal ³¹.

A pintura retrata o cotidiano das famílias de imigrantes italianos que chegaram em São João do Polêsine no ano de 1893. O trabalho desenvolvido nas lavouras de arroz, introduzidas no município pelos imigrantes bem como o dia a dia das famílias. O nono contando aos netos, as histórias da distante e saudosa Itália e as mulheres, ao mesmo tempo que trançavam a palha de trigo para obter utensílios domésticos aproveitavam para conversar com as comadres sobre a família e a vida na nova terra (PROJETO MERICA MERICA, 2015, p.1).

³¹O Projeto Mérica, Mérica 1875/2015 reúne 8 pinturas de murais de Gian Antonio Cecchin em homenagem aos 140 anos de emigração italiana no Brasil – RS. É idealizado em conjunto com Cesar Augusto Prezzi, consultor do Comitato Veneto do Rio Grande do Sul. É uma parceria com a Regione Veneto/Itália e teve por objetivo prestar um reconhecimento especial às comunidades de origem italiana do Rio Grande do Sul.

Figura 48 – O artista Gian Antonio Cecchin realizando a pintura do painel.



Fonte: (Acervo Pessoal de Maria de Fátima Giacomini, Pintor: Gian Antonio Cecchin, 2015).

De acordo com o Projeto Mérica, Mérica, “esse painel é uma homenagem da *Società Amici D’Italia Polesani Nel Mondo* aos *bisnonnos* e *nonnos* italianos e seus descendentes por tudo que realizaram em São João do Polêsine”. Observamos, nessa pintura, o destaque para o registro dos colonos-trabalhadores na lavoura de arroz, bem como o produto dessa lavoura.

Nesse sentido, tais painéis e monumentos são manifestações culturais relacionadas a tudo aquilo que cerca o ser humano, que está em permanente transformação. Os fragmentos do passado se expressam de diferentes maneiras nos saberes e fazeres de um povo; assim, essas manifestações culturais são revividas no decurso do tempo, contribuindo para a afirmação da identidade local.

A identidade de um povo se manifesta nas suas festas, no aparato simbólico das suas raízes culturais e em suas tradições. O espaço festivo, engloba, ao mesmo tempo, o sentido da sua história e reproduz o sagrado, identificando os gostos e os modos de fazer, incorporando, ao território, o fortalecimento da identidade e aproximando a comunidade da própria história, num lugar e numa época específica.

5.4 MONUMENTO DA MÁQUINA A VAPOR

Conforme registros do acervo municipal, antigamente, em frente ao engenho Alberti, que se localiza perto da praça central, havia uma fileira de enormes plátanos. Aos domingos, os cavalos e as carroças eram amarrados à sombra desses plátanos,

quando as famílias costumavam ir à missa. Assim, o local ficava cheio de cavalos, que eram os meios de transportes utilizados na época (Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine).

Diante disso, a comunidade decidiu criar na região central da sede de São João do Polêsine, na Praça do Imigrante, um monumento que registrasse a história do trabalho vinculado à sua prosperidade econômica e à religiosidade. A máquina do Monumento da Máquina a Vapor foi doada em 1988 pelas famílias de João Cera, Vergílio Pilecco, Ernesto Pilecco e Alcides Pilecco (Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, Registro do Desfile da Festa Regional do Arroz, 2018). Então, o Monumento da Máquina a Vapor³² foi uma forma de lembrar o pioneirismo na cultura orizícola existente no município de São João do Polêsine. O monumento é uma característica marcante da cidade e se apresenta para os seus visitantes em frente à Igreja, demarcando, conforme nossos entrevistados apontam, “o orgulho de demonstrar a sua identidade cultural fruto do trabalho em família e da religiosidade”.

Esse monumento desperta o interesse dos mais jovens e dos visitantes em saber como era o trabalho nas lavouras e a inovação que a máquina a vapor foi para a irrigação. Isso dá subsídio para contar parte da história da comunidade.

³² Máquina a Vapor: o seu funcionamento se dava devido ao abastecimento a lenha, era muito utilizada no bombeamento da água utilizada na irrigação das lavouras de arroz.

Figura 49 – Monumento da Máquina a Vapor.



Fonte:(Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine).

Neste contexto, muitos dos agricultores que trabalham no cultivo do arroz em regiões fronteiriças do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina, bem como em outros estados brasileiros, têm as suas raízes em São João do Polêsine. São descendentes de imigrantes italianos que aqui começaram a cultivar o arroz.

Hoje na nossa família tem pessoas espalhadas pela fronteira, Dom Pedrito, Alegrete, até fora, em outros estados como Tocantins. Acho que Polêsine, as colônias aqui exportaram tecnologia e gente capacitada pro Brasil inteiro, nossa família também se esparramou, se espalhou por tudo (PILECCO)³³.

Podemos exercitar o nosso imaginário quando refletimos sobre as construções históricas — como os monumentos — desta região da Quarta Colônia e do município de São João do Polêsine. Ao refletir sobre a concepção de um monumento, Le Goff (2003, p. 419) menciona que a “propriedade de conservar certas informações remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”.

³³ Entrevista concedida por Joaozinho Pilecco a Roselaine Bisognin em 06/10/2021.

João Carlos Tedesco (2004, p. 93) complementa a ideia de Le Goff ao afirmar que “a memória é dinâmica por excelência, possui funções de conservar, recriar, garantir futuro, selecionar, transformar, reclamar, evocar, ocultar, porém, é também uma faculdade de esquecer”.

Logo, as referências culturais são construídas ao longo do tempo por meio das mais variadas construções e registros. Podem ocorrer nas modificações das delimitações dos espaços geográficos e políticos, bem como nas construções simbólicas que hoje se mantêm, preservando os registros documentais, fotográficos, artísticos, etc. Assim, os monumentos fazem parte dessa manifestação e significação, representando assim, os valores do seu povo, de forma simbólica.

5.5 PÓRTICO EM HOMENAGEM À COLHEITA DO ARROZ – MONUMENTO DO GRANELEIRO

O monumento em homenagem à colheita do arroz se encontra localizado à direita do trevo de acesso ao município de São João do Polêsine. Foi construído e inaugurado no ano de 2012, na gestão da então prefeita Denise Milanese. Assim, é importante mencionar que ele é o monumento mais recente do município, sendo uma homenagem à principal cultura agrícola do município, também demarcada por sua festa principal.

Figura 50 – Pórtico em Homenagem à Colheita do Arroz.



Fonte: (Acervo Pessoal de Roselaine de Oliveira Bisognin, 01/03/2022).

Esse monumento representa, nos seus cinco braços perpendiculares de metal em formato retangular, com uma leve inclinação na parte superior, pintados em vermelho e presos com grandes parafusos, um granelheiro derramando arroz. O retângulo em alvenaria com pedras no seu exterior, representa os reboques, que escoam a produção agrícola até os silos ou cooperativas. Ou seja, mais uma obra que reforça o perfil econômico e cultural no município.

Assim, a cidade de São João do Polêsine presta, nos seus monumentos, uma homenagem aos seus precursores e o pioneirismo da cultura do arroz, que se manifesta nas narrativas do seu povo, nas memórias passadas de geração em geração e nos registros das práticas agrícolas apropriadas pela sua comunidade. As lavouras de arroz se constituem como um elemento da paisagem natural, e os monumentos procuram demarcar a gênese de homenagem a essa cultura.

5.6 SANTUÁRIO DA NOSSA SENHORA DA SALETE – BENÇÃO PARA A PLANTAÇÃO E COLHEITA

O santuário em honra a Nossa Senhora da Salette foi criado pelo padre Antonio Soldera (*in memoriam*) e por um grupo de agricultores, tendo sido inaugurado em 1969. Naquela época, essa comunidade ainda pertencia à paróquia

de Vale Vêneto, pois a paróquia São João Batista foi criada apenas em 1971; sendo que São João do Polêsine pertencia a Faxinal do Soturno.

Figura 51 – Santuário Nossa Senhora da Salete.



Fonte:(Acervo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine).

A ex-prefeita Valserina Bulegon Gassen, que integrou, como presidente, a última comissão de emancipação de São João do Polêsine, faz o seguinte relato sobre a criação desse monumento.

Nós tivemos um fato bem interessante que era sempre problema, ou enchente que levava todo o arroz ou de secas por falta de água, e aí os agricultores, um grupo de agricultores se organizaram para construir um monumento de uma imagem que pudesse enxergar as nossas lavouras. E assim, a família do seu Ângelo Nardi, depois passou a propriedade para a família Guarienti, se propuseram, o seu Olinto Guariente, a doar uma área para construir um santuário, um monumento de Nossa Senhora da Salete. A comunidade foi favorável a isso, a comunidade juntou donativos das famílias, e com isso construíram o monumento de Nossa Senhora da Salete que está na parte alta do município, e se subir os 77 degraus, enxerga, toda a cidade, toda a lavoura do arroz. Segundo os agricultores, e, segundo o nosso observatório, principalmente eu na minha função, que sempre ouvia que perdiam o arroz ou por seca ou por enchente, hoje nós temos os nossos agricultores muito satisfeitos, inclusive temos agricultores de fora que vem para a festa de Nossa Senhora da Salete em setembro para a bênção da semente do arroz, não tivemos mais problemas que dessem prejuízos as nossas lavouras. Então a religiosidade mais uma vez, ela entra,

na produção agrícola, principalmente na área do arroz no município de São João do Polêsine³⁴.

A Nossa Senhora da Salete é considerada a Padroeira dos Agricultores e, lá do alto dos seus 77 degraus, “Ela olha pelos agricultores”. No mês de setembro, é realizada uma festa em sua homenagem, com a benção das sementes.

Figura 52 – Missa de Benção das Sementes.



Fonte: (Acervo privado de Sônia M. A. Cadore, 2019).

Assim, ao mencionar sobre este santuário, Dalmolin (2021) conta que

[...] foi escolhida aquela colina que dá uma boa visão, inclusive foi o povo que fez, arrumaram pessoas para pagar as estátuas, o senhor Guilherme Alberti pagou a estátua maior, aquela do centro, o meu pai, nós lá do engarrafamento pagamos as três estátuas pequenas, aquela que tem as crianças que viram a Nossa Senhora. E, colocaram o nome como a protetora dos agricultores, principalmente dos plantadores de arroz, e valeu a pena, porque as enchentes no sentido de destruir os arrozais não tem, pode ser a proteção da Salete³⁵.

As festas tradicionais representam as manifestações culturais dessa comunidade que celebra a sua fé, reforçando um ponto de referência simbólica que

³⁴ Entrevista concedida por Valserina Maria Bulegon Gassen a Roselaine de Oliveira Bisognin em 28/09/2021. É importante mencionar que a entrevistada foi por quatro mandatos, prefeita de São João Polêsine (1993-1996;2001-2004; 2005-2008;2013-2016).

³⁵ Entrevista concedida por Romoaldo Dalmolin a Roselaine de Oliveira Bisognin em 08/09/2021.

consolida a dimensão espiritual do seu povo. Ademais, a Figura 53 traz a representação de Nossa Senhora da Salete, Padroeira dos Agricultores.

Figura 53 – Representação no Desfile da Festa do Arroz.



Fonte: (Acervo Municipal de São João do Polêsine; Desfile da Festa do Arroz, 2017).

Em linhas gerais, é possível afirmar que a união do trabalho com a religiosidade é um elemento importante, pois eles se interligam e sustentam a memória e o patrimônio desse povo, caracterizando os bens culturais apropriados pela cultura enquanto prática social, dando significado e sentido à identidade local.

É nos locais de memória que o coletivo e a comunidade se afloram, porque a nossa memória pode ser individual ou coletiva, de um grupo de pessoas que convive entre si, sempre trazendo a identidade desse ser ou grupo. Le Goff (2003) postula que a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* — seja individual ou coletiva —, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Por outro lado, buscou-se registrar e refletir sobre a evolução dessa cultura em São João do Polêsine, cidade que pertence ao território do Geoparque Quarta Colônia. Isso foi feito por meio de um processo de empoderamento que aproxima os bens culturais dessa comunidade, vislumbrando salvaguardar essas potencialidades

de valor coletivo por meio do registro nesta dissertação e no material pedagógico (livro) proposto como produto final da pesquisa.

A própria paisagem nativa foi modificada, adquirindo um novo significado. Nesse lugar, a cultura do arroz se consolidou por meio de uma prática de anos, de importância local/regional, e se constitui como um patrimônio cultural, tendo em vista a sua relevância para essa comunidade. Com isso, essa a comunidade possui tradições culturais significativas que andam lado a lado com a religiosidade. São elementos culturais que foram construídos ao longo do tempo e reforçados no cotidiano familiar com saberes e fazeres que representam o seu patrimônio de importância histórica e cultural.

Por isso, este histórico vem demonstrar a importância de propiciarmos aos nossos professores e alunos um instrumento de estudo que possa auxiliar no conhecimento e o no entendimento do que vem a ser um patrimônio cultural. Pois, às vezes, a vida cotidiana e a normalidade de convivermos com o cultivo do arroz e a cultura a ele vinculada faz com essas questões passem despercebidas enquanto potencial turístico e que agrega os valores construídos e preservados pela comunidade.

6. MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO – LIVRO QUARTA COLÔNIA: UM OLHAR SOBRE A “CULTURA” DO ARROZ COMO IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS

Como docente da Rede Municipal de Ensino de São João do Polêsine, relacionar a prática docente com esta pesquisa é de suma importância. Nesse sentido, por meio da educação patrimonial, esta pesquisa traz uma importante contribuição, uma espécie de “alfabetização cultural” que se apresenta para além da cultura popular. Ela traz vivências ancestrais, histórias e memórias contadas pelas famílias como um modo de rememorar as lutas dessa comunidade para manter as suas tradições vivas.

A BNCC é um documento normativo que define os conhecimentos, as competências e habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da escolaridade básica. Nesse sentido, ela 10 competências gerais: 1 – Conhecimento; 2 – Pensamento científico, crítico e criativo; 3 – Repertório cultural; 4 - Comunicação; 5 – Cultura digital; 6 – Trabalho e projeto de vida; 7 – Argumentação; 8 – Autoconhecimento e autocuidado; 9 – Empatia e cooperação; e 10 – Responsabilidade e cidadania.

Na terceira competência, “Repertório cultural” o aluno é convidado a “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”. Assim, conforme a BNCC, o aluno deixa a sua posição inerte em sala de aula para ir além de apenas aprender conceitos: ele deve encontrar soluções em situações conectadas com a sua realidade, assumindo um papel mais participativo na sociedade. Nesse sentido, acreditamos que a educação patrimonial é um caminho importantíssimo para valorizar, motivar e qualificar o ensino-aprendizagem.

Com isso, o produto desta dissertação é um livro que registra a história da cultura do arroz em São João do Polêsine, intitulado *Quarta Colônia: um olhar sobre a “cultura” do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polêsine-RS*. Com inspiração no livro paradidático de Elaine Fagan, também procuramos mencionar os indígenas da tribo Tapes, que foram os primeiros habitantes desse território. Chegamos à configuração, com o passar dos tempos e no transcorrer da história, da chegada dos imigrantes italianos no vale do Rio Soturno, abordando a

construção das suas primeiras moradias, o início do cultivo do arroz, os instrumentos de trabalho utilizados e sua evolução, bem como a cultura criada em torno dessa prática econômica, a Festa do Arroz, e a religiosidade, com a Padroeira dos Agricultores.

Assim sendo, o produto tem por base a educação patrimonial vivenciada no espaço educativo. É um material pedagógico que traz em seu bojo as peculiaridades culturais dessa comunidade, tornando o processo de ensino/aprendizagem mais significativo e levando em consideração a bagagem cultural que os educandos trazem do contexto familiar e do meio onde vivem.

Na construção desse livro, houve um intenso processo de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e visitas de estudo da pesquisadora e dos educandos ao Museu particular Virgílio Burin³⁶ e ao Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo³⁷. Os educandos também realizaram pesquisa junto com suas famílias, de modo a explorar os instrumentos utilizados pelos agricultores, os saberes e fazeres na cultura do arroz. As fotografias coletadas e as entrevistas orais realizadas com algumas pessoas da comunidade — como agricultores e gestores — trouxeram contribuições relevantes para a compreensão do processo de formação histórico cultural da comunidade de São João do Polêsine. O livro consiste num produto construído pela pesquisadora em parceria com os alunos do 3º, 4º e 5º anos da Rede Municipal de Ensino.

Uma educação centrada no patrimônio cultural da comunidade em que o indivíduo está inserido tem como base um processo de interpretação, reconhecimento e apropriação dos bens culturais e da sua cultura por meio de um processo contínuo, múltiplo e plural de fortalecimento da identidade local. Nesse contexto, as Figuras 54 e 55 trazem um esboço do livro que segue no Apêndice A desta dissertação, tendo sido construído com muito carinho. Ademais, sua construção contou com um intenso trabalho de pesquisa sobre a história da cultura do arroz e do processo de formação desta comunidade. Como resultado de uma participação ativa e significativa de alunos das escolas municipais, eles são os

³⁶ O museu particular Virgílio Burin, localizado na Vila Ceolin, tem como objetivo resgatar a história dos nossos antepassados, conta com aproximadamente mil peças em seu acervo variado que conta com utensílios, ferramentas de trabalho e objetos; sua organização iniciou a mais de 40 anos pelo seu bisneto Alessio Agostinho Borin.

³⁷ Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo(MIEM), localizado em Vale Vêneto conta com um acervo de cerca de 10 mil peças, foi criado com o objetivo de valorizar e preservar a memória da sua comunidade italiana. Foi fundado em 26 de julho de 1975 por Eduardo Albino Marcuzzo.

produtores dos desenhos que representam o trabalho na cultura do arroz, os saberes e os fazeres desse povo. Representam, portanto, a própria cultura.

Figura 54 – Primeiros habitantes, os indígenas.

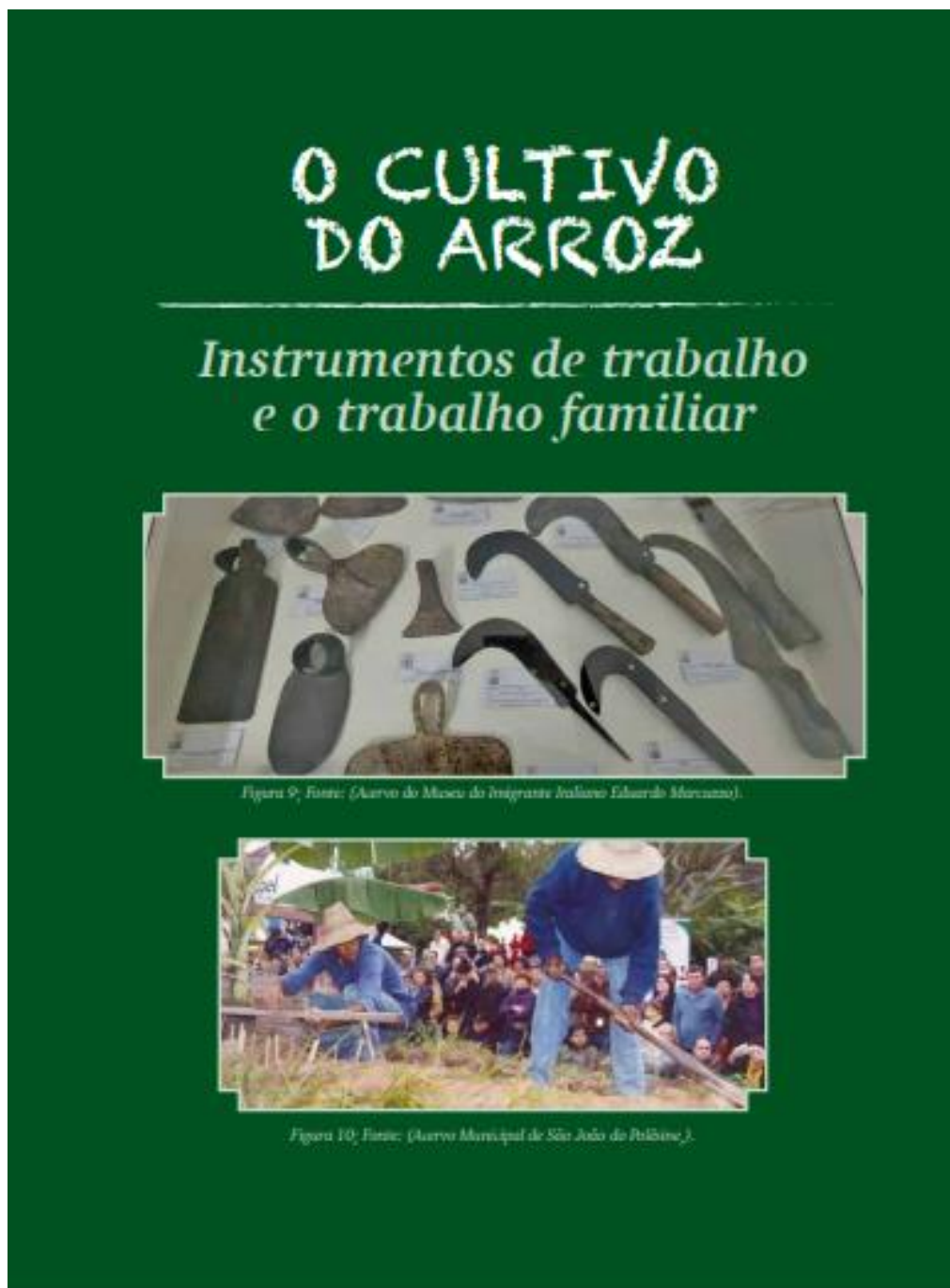
10

É importante registrar que os primeiros habitantes do território, que hoje constitui São João do Polêsine, foram os indígenas, mais precisamente das tribos dos Tapes. A maioria destes indígenas desapareceram, dizimados ou migrando para outras terras devido a expansão da conquista de Portugal e Espanha nestes territórios do sul do (hoje) Brasil. Eles viviam às margens dos rios Jacuí e Soturno, e seu desaparecimento se deu em virtude do processo de conquista e colonização europeia.



Figura 4. Desenho de autoria de Artur Sley Matte, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

Figura 55 – Instrumentos de trabalho.



Nessa breve apresentação de duas páginas do livro, a Figura 54 faz uma alusão aos povos originários deste território, os indígenas, mais precisamente a tribo Tapes. A Figura 55 apresenta os instrumentos de trabalho utilizados na cultura do arroz, vestígios do passado que ganha sentido nas memórias do seu povo. Corrobora-se, assim, uma proposta de produto construída a partir de uma educação patrimonial que buscou possibilitar a apropriação dos bens culturais produzidos na convivência humana, cuja dimensão simbólica é oriunda de um processo indissociável entre

pessoas, ambiente, sociedade e cultura. De acordo com Freire, “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p. 68).

A educação patrimonial presta uma valorosa contribuição a toda a sociedade, pois torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo. Nesse sentido, o guia do IPHAN menciona a metodologia de educação patrimonial como um “Instrumento de Alfabetização Cultural”, ou seja, o patrimônio cultural de um povo como uma fonte primária do conhecimento (HORTA, 1999).

Isso reforça a necessidade de refletirmos e discutirmos sobre a realidade que nos rodeia. Nas palavras de Paulo Freire, fazemos uma “leitura de mundo”, que funciona como um pressuposto de transformação social da realidade, proporcionando um aprendizado diverso e amplo, assim como uma formação histórica com testemunho escrito do passado. Nesse contexto, o material didático pedagógico produzido para ser utilizado nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil reforça a importância da cultura local e regional, bem como estimula o sentimento de pertença na comunidade escolar por meio da proposta de educação patrimonial aplicada, colocando o indivíduo como protagonista.

Assim sendo, é por meio da educação que oferecemos os meios para que os alunos explorem o seu contexto cultural, levando-os a investigar a identidade cultural da sua comunidade. Ao fazê-lo, trazemos para a sala de aula as histórias, as vivências e as experiências ancestrais de forma de rememorar as lutas dessa comunidade para manter as suas tradições vivas. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394), no seu artigo 1º, menciona que

[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Logo, os educandos trazem consigo conhecimentos prévios que refletem suas vivências, experiências afetivas e cognitivas, e isso possibilita que o aluno externalize e compartilhe a sua leitura de mundo com os seus pares, levando-o à compreensão de sua trajetória histórico-cultural. Assim, eles são capazes de contribuir para a promoção das expressões culturais da sua comunidade por meio de uma prática pedagógica que interpreta a realidade construída pelo homem, ancorando novos significados por uma prática significativa e humanizadora.

Percebe-se, assim, que a construção da identidade local está interconectada, pois partilhamos a nossa cultura e o nosso conhecimento em associação com espaços e aspectos que foram e continuam sendo construídos ao longo do tempo. Pelo viés das tradições locais e regionais, é importante mencionar que as práticas que ocorrem no âmbito social implicam um processo seletivo, o que ratifica ideias, conceitos e tradições, reforçando, de modo peculiar, o passado representado no presente.

Não se trata apenas de dizermos aos nossos educandos que devemos preservar; precisamos ir além. É necessário engajar a nossa comunidade na afirmação da identidade local e no conhecimento de nossas origens, pois é por meio do conhecimento e da compreensão que reforçamos a dimensão coletiva do patrimônio e do sentido de sua preservação.

Nesse sentido, como proposta de produto que visa atender aos anseios da pesquisa sobre essa cultura que se apresenta como um bem cultural nessa comunidade, temos um livro que conta a história da cultura do arroz no município de São João do Polêsine a partir de uma abordagem metodológica em educação patrimonial. O material pedagógico foi construído voltado para a perspectiva de uma educação patrimonial, trazendo consigo, de forma ilustrativa e escrita, a cultura da comunidade e sua identidade. Pretende-se que se torne um recurso pedagógico para as escolas, de modo a colaborar para a compreensão do patrimônio cultural dessa comunidade.

7. CONCLUSÕES

A imigração italiana faz parte da construção da herança cultural da comunidade local, de modo que a identificação do cidadão com sua própria história e cultura traz consigo as referências culturais herdadas dos antepassados. Isso faz com que o passado, experienciado de geração em geração, ainda permaneça na memória da comunidade local.

Com isso, há uma emergência de novos usos do espaço territorial. Um espaço vivido em que o ambiente é o fio condutor, um meio de reconstituir a identidade da comunidade a fim de reafirmar o trabalho, a cultura e a religiosidade.

O estudo sobre patrimônio foi realizado no território que atualmente constitui o município de São João do Polêsine-RS e investigou a história local por meio da coleta de informações junto a pessoas da comunidade que conhecem a história da cidade, de modo mais amplo — em especial agricultores, filhos de agricultores e gestores públicos. Para isso, foi utilizado o instrumento da entrevista oral — conforme roteiro organizado e apresentado em anexo — junto com a coleta de fotografias da comunidade.

Assim, a investigação da história da cultura do arroz como identidade e patrimônio cultural traz o registro das memórias da sua comunidade para refletir sobre a identidade e a memória desta comunidade, a qual carrega responsabilidade de manter viva a razão de existir do seu patrimônio, dos seus saberes e fazeres que se constituem como bens culturais em um espaço de realização cultural. Nesse sentido, escrever sobre a cultura do arroz no município de São João do Polêsine, nas “Terras de Manuel PY”, e representar a sua história no sentido de resgatar, através de um livro, a memória e identidade dos seus habitantes, traz muitas provocações. Ao mesmo tempo, possibilita o acesso a informações capazes de explicar o passado, uma vez que aquilo que comumente chamamos de identidade é o elemento essencial da identidade individual e coletiva de uma sociedade.

A educação patrimonial estabelece uma relação direta com a realidade sócio-histórica. A cultura do arroz é trazida como um bem cultural transmitido de geração em geração por meio das tradições, uma demonstração viva da nossa cultura que não desapareceu com o tempo. Ainda, viabiliza a exploração e a compreensão de elementos que norteiam a história da comunidade e dos seus bens culturais,

fortalecendo o reconhecimento de si e do outro no espaço em que vivemos, estimulando o sentimento de pertencimento.

A expressão dos feitos do homem que se perpetuam ao longo do tempo, como um registro significativo da nossa cultura, viabiliza, por meio de um trabalho interdisciplinar com os educandos, uma interação no modo de ensinar e aprender, à medida que o pertencimento habita e se manifesta na simplicidade do seu ambiente social e cultural, dando significação à prática educacional. Assim, a educação patrimonial efetivada por práticas pedagógicas que exploram os locais que recordam histórias e memórias deixadas pelos nossos antepassados traz, na referência histórica e cultural, uma prova viva dos marcos culturais, colocando em evidência o bem cultural de uma comunidade.

Ademais, ao refletir sobre as construções histórico-sociais, percebemos que elas remetem não apenas a lutas, mas a uma intencionalidade ancestral, um sentimento de pertencimento primitivo de bravura e lutas de um povo. Nesse sentido, a compreensão da nossa história é primordial para preservar e valorizar o nosso Patrimônio Histórico e Cultural. Para isso, precisamos, primeiramente, conhecê-lo, pois quem não conhece não se sente pertencente. É importante considerar o caráter dinâmico e múltiplo dos saberes e fazeres populares como bens culturais que mobilizam os conhecimentos adquiridos a partir de histórias e memórias de uma comunidade. Assim, por meio de uma pesquisa sobre o patrimônio cultural dessa comunidade, é possível compreender como se constrói o sentimento de pertença, sendo possível aprender, de modo mais aprofundado, os saberes e fazeres no trabalho com a terra, lugar de onde os agricultores retiram o sustento da família.

A construção do livro traz para a prática docente uma nova perspectiva sobre a valorização de um patrimônio individual. Isso porque o apresenta a partir do coletivo e, em seguida, no domínio regional (cultural), os frutos do presente apropriado ao longo das gerações. Procurou-se, por meio desta pesquisa, realizar a leitura de que a comunidade atribui significado ao seu patrimônio, assim como compreender a relação construída com os seus monumentos, de modo a expressar, nos resultados da pesquisa, os saberes e fazeres da cultura do arroz, uma cultura local impregnada de sentido.

Nessa lógica, a prática docente procura instigar a curiosidade sobre os saberes históricos das comunidades em que vivemos e, do mesmo modo, alcançar informações e materiais que possam ser utilizados para ampliar o conhecimento da comunidade escolar sobre a história local, viabilizando a compreensão do patrimônio cultural que nos cerca.

As reflexões mencionadas até aqui vêm ao encontro da escolha da linha de pesquisa em *História e Patrimônio Cultural*, uma vez que aprender sobre o legado deixado pelos ancestrais e compreender a importância desses saberes e fazeres coletivos contribuirá para a (re)construção histórica e cultural da comunidade a que pertencemos. Assim, em muitos momentos, foram reveladas informações desconhecidas que serão imprescindíveis para disseminar e reforçar as referências da cultura local, despertando o sentimento de pertença.

A imigração contribuiu para a construção da identidade local, com ênfase na italianidade, na religiosidade e no trabalho com a terra. Assim, a ex-colônia traz consigo a necessidade de fortalecer o patrimônio de modo que propicie desenvolvimento social e econômico pautados na cooperação e interação entre pares. Em destaque, essa cultura se apresenta como um legado familiar, um saber e um fazer que foram (e continuam sendo) repassados ao longo do tempo e das gerações. Surge aí a necessidade de compreender a importância da cultura do arroz e como o crescimento econômico desse povo está alicerçado em sua capacidade produtiva — pois gera empregos e movimenta a economia local. Sendo assim, é importante compreender como a cultura do arroz agrega valor histórico, econômico, cultural e social para essa comunidade que se organizou em torno dessa atividade agrícola.

A partir dessas reflexões, é importante salientar que, a partir do momento que eu conheço a minha história e a história da comunidade onde eu vivo, eu começo a me sentir parte dela; assim, ressignifico e preservo. Logo, para preservar, eu preciso ter em mente quatro situações básicas: como, por quê, para quê e para quem devo fazê-lo? Logo, é indispensável conhecer para preservar; significar para comunicar; vivenciar e explorar para cultivar; e compreender para se sentir pertencente. Isso porque somos parte do que podemos expressar, sentir, tocar, conhecer e, sobretudo, aprender.

Percebe-se que essa cultura traz consigo, de forma concomitante, um saber fazer edificado ao longo do tempo e um legado para as futuras gerações que nos sucedem; uma identidade social. Assim, o material produzido será disponibilizado para as escolas como um recurso pedagógico a ser utilizado como um instrumento benéfico para a compreensão da trajetória sociocultural dos imigrantes e seus descendentes, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio cultural nas instituições de ensino local. Com isso, será possível propiciar uma prática educacional significativa e contextualizada, que contribua de forma efetiva para uma aprendizagem ativa e dialógica, que compreenda a dimensão coletiva e, ao mesmo tempo, abarque o contexto histórico-social da comunidade local, propiciando a leitura do mundo que nos rodeia.

O passado histórico nos atravessa a partir do convívio com o outro, pelos registros em documentos históricos e pela tradição oral. Isso vai além das lembranças. Ao mesmo tempo, esse passado histórico traz, no tempo presente, um futuro que se deseja construir hoje de forma articulada com os campos político, econômico, religioso e cultural.

Ao encerrar esta dissertação, que teve como iniciativa investigar a cultura do arroz, nada melhor do que ter a satisfação de encerrar um plano de investigação que traz consigo a representação dos bens culturais da comunidade local. Deixamos registrado, para a posterioridade, a trajetória histórico-cultural desta comunidade. É um registro histórico que contempla uma conexão emocional com os bens culturais, em que a memória se apresenta como uma prática social, múltipla e coletiva, fazendo-se necessária, pois se encontra no seio das sociedades contemporâneas, forjando a identidade social e cultural desse povo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral: a ação da memória.** In: ALBERTI, V. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b. p. 33-43.

ALBERTI, Verena; PEREIRA Amilcar Araujo. **Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa.** Revista do Programa de Pós-graduação em História, PPG História UFRGS, Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 73-98, dez. 2008.

ALBERTI, Verena, **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** CPDOC-FGV Trabalho apresentado à mesa-redonda "Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral, Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.

ALONÇO, A.S.; SANTOS A.B. **A Cultura do Arroz no Brasil.** Florianópolis-SC, 2004.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p. org. de Ademir Antônio Bacca. – Bento Gonçalves, Projecto Cultural Sur/ Brasil, 2019.

BACCA, Ademir Antonio. **150 anos de Imigração Italiana no RS: V.1 / org. de Ademir Antonio Bacca . – Bento Gonçalves, Projecto Cultural Sur / Brasil, 2019.**

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico] / Organizadores, Lilian Bacich, José Moran. – Porto Alegre: Penso, 2018 e-PUB.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração.** /Moacir Bolzan-São Leopoldo-RS, 2011. Tese de doutorado em História- Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia da fragmentação à integração.** Santa Maria: 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da Terra no Estado do Rio Grande do Sul.** Relatório Técnico Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95891.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** PORTARIA Nº 137, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.

BRASIL. Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.**

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000. **Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2000, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CARNEY, Judith A.; Watkins. **Arroz, protagonismo africano e a transformação ecológica das Américas.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 16, n. 2, e20200089, 2021.

CARNEY, Judith. *Black Rice. The African Origins of Rice, Cultivation in the Americas*, 2002.

CECCHIM, Dilson Nicoloso. **A Integração do Patrimônio Cultural ao Natural como recurso Geoturístico na Implantação do Projeto do Geoparque Quarta Colônia, RS.** Brasil. 2019.

CECHIN, D. N. **Aspectos do desenho de dobrados rurais remanescentes da quarta colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.** Dissertação de Mestrado, UFSM, 2002.

CERETTA, Carolina Ciliane. **As representações sociais nas festas dos padroeiros da Quarta Colônia/ RS.** Tese de Doutorado (Programa de Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, 2017

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos.** – v. 1, n.1 – Brasília: Conab, 2013.

CUNHA, M. I. **O professor universitário na transição de paradigmas.** 2 ed. Araraquara: Junqueira & Martins Editores, 2005.

CRUZ, Jorge A. S. **A identidade e a Memória como Fatores de Integração: A Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS/ Brasil E O Desenvolvimento Regional (1955-2020).** Tese (Doutorado em História), UFSM/PPGH, 2020.

DALMOLIN, Cátia Regina Calegari. **Em nome da pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942.** 2006. 181p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2006.

DALMOLIN, Romoaldo. **Polêsine Antigo: História, Causos e poesias.** São João do Polêsine, 2006.

FAO. **Agricultural Production: Primary crops.** Disponível em <www.fao.org> Acesso em 20 de agosto de 2021.

FAGAN, E. B.; PADOIN, M. M. **Educação Patrimonial e Memória: Projeto de Integração Regional da Quarta Colônia**, Revista Memória em Rede, 2014.

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia: terra, gente e história / Elaine Binotto Fagan.**- São João do Polêsine, RS, 2015.

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia: terra, gente e história. 2014.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o município Silveira Martins: memória, identidade e patrimônio.** 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

FIGUEIREDO, L. C. **Quarta Colônia de Imigração Italiana na Região Central do Rio Grande do Sul: os sítios históricos na construção do patrimônio e da paisagem cultural.** R. Ra' e Ga., Curitiba, v. 31, p. 147-183, ago. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FLORENCIO, S. R. R. (2012). **Educação Patrimonial: um processo de mediação.** In A.B, Tolentino (Org), Caderno temático de educação patrimonial: reflexões e práticas (pp. 22-29).Superintendência do Iphan na Paraíba. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPra_ticas_ct1_m.pdf

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 95-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FRIEDRICH, Fabiana Helma. **Gastronomia e Imigração Alemã na Região Central do Rio Grande do Sul: Colônia de Santo Ângelo (Segunda Metade do Século XIX)**. Dissertação do Mestrado em História-UFSM. Santa Maria, RS, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIMENO, Alejandro. **Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850 1889)**. Dissertação do Mestrado em História, UFSM/PPGH, 2014.)

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vânia. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Edições EST, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Traduzido do original francês LA MEMOIRE COLLECTIVE (2.a ed.). Presses Universitaires de France Paris, França, 1968.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et all. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, Museu Imperial / IPHAN / MinC, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-joao-do-polesine/panorama>. Acesso em 01/09/2020

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. Arquivística.net. v. 3, n. 2, 2007.

IPHAN. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <https://iphan.gov.br/legislacao>. Acesso em: 10/06/2021.

IPHAN. **Guia Básico de Educação Patrimonial/** Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 22/05/2020.

IPHAN. Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016. **Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio**.

IRGA. LEI Nº 533, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1948. Atualizada até a Lei n.º 13.930, de 23 de janeiro de 2012. **Estatuto do Instituto Rio Grandense do Arroz. 2012**.

KLAMT, S. C.; SOARES, A. L. R. **Educação Patrimonial e Interdisciplinaridade em Sala de Aula: um estudo de caso**. In: Educação Patrimonial: Teoria e Prática. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007. p. 137-170.

LAZZAROTTO, 1971, apud. COSTA, Rovílio; COSTELLA Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Pedro J. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Bríndes: Sulina, 1974.

LAVABRE, Marie-Claire. “**Maurice Halbwachs et la sociologie de la mémoire**”, publicado em Raison Présente, 128, outubro de 1998, pp. 47-56.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória**/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LIESENFELD, Tainara; HOLANDA, Deirdre. **Arroz nosso de cada dia**. Disponível em < <https://www.ufsm.br/midias/arco/arroz-nosso-de-cada-dia>>. 2021.

MAESTRI, Mario. **Os senhores da Serra**. A colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005

MARCUZZO, Pe. Clementino. **Centenário da chegada das Irmãs e Fundação do Colégio**. Vale Vêneto 1892 – 1992. Gráfica Pallotti. Santa Maria. 1992, 104p.

MARTINS, Estevão de Rezende Martins. **Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina**. Revista Del Cesla No 8.

MARTINS, Tania Margarete Da Fontoura. **Gestão Ambiental Agroindustrial do Arroz: Um estudo em duas Agroindústrias do Município de São Gabriel-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa, São Gabriel, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH & MORAN (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In: **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Disponível em: . Acesso em: 8 aug. 2020.

NORA, Piere. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo, 10 de dezembro de 1993.

OLIVEIRA, C. **O uso das TICs na educação e suas reflexões**. 2009. Disponível em:<artigos.netsaber.com.br/.../artigo_sobre_o_uso_das_tics_na_educacao_e_suas_re>. Acesso em 07 jun. 2019.

Origem e história do arroz. Por Equipe AAA, 07/06/2013. Acesso em: 15/09/2021. Disponível em: <http://www.arrozeirosdealegrete.com.br/origem-e-historia-do-arroz/>

PADOIN, Maria Medianeira; BOLZAN, Moacir; CRUZ, Jorge Alberto Soares. **A Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. IN: BACCA, Ademir Antônio. **150 anos de Imigração italiana no Rio Grande do Sul**: v.1/ org. de Ademir Antonio Bacca. – Bento Gonçalves, Projeto Cultural Sur /Brasil, 2019.

PAIVA, Salma Saddi Wares de; VASQUES, Cláudia Marina. **Projeto Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer**. Goiânia: 14ª SR/IPHAN, 2000.

PASAVENTO, Sandra Jatthy. **A invenção da sociedade gaúcha**. Ensaio FEE, Porto Alegre. (14)2 383-396, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jatthy. **Fronteiras Culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) Identidade(s) sul-latino-american(s)**, UFRGS, 2006, Revista del CESLA International Latin American Studies Review.

PAZUCH, Giovane. **Imigração Italiana na Colônia de Silveira Martins - RS: Deslocamentos, redes familiares e relações de poder (1877-1920)**. Doutorado em História Bolsista (PUC-SP). ANPUD – BRASIL. 3º Simpósio Nacional de História -Recife, 2019.

PEGORARO, Aline. **Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: [Memoria_esquecimento_silencio.pdf \(uel.br\)](#).

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3,1992.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, 1992, p.200-212.

POZZA, Débora Flores Dalla. **Representações de identidades pampeanas em programas documentais da região: intersecções entre cultura vivida e cultura registrada**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação-UFSM, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual Nº 3.711 em 12 de fevereiro de 1959. **Cria o Município de Faxinal do Soturno**.

RICHTER, Ivone Mendes. **Medianeira e Pompeia: festividades religiosas populares na região de Santa Maria (RS)**. Santa Maria: Edições UFSM, 1990. 123 p.

ROGERS, C. R. **Tornar-se pessoa**. 5. ed. São Paulo: Martins, 2001.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. **Aprendizagem Significativa: modalidades de aprendizagem e o papel do professor**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE. **Acervo da Prefeitura Municipal, Desfile da Festa Regional do Arroz**, 2018.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE. Lei Nº 018 de 07 de abril de 1993. **Oficializa a Festa do Arroz no Município de São João do Polêsine**.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE-RS. **Turismo**. Acesso em 01/09/2020 <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/servicos/turismo>.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, A.L.R. **Educação Patrimonial e Educação Popular: Um viés possível Anais do 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire** UPF, Passo Fundo –RS, CD-Rom, FAED Faculdade de Educação. ISBN 857515374 -9.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sergio Célio Klamt. **Educação Patrimonial e a Interdisciplinaridade em sala de Aula: um estudo de caso**. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/nep3.pdf>

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & Quarta Colônia: Nova Palma e Pe Luizinho**. Nova Palma: Editora da UFSM, 1996.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UFP: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TORRI, Valmor. RIGHI, José Vicente e BISOGNIN, Edir Lúcia. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do Imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins**. Rio Grande do Sul- Brasil. Porto Alegre: EST: Edições. 2001.

TRAVESSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar. HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA**. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

UNESCO. **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**;. Reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972.

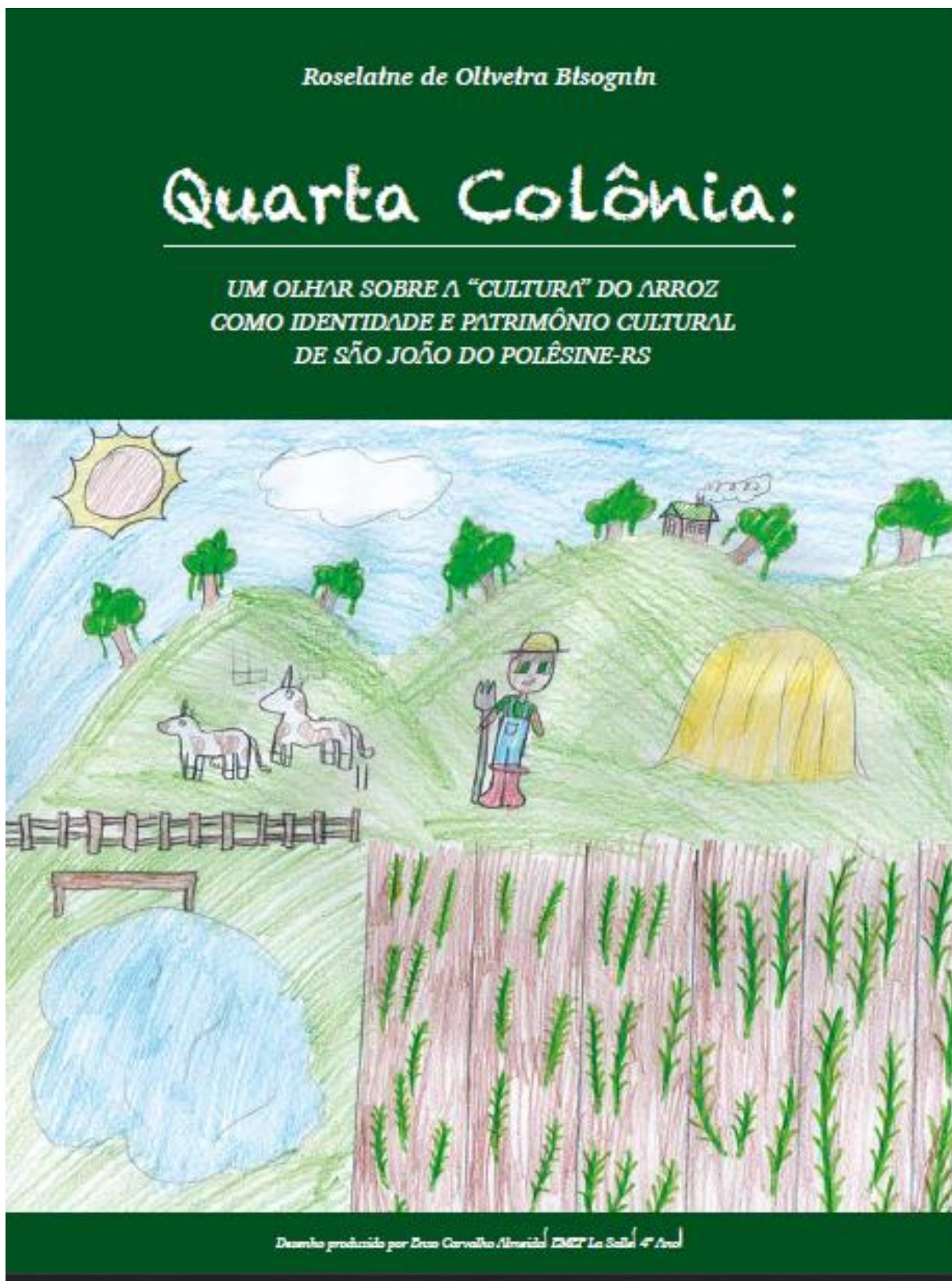
UFSM. **Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO**.2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>

VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho: Bens culturais de Vale Vêneto** – Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Livre. Motor a diesel. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Motor_a_diesel. 2022.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana**. 15 Jan 2008. Disponível em: SciELO - Brasil - Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. Acesso em: 30/08/2021.

APÊNDICE A – O PRODUTO/LIVRO



FICHA TÉCNICA

Autora
Roselaine de Oliveira Bisognin

Orientação
Profª Drª Maria Medianeira Padoin

Projeto Gráfico
Estevan Garcia Pöll

FICHA CATALOGRÁFICA

BISOGNIN, Roselaine de Oliveira.

Quarta Colônia. Um olhar sobre a "cultura" do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polésine-RS/ Roselaine de Oliveira Bisognin; 1ª ed. – Santa Maria, RS. - 2022.
48 p. ; 30 cm

Nota: Publicado como parte da Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSM da autora.

1. Educação Patrimonial 2. Cultura do Arroz 3. Patrimônio Histórico-Cultural 4. São João do Polésine.

Todos os direitos reservados.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
COMO TUDO COMEÇOU	9
O CULTIVO DO ARROZ - INSTRUMENTOS DE TRABALHO	
E O TRABALHO FAMILIAR	15
A COLHEITA DO ARROZ	27
O AVANÇO DA TECNOLOGIA NAS LAVOURAS DE ARROZ	31
A CULTURA DO ARROZ – PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE	39
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	48



Figura 2. Vale do Rio Soturno produzido por Rafaela Dos Passos Rodrigues, EMEF La Salle, SP/Ins., 2021.

PREFÁCIO

É com imensa alegria e entusiasmo que tenho a satisfação de contribuir com a comunidade de São João do Polêsine, por meio de um material de apoio pedagógico, construída com muito carinho, contando com a colaboração de alunos e professores deste Município, com o objetivo de divulgar e valorizar a cultura local e regional. Aproveito aqui para agradecer à todos que participaram deste sonho realizado.

Para tal, a experiência realizada no contexto educativo por meio da educação patrimonial aprofunda o olhar da comunidade onde vivo sobre a realidade no qual estamos inseridos, veiculando o presente e o passado, as vivências do cotidiano familiar na tradição da “cultura no arroz”, onde o trabalho e a religiosidade andam de mãos dadas.

A cultura do arroz se consolidou por meio de uma prática de anos, de importância local/regional, e se constitui como um patrimônio cultural, tendo em vista a sua relevância para essa comunidade de São João do Polêsine. Nesse sentido, a cultura do arroz se tornou de tamanha importância para este povo, que a comunidade criou uma festa do arroz, a qual é um evento oficial do Município desde que ele foi emancipado.

6

O presente material pedagógico é produto do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo como tema *Quarta Colônia: um olhar sobre a “cultura” do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polésine-RS*.

A ideia de produzir esse material pedagógico teve também como fator motivador a possibilidade do território da Quarta Colônia ser reconhecido como um Geoparque pela UNESCO, tendo por base os fósseis dos mais antigos dinossauros do planeta estarem nestas terras. Além disso, pela valorização do rico patrimônio histórico-cultural e ambiental que a região possui.

Apresentamos um trabalho que leva em consideração as peculiaridades culturais da comunidade de São João do Polésine para o contexto educativo, tornando o processo de ensino/aprendizagem mais significativo e levando em consideração a bagagem cultural que os educandos trazem consigo do contexto familiar e do meio onde vivem. Ou seja, algo que parece tão habitual e de seu cotidiano, mas que ao estudarmos percebemos o quanto este faz parte da cultural local e regional, não apenas no que se refere ao desenvolvimento econômico, mas enquanto um dos elementos que compõem a identidade de São João do Polésine.

Assim, para não perdermos nossas referências identitárias e valorizar nossa comunidade que apresento este livro de apoio pedagógico.

Logo, o livro conta, em 48 páginas, desde os primeiros habitantes das terras de São João do Polésine, os indígenas da tribo Tapes. Em seguida, contará a história da cultura do arroz perpassando a chegada dos imigrantes italianos no vale do Rio Soturno, a construção das suas primeiras moradias, o início do cultivo do arroz, a Festa do Arroz, os instrumentos utilizados no plantio e colheita e, por fim, a evolução do cultivo, bem como a sua influência na cultura local.

Sendo assim, esse material produzido, fruto da dissertação vinculada do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, orientada pela Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, busca trabalhar, por meio de uma proposta educativa, o reconhecimento, a valorização e a divulgação dos saberes e fazeres da cultura do arroz em São João do Polêsine, compreendendo o fazer cotidiano. Assim, poderemos atribuir impregnar sentido ao que fazemos em cada ato cotidiano, por meio de uma educação dialógica, democrática e comprometida com a preservação do patrimônio cultural (FREIRE, 1997).





Figura 3. Desenho produzido por Benjamin Coradim Pires, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

Como tudo começou...

As primeiras 70 famílias de imigrantes italianos que chegaram tiveram que lidar com enormes dificuldades, o que implicava traçar os caminhos e derrubar o mato para tornarem habitável um espaço praticamente despovoado. O primeiro abrigo do relento dos imigrantes foi um Barracão.

Após a entrega dos pequenos lotes adquiridos, as famílias de imigrantes foram descendo a serra aos poucos e formando as primeiras localidades de Vale Vêneto e Val Veronês. Ao chegar à terra prometida, as primeiras atividades dos colonos não era somente o plantio da terra, mas a limpeza do mato, a abertura de caminhos e a construção das suas próprias casas, dando origem, assim, aos primeiros povoamentos da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

É importante registrar que os primeiros habitantes do território, que hoje constitui São João do Polésine, foram os indígenas, mais precisamente das tribos dos Tapas. A maioria destes indígenas desapareceram, dizimados ou migrando para outras terras devido a expansão da conquista de Portugal e Espanha nestes territórios do sul do (hoje) Brasil. Eles viviam às margens dos rios Jacuí e Soturno, e seu desaparecimento se deu em virtude do processo de conquista e colonização europeia.



Figura 4. Desenho de autoria de Umar Bley Matta, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

A região do hoje município de São João do Polêsine é protegida por um belo vale e está localizada na região central do Rio Grande do Sul. O início de seu povoamento por imigrantes italianos é registrado no século XIX, mais precisamente em 1883.

A semelhança com uma região da Itália que continha belos vales, localizada às margens do rio Pó, lugar conhecido como Polêsine, nome que a comunidade de imigrantes acabou adotando aqui em terras do Brasil, devido à lembrança da paisagem geográfica com a região do velho Continente europeu.



Figura 5. Pintura produzida por Milena De Oliveira Pinheiro, EMEF Pedro Paulo Pradela, 4º Ano.

Os imigrantes que aqui chegaram se tornaram proprietários de um lote de terra, no qual praticavam a agricultura familiar e no qual toda a família trabalhava junto. Inicialmente, começaram com a rosada e derrubada da mata, construíram as suas casas, realizavam o preparo do solo, o plantio e a colheita, com uma agricultura de subsistência.

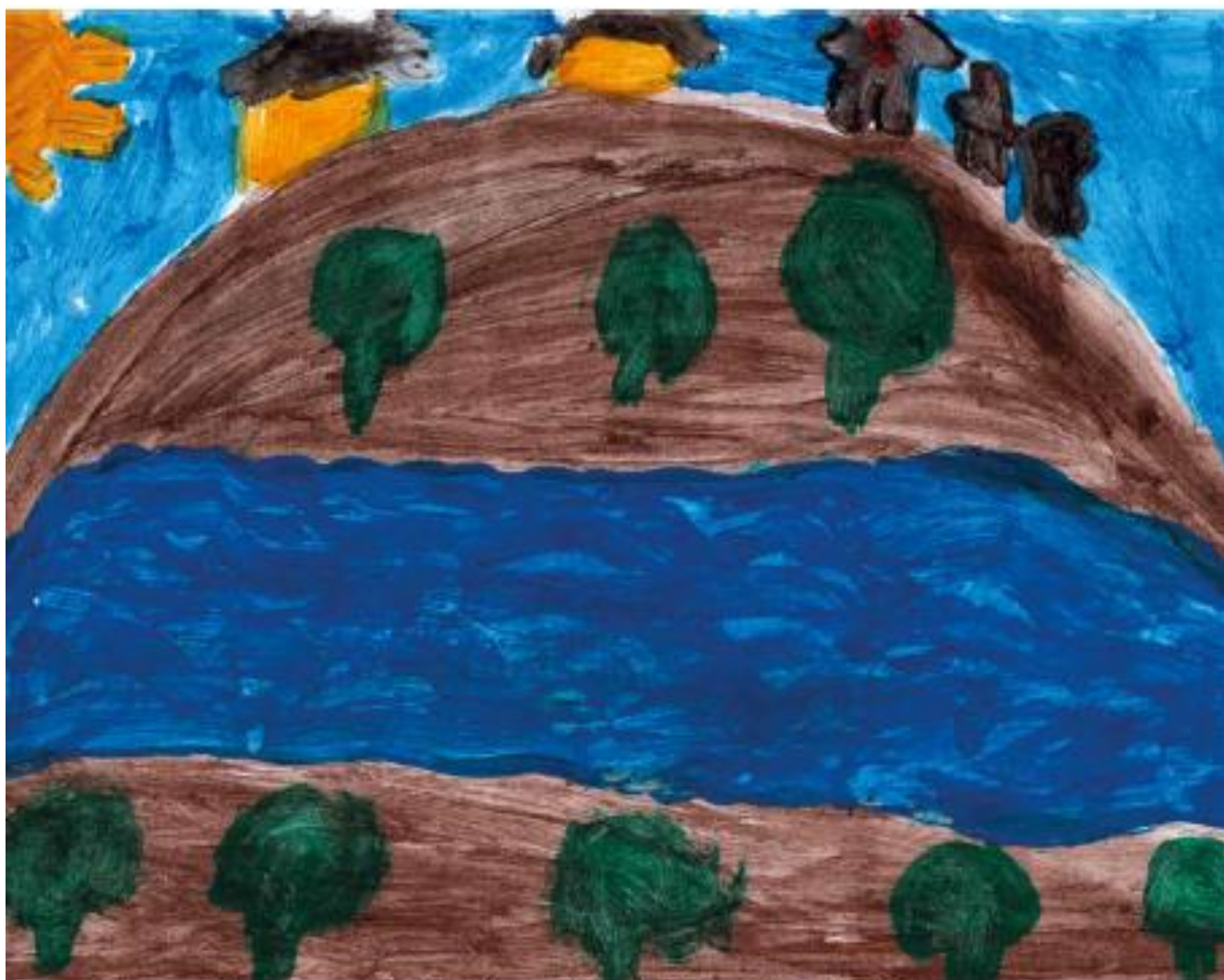


Figura 6, Pintura de autoria de Rodrigo Bitencourt Silveira, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

Aos poucos as matas foram sendo cortadas e os vales foram sendo ocupados, dando origem a novas plantações.

Inicialmente, os imigrantes se instalaram nas áreas mais altas, locais próprios para o plantio de milho e feijão, foi então necessário que os imigrantes buscassem novas formas de cultivo para aproveitar o solo disponível, principalmente as áreas alagadas.



Figura 7. Desenho de autoria de Ivair Bley Menez, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º ano.

No entanto, como havia áreas de terra muito alagadas e nesse tipo de território era impossível o plantio de milho e feijão, foi necessário que os imigrantes buscassem novas formas de cultivo para aproveitar o solo disponível.

Desse modo, os agricultores, de posse da informação de que na região onde hoje fica a cidade de Agudo havia alguns agricultores alemães que cultivavam arroz em áreas alagadas, resolveram aprender uma nova cultura. Aos poucos, os imigrantes começaram a plantar arroz; inicialmente, foi em pequenos espaços, apenas para o consumo das suas famílias, uma agricultura de subsistência. Com o passar do tempo, foi ampliado o cultivo e o mercado. Se tornando um fator de desenvolvimento local.



Figura 5. Pintura produzida por Afonso Richet, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º/ano.

O CULTIVO DO ARROZ

Instrumentos de trabalho e o trabalho familiar



Figura 9; Foz: (Arquivo do Museu do Intiymuniz Italiano Eduardo Marcano).



Figura 10; Foz: (Arquivo Municipal de São João do Polétna.).

No início do cultivo do arroz as famílias eram numerosas, a prática da agricultura era basicamente familiar, o trabalho era braçal, o solo era capinado com enxada ou lavrado com arado puxado a boi ou a cavalo, a semeadura era realizada de forma manual e as sementes eram carregadas em pequenos recipientes e lançadas ao solo.



Figura 11. Desenho produzido por Rodrigo Carvalho Almeida, EMEF La Salle, 4º Ano.

A enxada é usada manualmente pelos agricultores para revolver, capinar ou cavar no solo. É um instrumento com parte larga e achatada e lâmina afiada composta por um cabo comprido em madeira.



Figura 12, Desfile na Festa Regional do Arroz de 2015. Fonte: Foto do Arquivo da Prefeitura de São João do Poléstre.

A mesma é utilizada na capina para eliminar as ervas daninhas, auxiliando assim, na limpeza do solo. É ainda, utilizada na plantação para abrir pequenas covas no solo, após coloca-se as sementes, que posteriormente se cobre com a terra.



Figura 13, Pintura produzida por de Benjamin Coradoni Pocco, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4ª Ano.

O arado era um dos instrumentos utilizados pelos agricultores para revolver o solo, de modo a descompactá-lo como um preparativo para o posterior plantio. Isso era feito para que as sementes pudessem ter um melhor desenvolvimento das suas raízes, permitindo o arejamento da terra. Essa técnica é utilizada na atualidade por pequenos agricultores que plantam em pequenas propriedades rurais, geralmente para o consumo próprio.



Figura 14. Pintura de autoria de Miquetas Samuel Martín Fagundes, EMEF Pedro Paulo Pradeira, 4º Ano.

Após realizar o trabalho de capinar, de arar, ou seja, preparar o solo, era realizado o procedimento de semear, de distribuir as sementes no solo.

A realização da semeadura era uma atividade em que colocavam as sementes em um pequeno recipiente e após era lançada as sementes com as mãos. E, este trabalho envolvia vários membros da família.



Figura 15. Pintura de autoria de Afonso Richter, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

O saraquá é uma ferramenta antiga, de nome indígena. Inicialmente, era uma haste em madeira; com o passar do tempo, evoluiu, pois se trata de uma ferramenta que possui um cabo de madeira arredondado de mais ou menos um metro e meio de comprimento.

Desse modo, o agricultor utiliza o saraquá para abrir pequenos buracos no solo e, assim, colocar as sementes; posteriormente, cobre com uma pequena camada de terra, uma técnica manual de plantio.



Figura 16, Desenho de autoria de Murtio Machado De Sousa, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



Figura 17, Imagem do Saraquá, Fonte: Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021.



Figura 18, Pintura de Matias Dos Santos Cera, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

Já a plantadeira manual ou matraca, é uma ferramenta no qual o agricultor cava o solo, bate ligeiramente a matraca e ao fechá-la, a semente cai no solo. Vai se fazendo sucessivamente, como em um movimento parecido com a tesoura. Com isso, esse tipo de plantadeira foi e continua sendo utilizada na atualidade em pequenas propriedades, principalmente no plantio de milho e feijão.

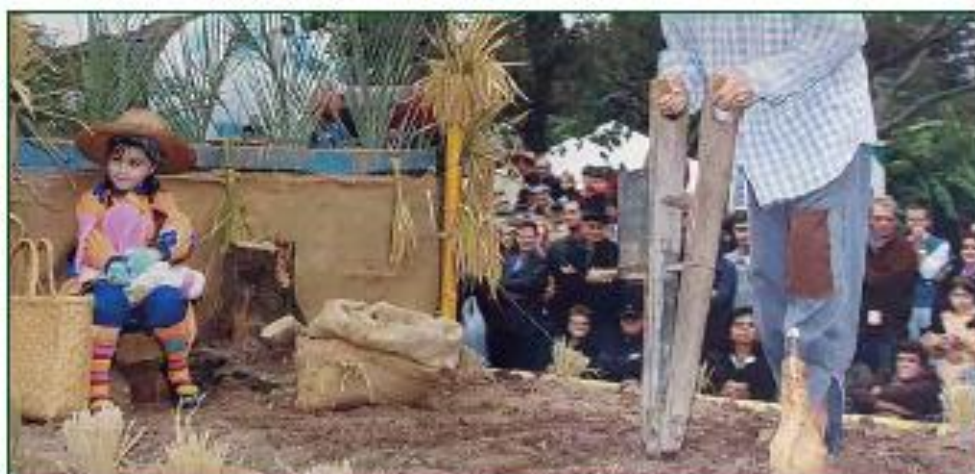


Figura 19, Desfile na Festa do Arroz em 2010 –uso da matraca. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de S.J. do Poá.

22



Há também a pequena semeadeira manual adaptada com uma alça, a qual é pendurada sobre o pescoço, carregada como uma espécie de sacola que vai à frente do corpo do agricultor. À direita, tem uma espécie de manivela, que ao ser girada, movimenta uma hélice que semeia o arroz no solo.

Figura 20. Imagem de Semeadeira manual.
Fonte: Acervo privado de Virgílio Borin.
Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Biogran,
11/10/2021.



Figura 21. Desenho de autoria de Rodrigo Bitencourt Silveira, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.

Com o tempo começaram a utilizar a plantadeira puxada por cavalo ou boi, em que o agricultor seguia atrás guiando no caminho. Precisava firmar o cabo lateral e cuidar as carreiras na terra para o plantio seguir de forma ordenada.

Essas plantadeiras de arroz, há um modelo com uma espécie de compartimento com tampa, onde eram colocadas as sementes. Bem como, há uma plantadeira com dois compartimentos: um era utilizado para colocar as sementes e no outro o fertilizante, o que demonstra a evolução no cultivo do arroz com o surgimento do fertilizante. Ademais, o abastecimento das sementes e do adubo era realizado de forma manual.



Figura 22. Pintura de autoria de Armar Bley Marre, EMBRAPA Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



Figura 23. Foto: (Arquivo privado de Virgílio Bortez; Fotografia digital: Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/2021).

Havia também a capinadeira manual de metal, conhecida como gafanhoto. Ela era puxada a cavalo ou a boi e era utilizada no meio das carreiras de arroz para retirar pequenas ervas daninhas. Atualmente, é utilizada por alguns agricultores que plantam em pequenas propriedades; outras famílias faziam a capina de forma manual com enxadas de pequeno porte.



Figura 24. Desenho de autoria de Jéssica Bley Mante, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



Figura 25. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Poetense; Desfile da Festa Regional do Arroz, 2017.

A máquina a vapor era utilizada pelos agricultores quando começaram a surgir os primeiros maquinários para a atividade orizícola. Essas máquinas eram adquiridas de forma coletiva entre as famílias que produziam o arroz.

O seu funcionamento se dava por abastecimento com lenha, momento em que as famílias faziam um sistema de rodízio para manter a máquina em pleno funcionamento dia e noite, com o fim de irrigar as lavouras de arroz.



Figura 26, Imagem de máquina a vapor funcionando.
Fonte: (arquivo privado de Mário J. Cadore, Década de 1980).



Figura 27, Pintura de autoria de Rodrigo Stencourt Siveta,
EMEP Pedro Paulo Pradella, 4º ano.

Com o avanço das tecnologias, surge a plantadeira movida a motor, a plantadeira duas carreiras, com dois suportes de armazenamento de grãos. Observa-se que atrás tem os agarradores para que o agricultor guie as carreiras, para o plantio ficar uniforme.



Figura 28, Fonte: (Arquivo privado de Virgílio Borin. Fotografia digital de Roselaine de Oliveira Bisognin, 11/10/ 2021).

Assim, ao longo do tempo foram surgindo os primeiros tratores, assim, o trabalho foi, aos poucos, otimizado contribuindo no aproveitamento do tempo do plantio à colheita.



Figura 29, Desenho de autoria de Benjamin Coraíres Pocco, EMEF Pedro Paulo Pradellin, 4º Ano.

A COLHEITA DO ARROZ



Figura 30, Pousar: (Acervo privado de Mário J. Cadore, década de 1980).



Figura 51: Foice. (Arquivo da Prefeitura municipal de S.J. do Politéia. Desfile da Festa Regional do Arroz, 2010).

Um dos principais instrumentos para realizar a colheita foi a foice. A foice é uma ferramenta que possui uma lâmina encurvada e longa presa em um cabo de madeira, sendo utilizada na colheita do arroz, na altura dos braços.

Assim, quando o arroz estava pronto para o corte, a colheita do arroz era realizada de forma manual. Após, o arroz ser colhido e organizado em pequenas pilhas de arroz cortado e colocado em camadas chamadas “palvas”. Essas pilhas eram colocadas ao sol, posteriormente eram revolvidas para que o arroz secasse de forma homogênea, mais ou menos por um período de três dias.

Figura 52. Desenho produzido por Luis Octavio Garcia de Oliveira, EMEF La Salle, 4º Ano.





Figura 33. Representação na Festa do Arroz de 2018 do uso do manguá.
Fonte: (Arquivo da Prefeitura Municipal de S.J. do Poetinho).

O manguá era uma ferramenta composta por duas varas, uma mais comprida e outra mais curta, com um furo na extremidade. Nesses furos, geralmente era passada uma tira de couro para fazer uma amarração. Posteriormente, a ferramenta era utilizada para bater sobre a palha do arroz que estava sobre uma lona ou um tecido no chão, e sua parte mais curta sobre a palha era projetada com o objetivo de debulhar o arroz da palha e, assim, retirar a semente, fazendo a debulha.



Figura 34. Desenho produzido por Enzo Carvalho Almeida, EMEF La Salle, 4º Ano.



Figura 35, Fonte: (Gaceta Municipal, Desfile da Festa Regional do Arroz de 2010).

O pilão é um utensílio feito em madeira com uma cavidade no centro, onde se coloca o cereal, que é batido com um bastão com movimentos repetitivos para descascar o arroz. Os agricultores utilizavam um sistema convencional de armazenamento: após a separação do arroz da palha, ele era secado ao sol e guardado em sacas de estopa.



Figura 36, Desenho produzido por Bruno Carvalho Almeida, EMEF La Salle, 4º Ano.

O AVANÇO DA TECNOLOGIA NAS LAVOURAS DE ARROZ



Figura 37, Rizer: (Arquivo privado de Mario J. Cadore, década de 1960).

Ao longo do tempo, a tecnologia vem evoluindo. Houve, por exemplo, o surgimento dos primeiros tratores e, com eles, as primeiras plantadeiras carregadas a trator, as colheitadeiras, as bombas de irrigação, os equipamentos de aplicação de defensivos e adubos, os equipamentos de terraplanagem, entre outros.



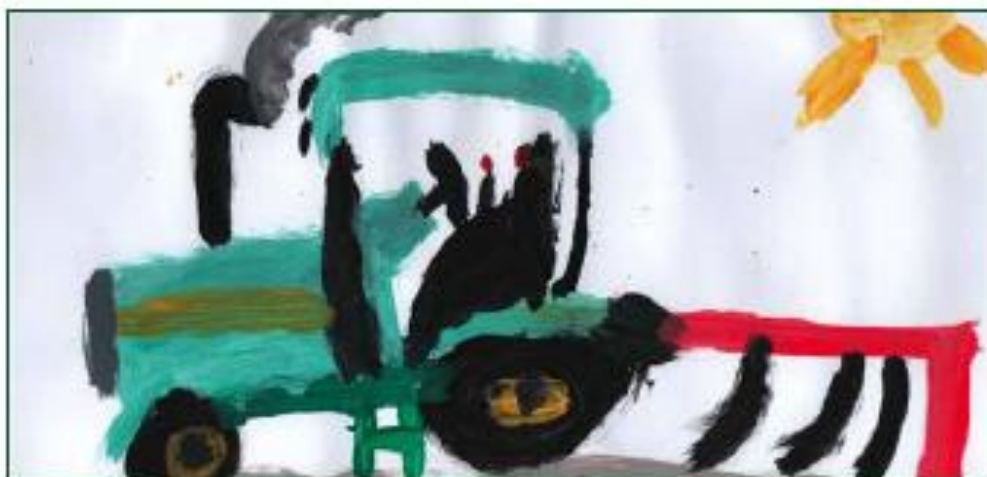
Figura 58. Desenho produzido por Adrían Alejandro Cardoso Alves, EMEF La Salle, 5º Ano.

Nesse sentido, com as máquinas agrícolas movidas a óleo diesel, o cultivo do arroz deu um salto qualitativo. Essa ferramenta é uma criação do engenheiro alemão Rudolf Diesel, que recebeu a patente para o seu motor de auto ignição em fevereiro de 1983.



Figura 59. Desenho produzido por Rafaela Dos Passos Rodriguez, EMEF La Salle, 5º Ano.

A alternativa mecanizada para a substituição do arado é o disco, utilizado para o preparo do solo.



Da mesma forma, a atividade automatizada de passar a grade nas lavouras, com o fim de realizada para revolver e homogeneizar o solo.



Figura 41. Desenho produzido por Rodrigo Carvalho Almeida, EMEF La Salle, 4º Ano.

O plantio mecanizado do arroz é efetivado com a plantadeira a tração, um equipamento moderno de plantio de arroz utilizado pelos agricultores, acoplada a um trator moderno, demonstrando a alta tecnologia utilizada na cultura do arroz nos dias de hoje na região



Figura 42. Desenho produzido por Bruno Carvalho Almeida, EMEF La Salle, 4º ano.



Figura 43. Fonte: (Fotografia digital de Sidnei André da Silva Bisognin, 24/10 2021).

O trator com reboque é uma importante ferramenta utilizada para o transporte de sementes e fertilizantes, no trabalho diário da cultura do arroz irrigado.



Figura 44, Fome: (Acervo privado de Mario José Cadore, Década de 1980).



Figura 45, Pintura de autoria de Benjamín Coradini Pocco, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



Figura 46, Fonte: (Fotografia digital de Mário José Cadore, 25/03/2022).

A colheitadeira é utilizada nas lavouras de arroz otimizando a colheita do grão, uma forma mais eficiente e rápida que proporciona a otimização do tempo, bem como, a melhoria de qualidade do produto.



Figura 47, Desenho produzido por Rodrigo Carvalho Almeida, EMESP La Salle, 4º Ano.

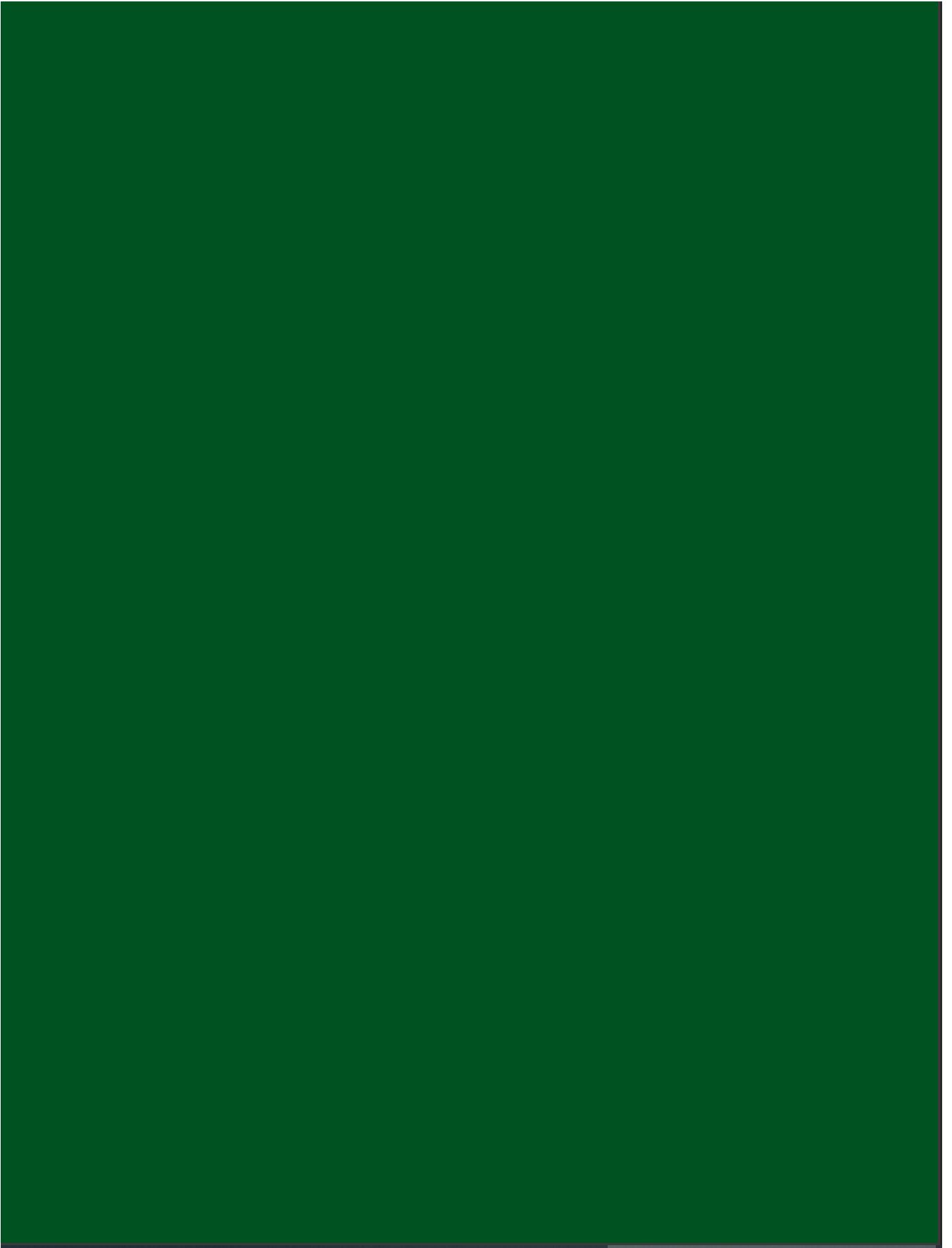


Após a colheita,
o arroz é transportado
pelo graneleiro puxado
a trator.

Figura 45. Foto: (Arquivo privado de Mário José Cadore, Década de 1960).



Figura 49. Pintura produzida por Benjamin Coradini Rocco, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



CULTURA DO ARROZ

Patrimônio cultural material e imaterial de São João do Polêsine



MONUMENTO DA MÁQUINA A VAPOR

O monumento é um símbolo de São João do Polêsine, mesmo antes de sua emancipação. Seus doadores foram: João Cera e família, Vergílio Pilecco e família, Ernesto Pilecco e família e Alcides Pilecco e família. A doação ocorreu em maio de 1988, e representa tanto a atividade orizícola na sua gênese, quanto a cultura italiana (trabalho em família e em comunidade). Nesse sentido, essa máquina era utilizada pelos agricultores quando começaram a surgir os primeiros maquinários para a atividade orizícola. Eram adquiridas de forma coletiva entre as famílias que produziam o arroz. Hoje é um dos símbolos do Município.



Figura 55, Ponte: (Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine).

FESTA REGIONAL DO ARROZ

A festividade foi criada em 1955 pela comunidade com o fim de auxiliar uma escola. Segue, até hoje, como uma forma de prestigiar a principal cultura agrícola do Município, celebrando a economia baseada principalmente no cultivo do arroz e a imigração italiana com sua religiosidade e tradições.

A Festa do Arroz, atualmente intitulada a Festa Regional do Arroz é um evento oficial do município de São João do Polêsine, emancipado em 1992. A festa é composta por um desfile temático que remora a história da comunidade e as novas conquistas. Também há missas comemorativas de ação de graças, almoços e jantares com pratos típicos, feiras de produtores e de artesanato, entre outras atrações.

Figura 54. Pintura de Rafaela Dos Passos Rodrigues, EMEF La Salle, 5º Ano. Desenho que representa o Desfile da Festa Regional do Arroz.



Assim, as suas origens remontam uma identidade cultural com uma rica e saborosa gastronomia, desde a preparação dos alimentos até o atendimento dos seus visitantes de forma voluntária, pela comunidade local, culminando em deliciosas refeições servidas à mesa para os seus visitantes, um reflexo da cultura preservada ao longo do tempo.

Neste contexto, ao refletir sobre a gastronomia desta festa, em depoimento, Romoaldo Dalmolim conta que quando foi feita a Festa do Arroz o risoto já era conhecido, e, Dalmolim diz que o risotto é de Polêsine, foi criado e ensinado aqui em Polêsine, e o sabedor era um senhor italiano que se chamava Alberto Ghesti. Conta ainda que naquela época ninguém conhecia, aqui na Quarta Colônia, e nas primeiras festas que Alberto Ghesti estava aí, ele fez o risoto, foi um sucesso, tudo mundo gostou, e essa história se espalhou.



Figura 55, Fonte: (Arquivo da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, 2001).

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA SALETE

O Santuário em honra a Nossa Senhora da Salette foi criado pelo padre Antonio Soldera (in memoriam) e por um grupo de agricultores. Ele foi inaugurado em 1969, em São João do Polêsine. Naquela época, essa comunidade ainda pertencia à paróquia de Vale Vêneto, pois a paróquia São João Batista foi criada apenas em 1971. A Nossa Senhora da Salette é considerada a Padroeira dos Agricultores. Fica no alto de um monte, com 77 degraus. Em que a imagem da Virgem olha pelos agricultores. Uma devoção que demonstra a união da religiosidade com a vida cotidiana.



Figura 56. Pintura de azulejo de Rafaela Dos Passos Rodríguez, 5ª /110, EMEF La Salette.

Os saberes e os fazeres se apresentam por meio dos conhecimentos do seu povo e são construídos e ressignificados historicamente ao longo do tempo. Nesse tempo, não somente se organizam, mas se estruturam na construção da identidade dos sujeitos em seu mundo cultural, mediados por um processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A educação patrimonial efetivada por práticas pedagógicas que possibilitam a exploração de locais que recordam histórias e memórias deixadas pelos nossos antepassados, e, traz na referência histórica e cultural, a disposição de sensibilizar pessoas, pois reflete os marcos culturais de um povo, colocando em evidência o seu bem cultural. Com isso, por meio da educação patrimonial, propiciamos acesso ao saber historicamente construído; ao mesmo tempo, faz-se referência a um conhecimento relevante para a sociedade tanto no âmbito local quanto regional: a valorização da própria cultura.

Figura 57. Desenho de autoria de Adrían Alessandro Cardoso Alves, EMEF La Salle, 5º Ano.



Conclusão

Nesse contexto, pretendemos registrar a história do cultivo do arroz por meio da evolução do uso dos instrumentos de trabalho pelas famílias e como o arroz se tornou, não apenas um fator de desenvolvimento econômico local, mas integrante da cultura e identidade de São João do Polésine.

Trabalhar em nossas escolas a partir de uma abordagem da educação patrimonial faz com que os indivíduos se sintam sujeitos históricos e pertencentes a uma coletividade. Coletividade que possui uma história, uma identidade e uma responsabilidade com o presente e futuro.

Figura 58, Pintura de autoria de Maxeüs Pinetti Cheloni, EMEF Pedro Paulo Pradeira, 5º ano.



Nesse contexto, observa-se a importância desta cultura para a comunidade, um patrimônio cultural instrumentalizado por experiências e técnicas, um conjunto de saberes e fazeres construídos pela sociedade que resgata sentidos, experiências e sentimentos, fortalecendo assim, a compressão da própria cultura.

Assim sendo, é por meio desse processo significativo que é imprescindível que “as pessoas se assumam como seres sociais e históricos, como seres pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos” (FREIRE, 2011, p. 42).

Figura 59. Desenho produzido por Rodrigo Stencourt Síveta, EMEF Pedro Paulo Pradella, 4º Ano.



"A comunidade é o melhor
guardião de seu patrimônio"
(Aloisio Magalhães).

Figura 60. Desenho produzido por Maria Clara Carvalho Rodrigues, EMEF La Salle, 5º Ano.



REFERÊNCIAS

- DALMOLIM, Romoaldo. Depoimento concedido a Roselaine de Oliveira Bisognin em 08/09/2021.
- FAGAN, Elaine Binotto. Quarta Colônia: terra, gente e história / Elaine Binotto Fagan.- São João do Polêsine, RS, 2015.
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- SÃO JOÃO DO POLÊSINE. Acervo da Prefeitura Municipal, Desfile da Festa Regional do Arroz.

ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE PESSOAS DA COMUNIDADE:

- 1) Nome:
- 2) Onde nasceu:
- 3) Escola que frequentou:
- 4) Há quanto tempo você reside em São João do Polêsine?
- 5) Me fale sobre as suas origens familiares?
- 6) Lembranças sobre a cultura do arroz?
- 7) A religiosidade e a sua relação com a festa do arroz?
- 8) Como iniciou a cultura do arroz na região?
- 9) A cultura do arroz permanece com mudanças ao longo do tempo?
- 10) A criação da Festa do Arroz, idealizadores, participação da comunidade?
- 11) Eventos, acontecimentos importantes que considera relevante mencionar:
- 12) Algumas questões que você considera relevante mencionar, conhecimentos históricos sobre a comunidade em que você reside, festejos, culturais, entre outros?
- 13) Você tem algum material como: fotografias, diários, documentos pessoais que queira compartilhar que o ajude a rememorar momentos importantes?
- 14) A religiosidade e a sua relação com a festa do arroz? Como iniciou a cultura do arroz na região?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGRICULTORES:

- 1) Nome:
- 2) Onde nasceu:
- 3) Há quanto tempo você reside em São João do Polêsine (família, descendência):
- 4) Há quanto tempo a sua família trabalha na cultura do arroz?
- 5) Como você lembra que era no passado a cultura do arroz (lá nos tempos da sua infância, sua juventude)?
- 6) Quais os instrumentos, as técnicas agrícolas que eram utilizadas na cultura do arroz no passado?
- 7) Você possui fotos, algum documento ou até mesmo algum instrumento antigo que era utilizado na cultura do arroz?
- 8) Como você vê hoje a cultura do arroz, a modo com que é feita, os saberes e fazeres dos agricultores no seu dia a dia?
- 9) Em relação a produtividade, tipos de sementes utilizadas como vive hoje o trabalhador da cultura do arroz?
- 10) Como você descreveria a evolução da cultura do Arroz no que diz respeito às tecnologias empregadas, faça um comparativo?
- 11) Para você, qual a importância do trabalho na cultura do arroz?
- 12) Como você, enquanto sujeito que está diretamente envolvido na cultura do arroz poderia descrever o significado, o sentimento que está envolvido na sua família na cultura do arroz?
- 13) Há algum dizer, alguma frase, algo que gostaria de contar sobre este cultivo é como se sucedeu na sua família?

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, SUELY DOTTO MISSIO,
portador da Cédula de Identidade nº 1006650269, inscrito no CPF sob nº 30355427087, residente à Rua JOSÉ ARNUTI, nº 1818, na cidade de S. JOÃO DO POLÍSINE, AUTORIZO o uso de minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exibições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 06/09/2021

Cidade: São João do Polésine

Missio
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Joamzinha Pilecco,
 portador da Cédula de Identidade nº 7024273729, inscrito no CPF sob
 nº 482.535770-04, residente à Rua Avenida São João,
 nº 478, na cidade de São João do Sul, AUTORIZO o uso de
 minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
 Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
 e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
 mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
 Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
 públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
 da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
 todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
 page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
 eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
 reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 06/30/2021

Cidade: São João do Sul

João Pilecco
 Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Alexis Agostinho Borim,
portador da Cédula de Identidade nº 5004471801, inscrito no CPF sob
nº 18792596053 residente à Rua A,
nº 3548, na cidade de São João do Polêsio, AUTORIZO o uso de
minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 05/09/2021

Cidade: São João do Polêsio

Alexis Agostinho Borim
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Assis Godoy,
portador da Cédula de Identidade nº 6002696497, inscrito no CPF sob
nº 231552800-34 residente à Rua Silvio Feron 1465,
nº 1465, na cidade de São José do Poline, AUTORIZO o uso de
minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 24/09/2021

Cidade: São José do Poline

Assis Godoy
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Valserina Maria Bulegon Gassen,
 portador da Cédula de Identidade nº 4019957755, inscrito no CPF sob
 nº 06423930035, residente à Rua Dr. Roberto Binatto,
 nº 1610, na cidade de São João do Polêsine AUTORIZO o uso de
 minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
 Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
 e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
 mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
 Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
 públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
 da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
 todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
 page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
 eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
 reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 29/08/2021

Cidade: São João do Polêsine

Valserina Maria Bulegon Gassen

Assinatura



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Romualdo Daluolui,

portador da Cédula de Identidade nº 6017169613, inscrito no CPF sob nº 045.72342-07 residente à Rua Jose Armuti, nº 1599, na cidade de S. João del-Rei. AUTORIZO o uso de minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 06/09/2021

Cidade: São João del-Rei

Romualdo Daluolui
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, EDISON ROZZONI,
 portador da Cédula de Identidade nº 1009986949 SSP., inscrito no CPF sob
 nº 323077800-68, residente à Rua AV. SÃO JOÃO AP. 303,
 nº 1224, na cidade de SÃO JOÃO DO POLESINE, AUTORIZO o uso de
 minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
 Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
 e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
 mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
 Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
 públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
 da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
 todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
 page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
 eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
 reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 26 de setembro de 2021

Cidade: SÃO JOÃO DO POLESINE

Edison Rozzoni

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, GILMAR ANTONIO ROSSO,
 portador da Cédula de Identidade nº 7012727929, inscrito no CPF sob
 nº 303613110-87, residente à Rua SILVIO FERON,
 nº 1419, na cidade de S.J. POLÉSIUS, AUTORIZO o uso de
 minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
 Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
 e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
 mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
 Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições
 públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
 da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
 todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
 page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
 eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
 reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 13/11/2021

Cidade: S.J. Polésius - RS

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Mário José Cadore,

portador da Cédula de Identidade nº 4024381529, inscrito no CPF sob nº 40780430034, residente à Rua Av. São João, nº 429, na cidade de S. J. do Polísine, AUTORIZO o uso de minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 17/11/2021

Cidade: São João do Polísine

Mário José Cadore
 Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE
 DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Sidnei André da Silva Bisognin,
 portador da Cédula de Identidade nº 10 77399176, inscrito no CPF sob
 nº 002.748.370-30, residente à Rua ELISA SONEGO,
 nº S/N, na cidade de SÃO JOÃO DO POLÊSINE, AUTORIZO o uso de
 minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio
 Cultural, Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio
 e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à
 mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio
 Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exibições
 públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso
 da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em
 todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home
 page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias
 eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha
 vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser
 reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 10 DE DEZEMBRO DE 2021

Cidade: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Sidnei Bisognin

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS
E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Matione Sonego, Prefeito Municipal de São João do Polêsine-RS, portador da Cédula de Identidade nº 1038563233, inscrito no CPF sob nº 635.948940-87, residente à Rua Avenida São João, nº 1167, na cidade de São João do Polêsine, AUTORIZO o uso das fotografias do Acervo Municipal a Mestranda em Patrimônio Cultural Roselaine de Oliveira Bisognin para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 13 de dezembro de 2021

Cidade: São João do Polêsine

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS
AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, María de Fátima Giacomini, portador da Cédula de Identidade nº 3003699356, inscrito no CPF sob nº 26090686034, residente à Rua João Marchiori, nº 1340, na cidade de São João do Polêsine, AUTORIZO o uso de minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio Cultural Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 24 Junho de 2022

Cidade: São João do Polêsine

M. Giacomini
Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS
AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, Sonia Maria Antonello Badore, portador da Cédula de Identidade nº 3003619241, inscrito no CPF sob nº 30364914068 residente à Rua Silvino Feron, nº 1465, na cidade de São João do Polícin AUTORIZO o uso de minha imagem sob minha responsabilidade a Mestranda em Patrimônio Cultural Roselaine de Oliveira Bisognin a utilizar em fotos ou filmagens, áudio e transcrição de entrevista, bem como a utilização de fotos cedidas à mestranda para o uso através do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM com fins estritamente acadêmicos/institucionais e exposições públicas sem interesses comerciais e políticos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes, folders, livros, impressos; (III) vídeos, sites, mídias eletrônicas; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Data: 28 de junho de 2022

Cidade: São João do Polícin

Sonia Badore

Assinatura

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE REVISÃO TEXTUAL.**DECLARAÇÃO DE REVISÃO TEXTUAL**

Santa Maria, 06 de julho de 2022.

EU, Halyne Maria Stefani do Porto, RG 8074991971, CPF 025.316.940-21, proprietária da ComTexto Revisões, CNPJ 37.340.351/0001-51, **DECLARO**, para os devidos fins, que foi efetuada a revisão textual da **dissertação de mestrado** intitulada *Quarta Colônia: um olhar sobre a “cultura” do arroz como identidade e patrimônio cultural de São João do Polêsine–RS*, da autoria de Roselaine de Oliveira Bisognin.

Atenciosamente,

Halyne Maria Stefani do Porto

Bacharela em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa – UFSM.

Mestra em Letras – Estudos Linguísticos – UFSM.

Pós-graduanda em Revisão e Preparação de Textos – PUC Minas.